


programa
**CULTURA E
PENSAMENTO**

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA
MINISTÉRIO DO
TURISMO



FÓRUM DE
CIÊNCIA E
CULTURA
U F R J

P964 Programa cultura e pensamento. – Rio de Janeiro :
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência
e Cultura, 2021.
1 recurso eletrônico (104 p.)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-88388-45-7.

1. Cultura. 2. Política cultural. I. Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura.

CDD: 306.4

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA - 2019/2022

Presidente do FCC

Reitora Denise Pires de Carvalho

Coordenadora do FCC

Tatiana Roque

SUPERINTENDÊNCIA DE DIFUSÃO CIENTÍFICA E CULTURAL

Superintendente de Difusão Cultural

Adriana Schneider Alcure

Diretora de Produção

Camila Costa

Produtores Culturais

Adolfo Lachtermacher

André Aguiar Protásio

Daniel Ruiz

Julia Ricciardi Lima

Patrícia Pizzigatti Klein

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Superintendente de Comunicação

Bruna Rodrigues

Programação Visual

Lila Montezuma

Jose Antonio de Oliveira

Diretor de Fotografia

Tuker Marçal

Fotografia

Bira Soares

Eneraldo Carneiro

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PR5)

Pró-Reitora de Extensão

Ivana Bentes Oliveira

PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS (PR7)

Pró-Reitor de Políticas Estudantis

Roberto Vieira

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA - 2016/2019

Presidente do FCC
Reitor Roberto Leher

Coordenador do FCC
Carlos Bernardo Vainer

SUPERINTENDÊNCIA DE DIFUSÃO CIENTÍFICA E CULTURAL

Superintendente de Difusão Cultural

Patricia Dorneles

Assessora Técnica

Vera Barradas

Diretora de Produção

Camila Costa

Produtores Culturais

Adolfo Lachtermacher

André Aguiar Protásio

Daniel Ruiz

Julia Ricciardi Lima

Patrícia Pizzigatti Klein

Bolsista

Catharine Barreto

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Superintendente de Comunicação

Bruna Rodrigues

Programação Visual

Lila Montezuma

Diretor de Fotografia

Tuker Marçal

Fotografia

Bira Soares

Eneraldo Carneiro

Bolsista de Jornalismo

Victor Terra

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PR5)

Pró-Reitora de Extensão
Maria Malta

Produtora Cultural
Marize Figueira

PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS (PR7)

Pró-Reitor de Políticas Estudantis
Luiz Felipe Cavalcanti

Produtora Cultural
Jéssica Luz

SUMÁRIO

Introdução	07
A crise de valores na sociedade atual	09
Arte na diversidade cultural	27
Cultura e Cidades	51
Descolonização Cultural	81
Cultura e Política	91

INTRODUÇÃO

É com grande alegria – e uma dose de resiliência – que o Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FCC/UFRJ) lança esta publicação que traz o registro do último ciclo de palestra Cultura e Pensamento, realizado em 2015, com o fundamental apoio do então Ministério da Cultura - MinC – atual Secretaria Especial da Cultura, órgão vinculado ao Ministério do Turismo.

Em 2015, foi lançado um segundo ciclo do Programa Cultura e Pensamento com o objetivo de criar um ambiente favorável à interlocução entre diferentes visões do campo da cultura, grupos culturais, movimentos, redes, ativistas, intelectuais, fazedores e fazedoras de cultura, jovens inovadores, mestres e mestras, aproximando campos sociais, territórios e correntes de pensamento. Desta forma, neste segundo ciclo do programa, a proposta era ultrapassar a barreira das pesquisas e debates acadêmicos, construindo conexões entre diferentes saberes, de modo a fortalecer a cidadania, a alteridade e a democracia. Tratava-se de uma possibilidade para a tradução semântica, o estabelecimento de sínteses teóricas, tópicos para atuação social, referenciais para a criação estética, além de atualizar as bases programáticas e ordenamentos institucionais no campo das políticas públicas.

Entre os objetivos da segunda edição do Cultura e Pensamento destacaram-se: (1) abordar e provocar grandes temas da cultura no debate nacional e internacional, estimulando um ambiente democrático de diálogos e alteridade e potencializando a discussão sobre cultura e política e política cultural, provocando a reflexão sobre os valores hegemônicos e contra hegemônicos em nossas sociedades; (2) atualizar e ampliar a reflexão sobre as políticas culturais no Brasil e no mundo, seus processos e prioridades, aprofundando a consciência sobre os direitos culturais e as conquistas da agenda transformadora da cultura no Brasil; (3) promover iniciativas provenientes da sociedade, por meio de congressos, encontros, pesquisas, estudos, mapeamentos, processos formativos, publicações, construção de metodologias, eventos acadêmicos, etc., envolvendo diferentes saberes, contribuindo para o processo de formação e qualificação dos agentes culturais e da democratização do conhecimento sobre o campo cultural, estimulando conexões de saberes.

Para tanto, o MinC, através da Secretaria de Políticas Culturais – SPC, constituiu naquele ano de 2015 uma rede de parceiros e colaboradores. As universidades públicas que participaram desta rede atuaram como mobilizadores e articuladores de diferentes ações do programa junto com representantes dos movimentos sociais, atores do campo das políticas culturais, artistas e instituições culturais. Foram elas: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e, finalmente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao longo dos anos, a UFRJ – por meio do Fórum de Ciência e Cultura – constituiu-se como uma instituição parceira na construção e fomento das políticas públicas de cultura. A realização da Conferência Livre de Cultura e Universidade, a formação do Fórum Interuniversitário de Cultura do estado do Rio de Janeiro – FIC-RJ, a institucionalização da política cultural da universidade de forma participativa e democrática, sistematizada através do documento “Você faz Cultura”, a realização conjunta do evento Música nas Escolas e do edital Comunica a Diversidade são expressões que demonstram o compromisso desta instituição no processo de qualificação de ações e programas da política pública de cultura.

Em setembro de 2015, foi realizado na sede do Centro Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) da UFRJ o lançamento do programa Cultura e Pensamento. Em outubro do mesmo ano, o MinC e esta universidade firmaram parceria para colaboração na realização do programa e

realizam no campus da Praia Vermelha da instituição a primeira ação do projeto a partir do Seminário Cultura e Política, que incluía na programação a realização da roda de diálogo “Democratizando a democracia a partir dos movimentos sociais com diferentes atores do campo da diversidade cultural”¹, e o debate “Deslocando fronteiras: cultura política, movimentos sociais e emancipação social”, com a presença do então Reitor da universidade, prof. Roberto Leher, do então Ministro da Cultura Juca Ferreira e do sociólogo português Boaventura de Souza Santos. Ambas as atividades mobilizaram a presença de 300 participantes.

Outros encontros foram realizados nos meses seguintes em diferentes cidades com diferentes parceiros institucionais. Foram eles: (1) A crise de valores na sociedade atual: qual o papel da cultura?, realizado em 22 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, RJ; (2) Cultura e Política, realizado nos dias 29 de outubro e 01º de novembro, também no Rio de Janeiro, RJ; (3) Cultura e Cidades, realizado em 4 de novembro, em São Paulo, SP; (4) Descolonização Cultural e Construção da Autonomia, realizado em 14 de novembro na cidade de Porto Alegre, RS; e finalmente (5) Arte na Diversidade: Ética e Estética, realizado nos dias 27 e 28 de novembro, na cidade de Serra Talhada, PE.

No plano de trabalho, cumpria à UFRJ, além da realização do Seminário Cultura e Política, o que aconteceu dentro do seu campus na Praia Vermelha, a sistematização do conteúdo de todos os seminários e encontros ocorridos no âmbito do Programa Cultura e Pensamento, elencados anteriormente. Isto foi viabilizado através da contratação de consultores ad hoc via edital de seleção, no primeiro semestre de 2018. Entre as tarefas dos consultores destaca-se a relatoria da atividade através de um documento analítico, com reflexões críticas sobre a temática, referências bibliográficas, artigos complementares e proposições para novos encaminhamentos. Foi ainda solicitado sugestão de referências bibliográficas e referências de material audiovisual como elementos complementares à reflexão.

É importante destacar que a diversidade que se apresenta em relação ao formato de cada sistematização representa também a estrutura diferenciada desenvolvida na metodologia de cada encontro realizado pelo Programa Cultura e Pensamento. O resultado destas consultorias é o que se apresenta nesta publicação.

Desejamos uma excelente leitura!

¹ Participantes: Rubia RPW: rapper, socióloga, Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop (SP), João Paulo Mehl: Pontão de Cultura Soylocoporti (PR), Raoni Mouchoque - RioParadaFunk \ (RJ), Giowana Cambrone - representante LGBT, Concita Sompre - Associação Indígena Gavião Kyikatêjê, Guilherme Varella - Secretário de Políticas Culturais do MinC e Vinicius Wu - Secretário de Articulação Institucional do MinC.

A crise de valores na sociedade atual: qual é o papel da cultura?

RELATORIA

Marcelo Paiva

EMENTA: Encontro realizado na cidade de Rio de Janeiro, RJ, no dia 22 de outubro de 2015, sobre o tema *A crise de valores na sociedade atual: qual é o papel da cultura?* no âmbito do *Programa Cultura e Pensamento*.

A presente relatoria tem como objetivo apresentar as discussões promovidas no âmbito do relançamento do *Programa Cultura e Pensamento*, evento ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 2015, bem como propor novos horizontes para as importantes questões apresentadas pelo referido programa. O relançamento apresentou como convidados centrais em sua abertura cerimonial, os seguintes pesquisadores, escritores, professores, gestores e reitores: Guilherme Varella, então secretário de políticas culturais do Ministério da Cultura; Carlos Vainer, pesquisador, consultor e coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FCC - UFRJ); Antônio Albino Rubim, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e referência em assuntos culturais; Orlando Afonso do Amaral, então reitor da Universidade Federal do Goiás (UFG) e Maria de Mello Malta, pró-reitora de extensão da UFRJ. No que tange aos debates da noite, as autoridades e os convidados presentes foram: o então ministro Juca Ferreira, do Ministério da Cultura (MinC); Aderbal Freire, artista, apresentador de televisão e renomado diretor teatral na cidade do Rio de Janeiro; Antônio Bispo, ativista político, líder rural e de comunidades negras, escritor e representante quilombola; Marco Lucchesi, premiado poeta, romancista, membro da Academia Brasileira de Letras e professor da UFRJ. A pesquisadora Lia Calabre, então presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) estava presente, também como mediadora dos debates da noite.

Tendo como tema central do debate a crise de valores na sociedade brasileira, a espinha dorsal de assuntos que atravessaram a noite referiu-se às possíveis saídas pela cultura contra a proliferação de discursos de ódio. Também buscavam responder como agir perante o risco iminente da redução da responsabilidade pública em garantir direitos políticos, sociais e culturais. A partir desse eixo, diversos temas e abordagens foram acionados, por meio de diferentes lugares de fala, com o intuito de provocar o debate acerca da importância não só das políticas de cultura, mas também das políticas de pensamento, responsáveis pela reflexividade da ação do Estado com a sociedade civil. Nesse sentido, este texto está organizado em duas partes convergentes: (i) uma apresentação maior e detalhada de cada contribuição relevante para o debate durante o evento e suas possibilidades críticas e analíticas, com sugestões de desdobramento teóricos e (ii) uma breve linha propositiva e sucinta que pode impulsionar tais

debates em diferentes horizontes e caminhos, visando contribuir com o alcance dos objetivos pretendidos pelo programa em seu molde original.

1. Síntese das contribuições no evento *A crise de valores na sociedade atual: qual é o papel da cultura?*

1.1 Falas cerimoniais

Após a apresentação de chorinho realizada pelo conjunto *Sôdade Brasilis*, Grupo Artístico de Representação Institucional da UFRJ (GARIN), foi declarada a abertura do evento, sediado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). O então secretário Guilherme Varela iniciou a noite como o primeiro convidado a falar nos protocolos cerimoniais de relançamento do *Programa Cultura e Pensamento*. Após agradecer aos múltiplos parceiros que apoiavam o referido programa, Guilherme Varela centralizou sua fala em torno das razões pelas quais se exige, cada vez mais, o desenvolvimento de um programa num âmbito cultural mais amplo e geral do que apenas um plano voltado para a aplicação de políticas culturais no Brasil. Em sua argumentação, tratou da complexidade das culturas brasileiras, que não podem ser objetivadas em políticas culturais sem os devidos cuidados e reflexões. Nesse sentido, torna-se urgente, de acordo com ele, coordenar um programa capaz de entender os regimes complexos com os quais a cultura opera, contribuindo com a produção de insumos que possam qualificar mais e melhor as responsabilidades do Estado perante a cultura, a sociedade civil e a sua própria formação política futura. Assim, o palestrante ressaltou as funções propositoras e indutoras de um Ministério da Cultura atento para as vicissitudes e especificidades que marcam as dinâmicas culturais, cada vez mais híbridas e multirrelacionadas. Qualificar o lugar do Ministério, nesse aspecto, passa a ser um desafio processual, que busca induzir redes de colaboração difusas, tendo como fim a produção de uma inteligência pública sobre os temas culturais e os seus domínios conexos.

Ainda nesse eixo de exposição, Guilherme Varela enfatizou a necessidade de produzir um programa de alcance social e cultural potente, que enlace os diferentes fazedores de cultura e de pensamento crítico, com a meta de articulá-los e torná-los colaboradores deste processo maior envolvido com o mapeamento das complexidades culturais brasileiras. Tal articulação não poderia ocorrer considerando apenas os lugares formais de pensamento analítico, como a própria academia brasileira, mas deveria fortalecer também eixos informais de produção intelectual, de diferentes matrizes civilizatórias e de diferentes cosmovisões de mundo. Varela, igualmente, ressaltou a função simbólica do Ministério da Cultura de construir discursos problematizadores das instâncias da vida social e cultural no Brasil, sensibilizando diferentes públicos sobre a necessidade de refletir sobre tais temas e de também pensar políticas públicas sobre essas questões nacionais e regionais. Quanto à sua ênfase no caráter simbólico do Ministério da Cultura e de seu papel problematizador de questões urgentiais para o debate no Brasil, incorporo a visão teórica de Jeffrey Alexander sobre a esfera civil:

Como as sociedades modernas ou os seus subelementos entram em períodos limiares de intenso drama social, quais grupos ou audiências são mais influentes ou fortemente envolvidos, como e por quais meios essas crises são finalmente resolvidas, se polarizam a sociedade ou limpam as bases para novos consensos – não são questões que podem ser analisadas apenas por interpretação. Nós argumentaríamos que, sobretudo, a dimensão do discurso do conflito civil é fundamentalmente importante. [...] Uma linguagem política deve, inevitavelmente, conter uma dimensão estruturada e simbólica; a inteira condução da racionalidade na política com a qual Habermas desejava, se torna uma impossibilidade. Precisamente, porque o processo e os resultados da crise de autoridade democrática são menos previstos enquanto racionais como Habermas ou qualquer outro autor democrata supôs. É necessário explorar os códigos da sociedade civil de uma forma muito mais complexa e dinâmica. (Alexander, p. 166-67, 1993, tradução livre).

Assim como Jeffrey Alexander ao teorizar sobre o drama social da sociedade civil chama atenção para os aspectos simbólicos e discursivos da relação Estado-sociedade civil, em linhas muito próximas, Varella pontuou a função simbólica do Ministério da Cultura em desempenhar o papel de problematizador do próprio Estado enquanto instituição pública. A dimensão simbólica da esfera civil é, nesse sentido, o eixo gravitacional que parece substanciar o *Programa Cultura e Pensamento* enquanto elo necessário entre sociedade e gestão pública. Ao se referir a uma necessária musculatura teórica para o próprio Ministério, Guilherme Varella qualificou a necessidade de uma discussão mais ampla, que se afasta dos processos de gestão somente, mas que se direcione para um debate mais amplo, com as mais plurais participações, se aproximando do conceito de *ágora grega*, no sentido de convocar a sociedade civil e as instâncias públicas para pensar o papel da cultura na contemporaneidade.

Pensando na construção dessa rede difusa de participantes sobre o campo cultural e político, Varella colocou em evidência a necessidade de expandir o circuito de elaboradores de diretrizes culturais, convocando diferentes universidades para promover a catalisação necessária, para que novos atores figurem nesses processos de pensar a cultura e de trazê-la para dentro da produção continuada dos pensamentos que impactam os sistemas de decisões públicas.

Na fala seguinte, promovida pelo coordenador do Fórum de Ciência e da Cultura, Carlos Vainer, o conceito de cultura é mobilizado por outros arcaísmos teóricos, mas também com o intuito de evidenciar a necessidade de fortalecer os circuitos societários que impedem as mazelas sociais brasileiras de se aprofundarem, seja na segurança pública, seja na educação. Diferentemente de enfatizar somente a dimensão simbólica da cultura para a construção de contradiscursos a favor dos direitos da diferença no Brasil, como fez Varella, Vainer recuperou o marxismo para apontar que (i) a cultura pode ser a consciência dos oprimidos sobre as forças que produzem opressão e que (ii) fomentá-la é poder fortalecer a sociedade civil perante os riscos da perda da democracia nos tempos atuais. Portanto, somente a partir da institucionalização de um canal que permita o confronto permanente da diferença, como o próprio *Progra-*

ma *Cultura e Pensamento* se propunha, se tornaria possível subsidiar as batalhas atuais, nas palavras de Vainer, de uma guerra de longa duração contra os imediatismos e os pragmatismos que violentam as culturas e os seus respectivos povos.

Antônio Albino Rubim, o próximo a falar, acentuou o papel universitário na função de subsidiar a reflexão sobre política e cultura no Brasil. Seu discurso também evidenciou os movimentos de ódio que perpetraram a sociedade brasileira, forçando o Estado nacional a repensar sua função enquanto defensor da república e dos sujeitos de direitos. Nesse sentido, seu discurso teve como elo central apontar as “não-neutralidades” que organizam o fazer das políticas culturais e as derivações desses arranjos sociais em disputa. Conforme apontou em seu texto, *Políticas culturais e novos desafios* (2009), a história das políticas culturais tematiza a transversalidade da cultura na vida social e política, a sua centralidade no debate do desenvolvimento sustentável e como eixo central nas discussões sobre patrimônio imaterial e intangível.

Assim, para Albino, a confecção das políticas culturais, conforme explicitou em sua fala, está marcada pelo horizonte da cultura cidadã. Buscou, sobretudo, sublinhar que as práticas sobre as políticas culturais se referenciam à emancipação social e à cidadania. Portanto, sua confecção não é imune aos valores e, por isso, convocar um debate sobre o pensamento é condição essencial para sua reflexão. Nesse sentido, por exemplo, a política sobre o campo cultural é também um dispositivo de promoção da cidadania, servindo como barreira aos ódios e aos preconceitos que ferem a sociedade civil por dentro. Sobressaímos sua fala com a seguinte parte:

A gente precisa deixar muito claro que as políticas culturais não visam desenvolver qualquer cultura. Não visam desenvolver, por exemplo, a cultura racista. Não visam desenvolver uma cultura homofóbica. Uma cultura conservadora, machista. Uma cultura com discriminação de classe. Quer dizer, o compromisso de determinadas políticas culturais. Eu espero que sejam essas as políticas culturais pelas quais nós lutamos. É um compromisso com a cultura cidadã. (Albino, 2015, evento *Cultura e Pensamento*, Rio de Janeiro)

Albino expôs o caráter valorativo sobre as políticas culturais, demarcando a necessidade de qualificar o lugar da cidadania na sua produção. Para isso, o discursante introduz o chamamento das universidades como o horizonte mais que necessário para a sedimentação do *Programa Cultura e Pensamento*. Desta maneira, interpõe à universidade o espaço de produtora de contradiscursos e de fomento à democracia brasileira, exigindo do intelectual acadêmico o papel de se comprometer com a construção de uma sociedade melhor e mais justa. Alerta, também, para os perigos isolacionistas que rondavam as faculdades, crítica também realizada por Marco Luchesi em sua fala. Concluiu apontando que as universidades necessitam retomar a centralidade política que tinham na ocasião de suas inaugurações, para substanciar a formação das redes, nas palavras de Varela, que vão compor o debate mais amplo sobre cultura e pensamento no Brasil.

Dando continuidade, a fala de Orlando Afonso do Amaral, reitor da Universidade Federal de Goiás, enfatizou a importância da cultura e das artes para a própria formação universitária

mais geral. Fez alusão, portanto, à própria história da Universidade Federal de Goiás, reivindicando o estimado valor do papel histórico da música pelo antigo conservatório, em compor a história da universidade pública goiana. Sua fala é interessante por remeter à outra dimensão da cultura na universidade, diferentemente do mencionado até então, que enfatiza a importância da universidade em se comprometer com a promoção da cultura. Nesse caso, a ênfase está no papel da cultura na promoção universitária, abrindo novos espaços de conhecimento e de interação acadêmica.

A última a discursar na abertura cerimonial do *Programa Cultura e Pensamento*, antes do início do debate sobre o tema das crises na sociedade, foi a pró-reitora de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria Mello de Malta. Substituindo o reitor Roberto Leher, Maria Mello retomou a discussão sobre cultura e universidade, a partir do enfoque da extensão. Destacou, nesse sentido, a possibilidade da díade “cultura e universidade” em catalisar os projetos de extensão para fora dos intramuros universitários. Pontuou também que tais projetos, muitas das vezes, acionam vozes das mais distintas, como técnicos, professores, mestres populares, estudantes, gerando potenciais artísticos e culturais que poderiam ter mais circulação, se o pensamento universitário abraçasse a cultura e vice-versa.

Tais falas, que compuseram a abertura cerimonial do relançamento do *Programa Cultura e Pensamento*, aparentam sintetizar múltiplas preocupações sobre a função do Estado, do Ministério, das universidades e da própria rede difusora e catalisadora de cultura que substancia os processos de tomada de decisão do Ministério da Cultura. O papel de articular debates maiores, que excedam os ambientes universitários, mas que não os menosprezam, parece ser a tônica por uma política de pensamento inclusivista, promotora do diálogo entre diferentes matrizes civilizatórias. A necessidade discursiva de se operar pela construção de símbolos, acionando a sociedade civil, combatendo os discursos perseguidores que se afluam na sociedade brasileira contemporânea é o eixo gravitacional que conecta todas as falas, a partir de diferentes perspectivas. Conforme Jeffrey Alexander sublinha (2004), a performance cultural é o processo social por onde diversos atores disputam, com outros, o sentido de suas situações sociais. O sucesso de suas performances depende dos elementos simbólicos que usam em seus repertórios para sensibilizar seus públicos sobre a razoabilidade de suas intenções. É também na construção do “símbolo” que diferentes forças materiais e imateriais operam pela disputa de diferentes recursos, sejam culturais, políticos, econômicos ou sociais. As falas de Carlos Vainer, Antônio Albino, Orlando Afonso de Amaral e Maria Mello, desdobradas a partir da matriz de significados apresentada por Guilherme Varela, parecem dimensionar a complexidade, a grandiosidade e a necessidade de debater a construção desses símbolos, a partir dos diferentes regimes de pensamentos e contrapensamentos, tematizando, a partir das crises de valores, o potencial papel da cultura na construção da cidadania no Brasil.

1.2 Debate e mediação

A abertura do debate foi realizada por Lia Calabre, então presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Destacando a presença de múltiplos coletivos e instituições culturais, a mediadora iniciou sua fala pontuando a necessidade da *dialogia* como elemento central para pensar o futuro da inclusão social e cultural no país. O perigo dos pensamentos excludentes e xenófobos, sexistas, racistas só pode ser respondido com múltiplas vozes, trabalhando juntas por um sistema de pensamentos e de aceitação da diferença na sociedade civil. Como a maior referência na área de políticas culturais, sua fala se coadunou com as necessidades oriundas do próprio campo de pesquisa, conforme apontou:

Parece-nos que a área de políticas culturais possui uma diretividade de pesquisa com sugestivo papel autorreflexivo, reforçando sua noção processual e, ao mesmo tempo, destacando um eixo mais significativo que parece gravitar, de forma centrípeta, diferentes temas e literaturas (seja das artes ou do universo da cultura no seu sentido mais amplo) em torno de um debate mais amplo sobre cidadania, democracia e participação social. (SANTOS, M.; COSTA, C.; CALABRE, L., p. 16, 2018)

Nesse sentido, a mediadora convidou para falar as respectivas autoridades e personalidades culturais, na seguinte ordem: o então ministro da cultura Juca Ferreira, o diretor teatral Aderbal Freire, o escritor líder quilombola Antônio Bispo e o escritor, membro da ABL, Marco Lucchesi. Primeiro a falar, o ministro Juca Ferreira iniciou sua fala desafiando o público a compreender a disputa pela importância da cultura, a partir da dinâmica da luta e da guerra, sobre a necessidade da resistência e da não perplexidade.

Trouxe a metáfora da *Batalha das Termópilas*, no âmbito da Segunda Guerra Médica, destacando que, mesmo sob as quase nulas probabilidades de os gregos conseguirem oferecer resistência ao exército persa, o diminuto exército grego converteu as flechas que os atacavam em sombra fresca para continuar sua resistência, ressignificando tal sombra como possibilidade de proteção ao sol que cegava. Em outro sentido, a ideia metaforizada é a de que, mesmo em cenários de ampla adversidade, é possível converter o perigo em possibilidade de resistência e militância. Seu intuito teve como fundamento nuclear assegurar que a importância do Ministério da Cultura está para além das forças pragmatistas e imediatistas, como citou Carlos Vainer, e que o trabalho deve continuar, sem jamais recuar.

Como também fez Varella, Ferreira incitou o seu público a importância do espetáculo, do símbolo, da resistência e do papel do MinC em gerar incômodos e desafiar o exercício do pensamento da gestão pública sobre a complexidade cultural brasileira. A culturalização do social, da política e da economia, conforme já descreveu Antônio Albino Rubim (2009), exigem, em cenários de maior complexidade de forças, um papel ativo do Ministério da Cultura em promover o efeito simbólico sobre a política, a partir da retórica da diversidade, da interculturalidade e das diferenças culturais. A ideia de narrativa é recuperada com o intuito de situar o

próprio *Programa Cultura e Pensamento* dentro dessa contracena sobre a necessidade de não “apequenar” a rede de atores culturais frente às ondas neoconservadoras que assolam o país. É nesse íterim que espetáculo, símbolo e narrativa, componentes centrais do drama cultural descrito por Jeffrey Alexander, passam a ser tematizados como uma necessidade que se estabelece como emergencial para proteger o trabalho do MinC até aquele momento e garantir sua força para os tempos vindouros.

A inviabilização da democracia, os atentados na forma de judicializações ao exercício republicano também são temas que atravessam seu discurso, inflamado pela necessidade de chamar a sociedade cultural, com todos seus movimentos, a recuperar a dimensão abstrata do pensamento para atingir sua potencialidade frente às adversidades. A visão de Newton de Menezes Albuquerque e Ecila Moreira de Menezes dá os contornos necessários para suplementar os argumentos de Ferreira sobre o momento das adversidades na política brasileira:

No plano político-jurídico, vimos ser plasmado em nosso país um ordenamento bifurcado em que poucos são assimilados efetivamente. A condição de titulares de direitos, enquanto os trabalhadores, mais notadamente os da “ralé” ligada informalmente ao mercado de trabalho, vê-se submetida ao Estado de Exceção, numa seletividade escandalosa que malferre as proclamações grandiloquentes sobre as virtudes excelsas do constitucionalismo pátrio. Sofremos de uma esquizofrenia sistêmica em que o *superego* do direito colide com o *id* dos desejos de uma minoria endinheirada, sem visão de desenvolvimento a longo prazo, o que torna a Constituição e seu programa dirigente, mero ícone simbólico, mais preocupado com a procrastinação de demandas via incorporação das mesmas ao ordenamento do que com sua efetividade. (Albuquerque, N. e Menezes, E., 2017)

Juca Ferreira prosseguiu com seu discurso, sobretudo, pontuando a importância do não apequenamento frente ao cenário ilustrado. Diante disso, o ministro retomou a dimensão educacional das políticas de pensamento e cultura, reforçando as conversas necessárias entre essas duas áreas irmãs (*educação e cultura*), salientando a igual importância de não confundí-las. É nesse sentido que se torna de extrema urgência recuperar a dimensão atrativa das escolas, dos museus, conforme o mesmo citou, com o intuito de transformá-los, novamente, em agentes ativos da cultura, mais que simples oferecedores de serviços tradicionais. A globalização, ou conforme Albino descreveu, o aceleração do tempo e a complexificação dos agentes culturais, em diferentes formatos, tais quais os nacionais, regionais, transnacionais, tornam essencial que as instituições culturais e educacionais se repensem em diferentes estratégias e o tempo todo, buscando assim também fazer parte do cenário de oferta cultural, cenário este em que as suas maiores organizações de bens culturais são privadas e geridas pela lógica do lucro (Albino, 2009).

O ministro alertou, nessa direção, que as vulnerabilidades tão assombrosas não poderão ser efetivamente enfrentadas enquanto a dimensão educativa e cultural não for, de fato, con-

siderada central para a estratégia conjunta em tornar o Brasil um país mais igual e com uma maior liberdade de diferença. Por fim, Juca Ferreira enfatizou que o Brasil não é um país que está saindo do zero nas políticas culturais, uma vez que o seu “agregado” se reflete na própria importância que o país tem quanto à agenda nacional de patrimônio imaterial e material, reconhecida mundialmente. Também citou o *Cultura Viva* e o marco regulatório da internet como exemplos necessários para qualificar, no cenário mais prático, a importância do exercício público sobre a esfera cultural nacional, regional e local.

Em seguida, o diretor teatral, outra também conhecida personalidade cultural, Aderbal Freire foi convidado a falar. Abriu seu discurso assumindo que sua fala é do ponto de vista de um artista preocupado, igualmente, com as direções que cultura e pensamento possuem no país. Também qualificou o pragmatismo econômico que parece rondar e ameaçar o Ministério da Cultura, explicitando que, muito pelo contrário, o caráter cultural não deve ser apenas referente a uma *única* institucionalidade própria. Para ele, todos os ministérios deveriam incorporar a dimensão cultural em seus campos de excelência, o que, de acordo com Aderbal, certamente, seria eficaz no entendimento dos principais problemas brasileiros, tais como na saúde. Retomo dois conceitos de Jeremy Ahearne (2009) para tentar qualificar o que Aderbal Freire, em seu debate, chamou de necessária instância cultural em todos os ministérios e não só no da cultura. Ahearne conceitua duas formas de políticas culturais, uma implícita e outra explícita. De acordo com o autor, o caráter explícito das políticas culturais se refere à dimensão autônoma e específica de institucionalidade pública sobre a cultura, que demarcaria, por exemplo, o local do Ministério da Cultura. Em contrapartida, as políticas culturais implícitas superariam a sua dimensão de *public label* indo além da exclusividade de um serviço público especializado na cultura, mas abraçando todos os projetos públicos que interferem sobre a lógica cultural, frontalmente e lateralmente.

A dupla conceituação nos permite avançar sobre o que Aderbal falou quanto à instância cultural de outras competências públicas, alertando para o fato de que, em um momento de crise de valores e de crises político-econômicas, a saída não é a retirada das políticas culturais explícitas, por um pragmatismo econômico, mas sim na própria explicitação da dimensão cultural das outras políticas difusas que interferem sobre múltiplas instâncias da vida social, tais como a saúde, previdência, educação. É nesse direcionamento que o próprio *Programa Cultura e Pensamento* se propõe quando se refere ao alargamento do conceito de cultura para além de sua rede-base, enfatizando a articulação de outros movimentos culturais e sociais que possam adendar diferentes perspectivas aos problemas das mais variadas ordens e necessidades.

Aderbal também retomou a dimensão de complexidade da vida cultural e política no Brasil, tecendo diferentes comparações com outras políticas do Uruguai, na tentativa de comparar, salvaguardando as devidas diferenças territoriais, como diferentes impactos da globalização podem ser mediados por instituições públicas que prezem pela vida cultural dos seus

povos, no plural. Assim, trouxe inúmeras saídas uruguaias para o exercício de uma sociedade menos segregada, com o intuito de alertar que é possível realizar a diferença por meio da disputa simbólica no campo da cultura, principalmente, a partir do setor público. Concluiu, afirmando que *“é possível, se a gente pensar CULTURALMENTE a nossa sociedade, a nossa realidade, a gente vai saber aumentar, redimensionar o que aquilo que existe num lugar pequeno, nesse lugar tão grande”* (FREIRE, A., evento *Cultura e Pensamento*, 2015).

Em seguida, Antônio Bispo foi convidado a fazer sua comunicação para o público. Sua fala foi marcada pela historicidade própria, pela autonarrativa ou, dito de outra maneira, na condução de uma contra-narrativa. Buscou, a partir dos conceitos hegemônicos em constante demolição, retomar seu lugar de fala, lugar de preto, do quilombo, para representar o plural das culturas e o plural dos pensamentos. Problematizou o lugar do intelectual, pontuando que a intelectualidade não pode estar desassociada do seu povo, pois, senão, só restaria o sintético. Desta forma, identificou os elementos euro-colonizadores que produzem o pensamento único, singular e opressor, que necessita ser relativizado, tensionado.

Bispo introduz sua narrativa do ponto de vista dos mestres de lavoura, vivente do quilombo piauiense, produzindo sua própria trajetória, assumindo o espaço de luta, antes abstratamente relatado por Carlos Vainer e Juca Ferreira. É através do símbolo de resistência do povo quilombola que Antônio Bispo narrou a exclusão que o pensamento único impõe à ideia de cultura nacional. Interessante tomar de empréstimo suas colocações para colorir a perspectiva de Homi K. Bhabha, em *O lugar da cultura sobre cultura e pós-colonialidade*. De acordo com Bhabha (1998), a ideia de agência pós-colonial não se basta na reinvenção de si, perpetuamente, e sim na característica de se *“apoderar da codificação de valor, permitindo surgir um entre-tempo interruptor do mito progressista da modernidade e tornar possível a representação do diaspórico e do pós-colonial”* (Bhabha, p. 379, 2014).

Nesse sentido, mais do que o processo de *“reinventar”* uma nova forma de expressar sua narrativa, a agência do diaspórico está na interrupção constante da temporalidade, do *“acontecer”* compulsório da modernidade, tornando diacrônica e desespacializada a estrutura da narrativa das continuidades que, pela modernidade, insistem em se enunciar. Não se trata, portanto, da alteridade cultural assumir uma identidade pré-moldada, mas de reclamar pelo seu direito de enunciar e denunciar, a partir do seu arcabouço narrativo. Nesse mesmo sentido, a disputa, conforme coloca Bhabha, pelo signo do presente, também não deve deslocar o tempo passado diaspórico do fluxo da vida moderna. A dimensão performativa e deformadora é o estilo diaspórico de não simplesmente deslocar os valores transculturalmente. Trata-se de qualificar que a contradição tensionada pelo pós-colonial não tem como direção a totalização compulsória da modernidade e nem de sua superação, mas da fabricação de um entre-tempo, um interstício anti-mimético, povoado pela indecisão e pelo seu rompimento temporal e espacial.

Esse exercício proposto por Bhabha nos permite observar o discurso de Bispo, tomando

o cuidado de não encerrar sobre suas palavras máximas totalizantes. O líder quilombola, em sua fala, constantemente retomou sobre o signo do presente, a disputa entre diferentes cosmovisões e os genocídios que dela derivam e precisam ser denunciados. Bispo descreveu esse processo da seguinte maneira:

Da lei áurea, de 1888 até 1988, portanto, 100 anos, o quilombo passou a ser o quê? Se, na sua trajetória, eles eram criminosos, eles agora foram sentenciados. Então, os quilombos eram uma comunidade reclusa na história brasileira. É um povo que viveu 100 anos de reclusão. Deixou de ser um povo criminoso, para ser um povo recluso e, só a partir da constituição de 88, é que passa a ser um povo de direito. Só a constituição de 88 reconhece quilombola como organização de direito. (Antônio Bispo, evento *Cultura e Pensamento*, 2015).

O discurso de Antônio Bispo gerou o efeito de materialização do que antes foi enunciado teoricamente, desde a fala de abertura de Varella até as pontuações sobre o perigo da disputa pelas intencionalidades das políticas culturais, jamais neutras, conforme apontou Albino. Apresentou, em seus variados exemplos, os símbolos apropriados pelo Estado nacional, com formação de matriz eurocolonizadora, para definição de pobreza e de vulnerabilidade, retomando o exemplo de cidades no Piauí para deslocar os significados em torno do senso de coletividade e de pertencimento que tais populações têm. Se, para o Estado brasileiro e o mundo, pequenas cidades piauienses poderiam ser entendidas como símbolos da “miséria brasileira”, para Bispo, as marcas da coletividade e do mútuo suporte, presentes nestas cidades, não devem ser silenciadas para a formação dessa propaganda governista de apropriação. É neste exercício de deslocamento das narrativas compulsórias que Antônio Bispo teceu suas palavras e suas contribuições para o circuito de ideias formadoras do *Programa Cultura e Pensamento*.

Por fim, Marco Lucchesi assumiu a fala final do evento. Membro da Associação Brasileira de Letras e renomado poeta, romancista, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lucchesi retomou o debate sobre cultura e pensamento por meio de duas definições centrais: a miséria da fronteira e o enlace educacional como potência de liberdade cultural. Espelhando-se na crise grave da Síria, Lucchesi discutiu sobre o efeito nas colocações de fronteiras, na forma de encarceramento das potencialidades de um mundo melhor. Essa é a miséria que está presente entre os espaços disputados tanto em nível nacional, como internacional. Conforme pontuou, o efeito da departamentalização dentro e fora das universidades é o exemplo categórico dessa lógica segregacionista, mimetizada e devastadora. Esses núcleos duríssimos de geração de conhecimento produziram fronteiras epistemológicas, com fortes impactos na vida social e no bem coletivo. Citando Darwish, Lucchesi colocou o carcereiro da diferença e do espírito colaborativo na frente do espelho, indagando-o a respeito do lugar que este está perante o próprio processo de criação de fronteiras simbólicas e materiais. No final, não é um jogo no modelo “win-win”, é um jogo onde todos perdem.

A capacidade de imaginação de um mundo sem fronteiras, descrito nas belas palavras de Darwish no seu poema “O mural”, citado por Lucchesi, é a resposta máxima para um mundo no qual identidades são dizimadas pela simples destrutividade oriunda de enunciações silenciadoras, conforme metaforiza Hania Nashef (2018). O discursante passou, então, a direcionar a parte final do seu debate para falar de suas experiências em visitas aos presídios brasileiros e às reflexões que ocorrem desses encontros. Relatou a experiência de um dos presos, na sua própria engenharia de fruição e incentivo à leitura, estabelecendo concursos e encontros entre seus colegas, montando ele mesmo a sua biblioteca de uso coletivo no presídio de Dracena, em São Paulo. Lucchesi partiu daí para sugerir a ideia de remissão das penas por meio da cultura do livro, da educação cultural, *aposta* esta que faz perante um mundo no qual a informação transforma-se também em mercadoria. Usa da metáfora do livro para pensar, na mesma linha de Juca Ferreira, numa frente de ação aos movimentos de ódio nos tempos atuais, sem perplexidade e sem recuos. Sobretudo, Lucchesi aposta na possibilidade de escrita de um novo livro, protegido pela democracia, dono de muito valor pela multiplicidade de vozes que o narram. Assim, como a sombra feita pelas flechas que atacam, para Juca Ferreira, é a possibilidade de proteção ao sol que queima, o livro passa a ser a resposta ao mundo que – constantemente e compulsoriamente – usa da fronteira para ratificar e reafirmar suas marcas sofridas de miséria humana.

Dessa forma, todas as dez falas presentes no evento de relançamento do *Cultura e Pensamento* abrem espaços para debates mais híbridos, desafiadores e tensionados. O papel da universidade e a sua responsabilidade em deslocar a hegemonia cultural centralizam demandas robustas por um universo aberto ao conhecimento, integrado com a sociedade e em constante diálogo com as culturas locais e regionais. Ao mesmo tempo, a necessidade de pluralizar a compreensão da ação sobre a cultura e de colocar em debate a própria reflexividade do Estado perante suas funções foram elos matriciais que conduziram muitos dos temas que atravessaram a noite.

Para além disso, é claro, é também indicativo que todos os temas discutidos na noite possam gravitar em torno das (in) definições do papel da democracia cultural em tempos de encruzilhada do próprio conceito de democracia. A história dos embates teóricos sobre a democracia cultural e de suas aplicações aponta para a necessidade de discussões mais amplas, mais audaciosas, que permitem a autocrítica tanto do Estado quanto da própria sociedade civil, revisitando o que foi executado com sucesso e o que ficou no meio do caminho, ou o que nunca saiu do papel. O desafio coloca-se sobre os processos que foram tomados e que podem ainda ser executados, sem perder de vista o perigo da história única, do pensamento único, para retomar brevemente a intelectual nigeriana Chimamanda Adichie. Nesse sentido, acredito que a ideia de terapia dos povos é fundamental para a síntese – nunca totalizadora e totalizante – sobre os tempos vindouros das dinâmicas entre cultura e pensamento no Brasil.

Assim como em seu livro *Meio sol amarelo*, Adichie revisita a Guerra do Biafra por meio

das mais complexas personagens, tocando em temas não conclusos sobre a sociedade nigeriana e o seu mito nacional, contar uma história futura de “um povo com muitos povos” só é possível se historicidade, temporalidade, signo do presente e as matrizes civilizatórias sejam retomadas para acessar emoções não debatidas, sentimentos reprimidos, medos ocultos, preconceitos estruturais, em uma espécie de terapia coletiva pela diferença. *Meio sol amarelo* toca em feridas, mesmo que em um tom gatuno, porém com todos os esmeros possíveis, exercendo a necessidade de se falar sobre os múltiplos sistemas de pensamentos na Nigéria, sem neutralizá-los, sem diminuí-los, mas sem extirpar o conflito e os genocídios que dele derivam.

Reconhecer essa necessidade de dialogia, de simbolização das dores do passado (*como na história dos quilombos no Brasil*) e dos atravessamentos culturais – como o racismo, o machismo, os preconceitos regionais – é também apostar, no centro da ideia de Jeffrey Alexander, sobre a dimensão cultural enquanto *assentamento estruturado de significados (structured set of meanings)*, reconhecendo sua autonomia frente à construção das realidades no mundo. É apostar no que Guilherme Varella teceu em seu discurso, ao defender a necessidade de se incorporar a disputa simbólica e o debate filosófico para dentro das ações estruturantes do Estado, sem ignorá-las e neutralizá-las por qualquer pragmatismo funcional.

Importante também é a ressalva de que tomar a cultura como dimensão autônoma não é promover reificações e tomar os seus efeitos pelas causas. Pelo contrário, na escrita cultural (*Alla Geertz*), entender a cultura como variável expressiva na construção do social é entender que seus símbolos e códigos também colidem, se associam, tensionam condições materiais e interesses racionais que, quando combinados, geram diferentes resultados sobre a história das populações no mundo e com o mundo. Assim, um programa como *Cultura e Pensamento* surge enquanto uma possível saída para entender a cultura em sua devida centralidade, chamando a sociedade civil para cooperar (*no seu sentido mais preciso*) na dinâmica de gestão pública e nos desafios que se apresentam a ela.

2. Um breve panorama dos debates acadêmicos sobre políticas culturais, diversidade cultural e patrimônio cultural

Por fim, esta relatoria tem como objetivo substanciar as tomadas de decisão dentro das diferentes instituições públicas pela cultura, para acompanhar as diretrizes que o *Programa Cultura e Pensamento* apresenta. Assim, pretende somar-se às perspectivas apresentadas sobre (i) pós-colonialidade (*Bhabha*), (ii) sobre performance cultura e instância civil (*Alexander*), (iii) sobre diferenças de conceituação quanto ao lugar das políticas culturais (*Ahearne*), (iv) sobre a terapia dos povos enquanto discursividade das políticas culturais (*Adichie*), (v) um mapeamento acadêmico de temas sobre a área de políticas de cultura, gestados pela *Coleção Scielo Brasil* de artigos publicados em periódicos, em um período de sete anos, entre 2012-2018.

A ideia consiste em observar, em um dos panoramas mais bem qualificados de catalogação da

produção intelectual brasileira, uma lista entre outras possíveis, dos objetos de pesquisa que mais vão se assentando enquanto problemas no campo de pesquisa em políticas culturais, respeitando suas características difusas e complexas. Para este exercício, foi operado o sistema Proxy-UFRJ, que permite acesso à *Plataforma de bases da Capes*, na qual é possível acessar a base *Web of Science*. Esta base (entendida como base-das-bases) é conhecida por ser uma das mais completas referências em catalogação e organização bibliográfica de artigos internacionais e nacionais, servindo-se, inclusive, como base que interopera a base *Scielo Citation Index*, utilizada para gerar o efeito de impacto das publicações científicas. Nesse sentido, explorar a *Scielo Citation*, notadamente a partir da *Coleção Brasil Scielo*, é exercício que procura, em última instância, revelar um dos possíveis universos textuais de publicações científicas que indexam à área de pesquisa em políticas culturais no país, a partir de mecanismos de busca por diferentes níveis de refinação. O desafio proposto por esta consultoria, portanto, é de iluminar os temas que mais se apresentam nesse circuito intelectual específico (que não exaure o campo de produção intelectual da área), com o intuito de fornecer aos elaboradores de políticas públicas de cultura noções sobre temas que estão sendo trabalhados com certa rotina no âmbito acadêmico-universitário. A técnica de bibliometria, sofisticada pelos recursos presentes na *Web of Science*, é, portanto, a última contribuição que esta consultoria se pretende.

Foi feita uma busca na *Web of Science* de todos os artigos publicados em periódicos brasileiros, que são operados pela Scielo, que constava, pelo menos, ou em seu título, ou descrita em seu resumo, ou como palavra-chave, os seguintes termos: (i) políticas culturais, (ii) política cultural, (iii) políticas públicas de cultura, (iv) diversidade cultural, (v) diversidades culturais (iv e v podendo co-ocorrer com até duas palavras entre elas e com diferentes usos de seus radicais), (vi) patrimônio cultural, (vii) patrimônios culturais (sendo que vi e vii também poderiam co-ocorrer com até duas palavras entre elas e com diferentes usos de seus radicais). A ideia consistia em observar o máximo possível de artigos indexados para estes termos, considerados relevantes para o debate sobre cultura, pensamento e políticas públicas. Foram detectados duzentos e quarenta (240) artigos com essas características na *Coleção Scielo Brasil* (de 2012 até 2018), sugerindo uma quantidade razoável de publicações que podem servir como *corpora* sugestivo de catalogação de temas sensíveis à área de gestão pública na cultura. Segue a rede das principais palavras-chave autoindexadas pelos pesquisadores, com recorrência em, no mínimo, dois artigos para o corpo total de duzentos e quarenta publicações. Importante descrever que os termos estão em inglês porque (i) é parte da política da coleção brasileira que os publicados devem disponibilizar versões em inglês de seus títulos, resumos e palavras-chave e (ii) o leitor da programação dessas informações bibliométricas, conhecido como o *software VOSviewer* utiliza dessas versões em inglês para gerar mapas científicos de citação e co-ocorrência.

¹ Lembra-se que para que os periódicos atinjam notas altas na avaliação CAPES, eles precisam ser validados por sistemas de indexação internacionais, como a avaliação do Scielo.

² A partir do vetor de busca “near/2”.

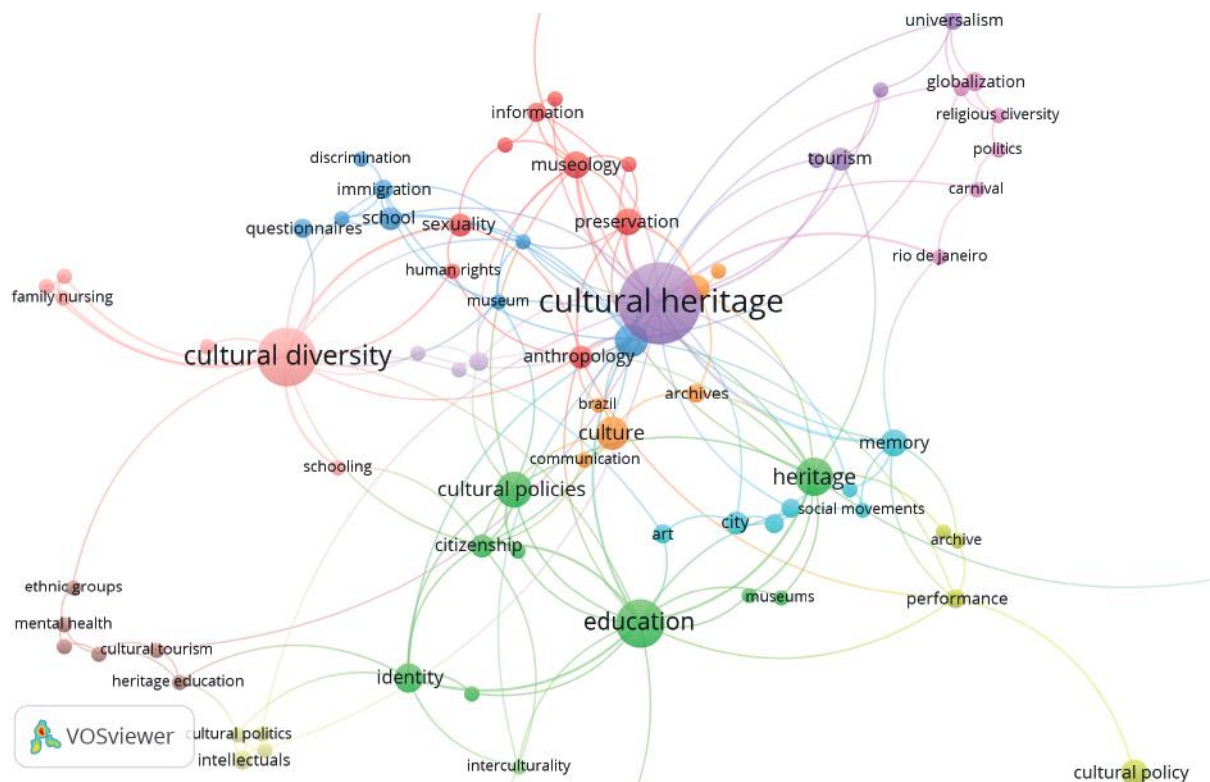


Figura 1: Principais palavras-chave para o corpus textual de 240 publicações na Coleção Scielo Brasil

Seguem alguns recortes de zoom da Figura 1, com o intuito de mapear temas também presentes, porém não diagramados pela primeira visualização:

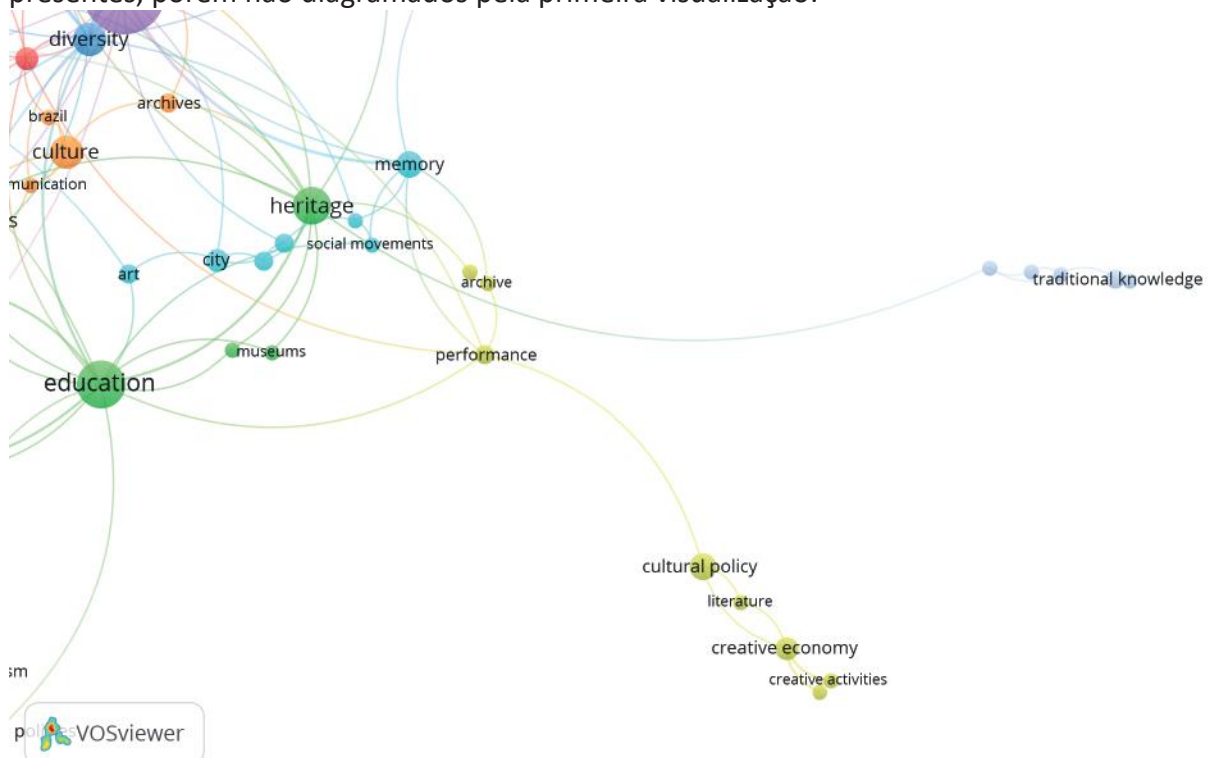


Figura 2: Zoom do canto inferior direito da Figura 1.

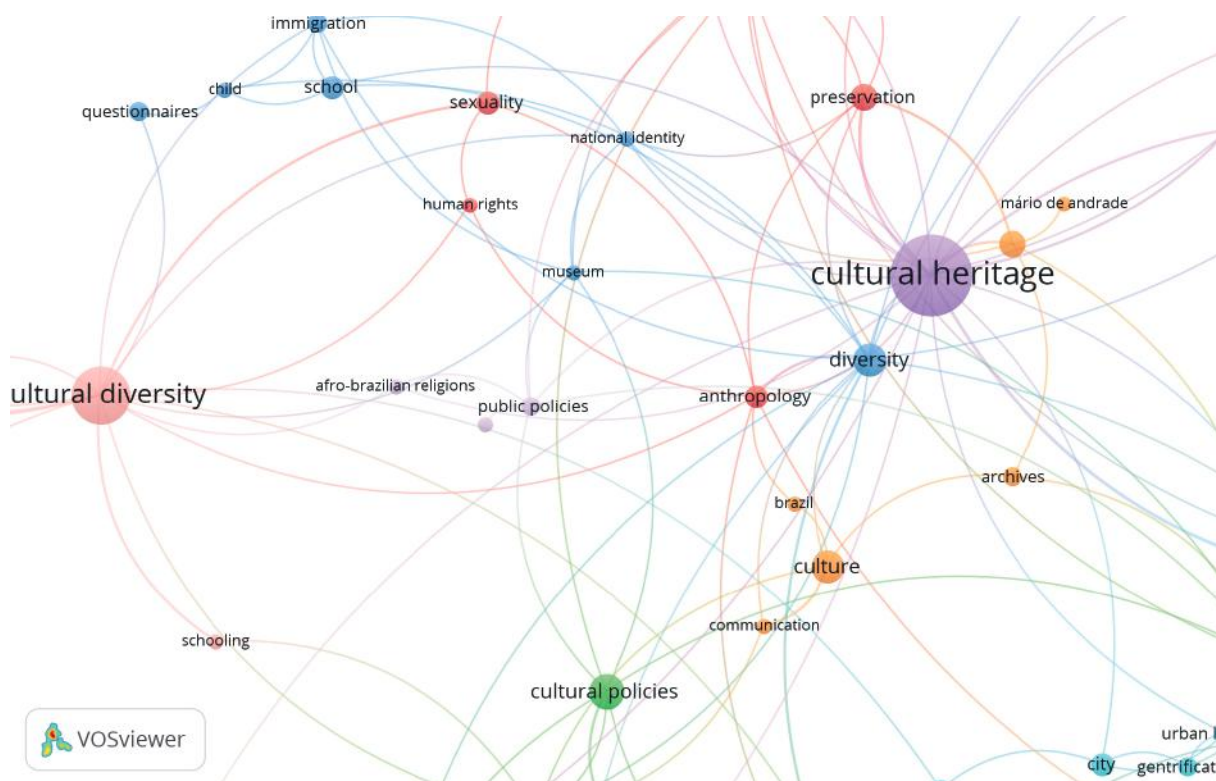


Figura 3: Zoom do centro esquerdo da Figura 1

A Figura 1, reforçada pelos zoons da Figura 2 e 3, traz um mapa razoável de temas que vão conseguindo recorrência dentro das publicações ofertadas pela Coleção da Base Scielo no Brasil, positivas aos buscadores apresentados nas páginas anteriores. Palavras-chaves com maior recorrência são representadas por “bolas” maiores e a probabilidade de palavras-chave co-ocorrerem juntas em um mesmo artigo é expressa pela clusterização dos temas, a partir das cores das “bolas”.

Como se poderia esperar, até mesmo pela indução metodológica, os termos “patrimônio cultural”, “diversidade cultural” e “políticas culturais” são expressivos, juntos ao termo “educação”, reforçando a diáde tão trabalhada pelo evento *A crise de valores na sociedade atual: qual é o papel da cultura?* analisado por essa consultoria. Temas do universo da saúde e da educação são presentes no mapa da área: “saúde mental”, “cuidado familiar”, “ensino” e “escola” são sinais dessa presença. Temas políticos e sociais representados pelos termos “cidadania”, “movimentos sociais”, “direitos humanos” também se coadunam como literaturas sensíveis da área. As diferentes linhas identitárias e culturais também são recorrentes nesse corpus textual: “grupos étnicos”, “religiões afro-brasileiras”, “diversidade religiosa”, “conhecimentos tradicionais”, “identidade nacional” e “arte” dão seus contornos. Temas recorrentes nas ciências sociais também se apresentam: “sexualidade”, “imigração”, “discriminação”, “memória”, “globalização”, “universalismo”, “performance”, “gentrificação” e “cidade”.

Outros termos se voltam também para os objetos específicos do fazer público e privado

para a cultura de diferentes paradigmas práticos: “preservação”, “museus”, “carnaval”, “turismo e turismo cultural”, “educação patrimonial” e “economia criativa”. Outros termos não destacados pela visualidade também aparecem: “mulher”, “desenvolvimento regional”, “historicidade”, “América Latina”, “agrobiodiversidade”, entre outros.

Acredita-se que tais ilustrações possam suplementar o referencial público sobre a cultura, com os temas que mais vão disputando espaço acadêmico – dentro desse recorte – enquanto objetos investigativos da ordem das políticas culturais, da diversidade cultural e do patrimônio cultural. Portanto, o intuito é mais oferecer novas entradas para a produção de novos seminários, caso o programa, porventura, seja retomado.

Assim, a expansão da rede de agentes multiplicadores nos assuntos culturais poderia ser catalisada, gerando novos contatos, novos enfrentamentos, deslocando os signos por meio de diferentes cosmovisões. O fomento, a fruição e o incentivo às políticas de pensamento e de cultura não podem parar, uma vez que sua construção é contínua, em fluxo, coescrita e correalizada. Pensar sobre as complexidades culturais e os regimes de visões que disputam a construção de símbolos no mundo, seja em eixos explícitos sobre a gestão pública na cultura, seja em seus mais diversos campos implícitos, é exercício fundamental para expandir o núcleo gravitacional de temas, atores, redes, ideias, imaginações, projetos e planos em torno da construção da cidadania, da participação social, da liberdade da diferença e do direito por uma vida melhor no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, C. N. **Meio sol amarelo**. Companhia das Letras, 2008.
- AHEARNE, J. Cultural policy explicit and implicit: a distinction and some uses. In: **The International Journal of Cultural Policy**. Vol. 15(2), pp. 141-153, 2009.
- ALBUQUERQUE, N. e MENESES, E. O golpe no Brasil como construção da “democracia” da subcidadania. IN: *Polis [Online]*, 46 | 2017, posto online no dia 08 junho 2017, consultado em 29 abril 2021. URL: <http://polis.revues.org/12246>
- ALEXANDER, J. C. *The Civil Sphere*. New York and Oxford, England: Oxford University Press, 2006.
- BARKAN, Steven. Legal Control of the Southern Civil Rights Movement. IN: *American Sociological Review* vol. 49: 1984, p.552–65.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CALABRE, L. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. IN: *Políticas Culturais no governo Dilma*. Org Rubim, Barbalho e Calabre. Coleção Cult: EDUFBA, 2015.
- CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007.
- CALABRE, L. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências”, IN: *Pragmatizes*, ano 4, nº 7, semestral, setembro 2014.
- DARWISH, M. *Mural*. Beirut: Riad ElRayyes Book, 2000.
- NASHEF, H. A dialogue beyond the nation-state: Darwish’s Mural and Shehadeh’s a Rift in Time: Travels with my Ottoman Uncle. IN: *Interventions-International Journal of Postcolonial studies*. Vol.20, nº 2, 2018, p.279-93.
- RUBIM, A. A. Políticas Culturais e novos desafios. IN: *Matrizes*, ano 2, nº2, 2009, p.93-115.
- SANTOS, Marcelo A de P. Políticas culturais, um campo em formação: exploração a partir de metodologias informacionais e cientométricas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agosto, 2017.
- SANTOS, M; COSTA, C.; CALABRE, L. Modelando o campo de pesquisa em políticas culturas: um breve relato sobre suas semantizações. Texto submetido ao XIV Enecult, 2018.
- SOUZA, T; CERQUEIRA, C. Mesmo sol outro. Itaú Cultural: 2018. URL: http://portal-assets.ic-networks.org/uploads/attachment/file/99724/MESMO_SOL_OUTRO.pdf
- YOUNG, R. J. C. Postcolonial Remains. IN: *New Literary History* vol. 43: 2012, p.19–42.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

A'ñanga. Direção: José Diniz. 13min. 2017.

A grande ceia quilombola. Direção: Ana Stela Cunha e Rodrigo Sena. 52 min. 2017.

Bixa, Travesty. Direção: Kiko Goifman e Claudia Priscilla. Brasil. PaleoTV Produções | Válvula Produções e Canal Brasil, 2017.

Brasileirinho. Direção: Mika Kaurismaki. 90 min, 2005.

O juremeiro de xangô. Direção: Arilene de Castro. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Alagoas (NEAB-Uneal) e grupo cultural Arteiros S/A, 2016.

Raça. Direção: Joel Zito Araújo e Megan Mylan. 106 min, 2012.

Seminário Arte na Diversidade Cultural: Ética e estética

RELATORIA

Bruno Goulart Machado Silva

EMENTA: Relatoria do seminário realizado na cidade de Serra Talhada, PE, nos dias 27 e 28 de novembro de 2015, sobre o tema *Arte na Diversidade Cultural: ética e estética*, no âmbito do *Programa Cultura e Pensamento*.

1.1 O Seminário Arte na Diversidade Cultural: ética e estética

O Seminário aconteceu nos dias 27 e 28 de novembro de 2015, na cidade de Serra Talhada, Pernambuco. É uma ação do *Programa Cultura e Pensamento*, que se iniciou em 2005, foi interrompido em 2012 e retomado em 2015.

O *Programa Cultura e Pensamento* foi concebido num período no qual o Ministério da Cultura reestruturava-se e passava a formular novas modalidades de políticas culturais. O marco dessa reestruturação do Ministério é o ano 2003 e ocorreu por meio da criação de novas secretarias, do desenvolvimento de novas formas de políticas culturais, da construção de espaços participativos abertos à sociedade civil e de uma redefinição do conceito de cultura – de modo que este passasse a incorporar várias formas de expressões e manifestações sociais e não mais apenas as expressões percebidas como “alta cultura”.

Dessa maneira, a atuação do MinC, a partir de 2003, foi orientada por discussões sobre multiculturalismo, diversidade cultural, participação social, direito à diferença e patrimônio imaterial realizadas em âmbito internacional por meio de organismos como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Em meio às discussões elencadas acima (patrimônio imaterial, participação social, diversidade cultural), a atuação do MinC abriu-se para a possibilidade de formular políticas para setores culturais que até então não as tinham ou existia pouco acesso. Isso colocava o desafio de como conceber e aplicar essas políticas culturais atendendo à especificidade de determinados setores da cultura.

Foi como uma forma de promover reflexão teórica sobre políticas culturais que surge, entre 2005 e 2012, o *Programa Cultura e Pensamento*. A proposta do programa é estimular debates culturais por meio da realização de seminários e apoio a publicações que dessem subsídios teóricos para o desenvolvimento de diretrizes e ações por parte do Ministério da Cultura. Em 2015, o *Programa Cultura e Pensamento* foi retomado e desenvolveu várias ações, como o fomento a iniciativas da sociedade civil, publicações sobre o tema das políticas culturais e a realização de um ciclo de seminários. Além de o *Cultura e Pensamento* manter a proposta de debater grandes temas da cultura e refletir sobre as políticas culturais em âmbito nacional e internacional, em 2015, procurou realizar essas discussões por meio da presença de uma diversidade de sujeitos (e não apenas acadêmicos e cientistas).

Essa proposta foi expressa por meio de convites para que lideranças de movimentos sociais, artistas, mestres e mestras dos saberes e ofícios das culturas populares e tradicionais fizessem parte dos seminários do *Cultura e Pensamento*. Dessa maneira, entre outubro e novembro de 2015, foram realizados seminários em várias cidades brasileiras, tais como Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) e Serra Talhada (PE). Esta última cidade abrigou o *Seminário Arte na Diversidade Cultural: ética e estética* – objeto desta relatoria –, realizado em 27 e 28 de novembro dentro da programação do IX Encontro de Culturas Populares e Tradicionais.

O IX Encontro de Culturas Populares e Tradicionais é uma idealização da Rede homônima que foi criada em 2006, durante o II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas

Populares e o I Seminário Sul-americano das Culturas Populares, eventos concomitantes que ocorreram em Brasília (SILVA, 2018). A Rede é uma articulação que reúne mestres e mestras, artistas populares, gestores culturais, ONGs, empresas, instituições, etc., que têm como objetivos: o reconhecimento e a proteção das expressões das culturas populares e tradicionais como patrimônio imaterial; o “desenvolvimento socioeconômico e educativo” de seus detentores; a “repartição dos benefícios originados do acesso aos conhecimentos tradicionais” e a “moderação, fomento e articulação das ações dos (as) agentes de salvaguarda do patrimônio imaterial” (Carta de princípios, 2017). Mesmo que reúna um perfil heterogêneo de sujeitos, organizações e coletivos, a Rede aposta no “protagonismo dos (as) Mestres (as) na definição das [suas] ações e no modo de condução dos trabalhos” (Carta de princípios, 2017).

A criação da Rede foi uma articulação importante protagonizada por setores da sociedade civil ligados ao universo das culturas populares e tradicionais no Brasil bastante atuante nas discussões e rumos das políticas culturais do Ministério da Cultura. Como parte das ações da Rede, foi concebido o Encontro de Culturas Populares e Tradicionais de modo a promover encontros presenciais entre os membros da articulação, promover debates, apresentações e espetáculos do universo das culturas populares.

Para a realização desses encontros, a parceria da Rede com o Ministério da Cultura tem sido imprescindível no que se refere à organização e financiamento. E, ainda, a parceria com a Rede permitiu que o MinC aproveitasse os encontros e o público para realizar programas e ações de sua agenda e, assim, otimizar recursos públicos. Em 2013, por exemplo, o VIII Encontro das Culturas Populares e Tradicionais incorporou na sua programação as reuniões dos colegiados setoriais do Ministério da Cultura que compõem o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). No IX Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, em Serra Talhada (PE), no ano 2015, o Ministério da Cultura realizou o Fórum Nacional Setorial das Culturas e Povos Tradicionais, com a presença dos delegados que representavam todas as unidades federativas, os quais foram responsáveis por eleger os conselheiros setoriais de culturas populares, cultura afro-brasileira, patrimônio imaterial e artesanato – que, por sua vez, se tornaram parte do CNPC.

Outra ação do Ministério da Cultura desenvolvida no âmbito do Encontro foi o *Seminário Arte na Diversidade Culturas: ética e estética*, parte do *Programa Cultura e Pensamento*. Sobre a proposta do Seminário, este se baseou, como ponto de partida, num conceito alargado de cultura. Nesse sentido, cultura, mais que sinônimo de alta cultura, passou a incorporar também os saberes e fazeres relacionados ao universo das culturas populares e tradicionais. A incorporação dessa noção de cultura permite, então, pensar, refletir e relativizar as ideias que, usualmente, circulam a respeito do que é conhecimento e arte e quem está autorizado a produzi-los. Tomando esse eixo guia, no Seminário Arte na Diversidade Cultural, procurou-se promover três debates com eixos temáticos distintos, porém relacionados: A relação entre arte e diversidade cultural, as possibilidades dos diálogos entre diferentes saberes e a influência do sertão na identidade cultural brasileira. Como forma de desenvolver cada um desses eixos, foram propostas três mesas: a) *Arte na diversidade cultural: ética e estética*; b) *O protagonismo cultural e o diálogo entre saberes*; e c) *A influência do sertão nas identidades do povo brasileiro*.

A primeira mesa da programação, de título homônimo ao Seminário, ocorreu no dia 27 de novembro de 2015, às 9 horas da manhã, na tenda Xikão Xukuru, Estação do Forró, Serra Talhada (PE). A mediação da mesa foi realizada por Guilherme Varela, advogado, pesquisador, gestor cultural que, entre 2015 e 2016, foi secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Sobre os convidados, inicialmente, estavam previstas as presenças de mestra Dona Digé¹, Bráulio Tavares, Raimundo Carrero e mestre Bule Bule. Contudo, dos quatro convidados

² O nome legal de Dona Digé não foi fornecido pelo evento.

divulgados, apenas dois puderam comparecer: Bráulio Tavares e mestre Bule Bule (Antônio Ribeiro da Conceição). Entretanto, juntou-se a eles outra convidada que não constava na programação oficial: Lia Calabre.

Bráulio Tavares é pesquisador de literatura fantástica e ficção científica, compositor, poeta e escritor. Natural de Campina Grande (PB), autor de diversos livros e antologias de ficção científica e literatura fantástica, Bráulio Tavares ganhou em Lisboa o prêmio Caminho de 1989, na categoria ficção científica, e o prêmio Jabuti de literatura infantil (em parceria com Fernando Vilela), em 2013. Ele é também pesquisador de literatura de cordel e poesia popular, interesse este que pode ser visto perpassando sua obra teatral e em publicações, tais como: *Contando histórias em verso: Poesia e romanceiro popular no Brasil* (TAVARES, 2005).

Antônio Ribeiro da Conceição ou mestre Bule Bule, como é conhecido, nasceu em Antônio do Cardoso (BA). Ele é repentista, cordeleiro, sambador, tiraneiro, forrozeiro e artista. Reconhecido como mestre do repente, Bule Bule tem mais de 45 anos de carreira, tendo gravado discos, DVDs, dividido palco com artistas também renomados e realizado shows internacionais. Em 2008, foi condecorado com a Ordem do Mérito Cultural (OMC) pelo Ministério da Cultura.

Lia Calabre é doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2002, passou a integrar o setor de Políticas Culturais da Casa de Rui Barbosa. Foi ainda presidenta da instituição entre 2015 e 2016, cargo que ocupava na ocasião da realização da mesa. Sua atuação acadêmica tem se destacado por seus estudos sobre políticas culturais, tendo inúmeras publicações na área, e pela organização de coletâneas que se tornaram obras de referência sobre políticas públicas culturais no Brasil.

A discussão da mesa, da qual os integrantes apresentados acima participaram, se concentrou em temas como a relação e possibilidade de diálogos entre arte popular e erudita; as possibilidades de difusão da cultura popular por meio das novas tecnologias de comunicação; a necessidade de salvaguarda das culturas tradicionais; e a importância do fomento à diversidade cultural.

A mesa 2, *O protagonismo cultural e o diálogo entre os saberes*, estava prevista para ocorrer no dia 28 de novembro de 2015 na parte da manhã, na tenda Xikão Xukuru, Estação do Forró. Contudo, a mesa foi transferida para o turno da tarde por falta de público. Isso porque, na hora programada para ocorrer a mesa, a grande maioria dos participantes do IX Encontro de Culturas Populares e Tradicionais estava envolvida com a eleição dos colegiados setoriais – que acontecia concomitantemente à programação do seminário do *Cultura e Pensamento*. Por isso, os organizadores e convidados do evento acharam por bem modificar o horário da mesa 2 para o período vespertino (às 14 horas), antecedendo a plenária final dos fóruns setoriais das culturas e povos tradicionais. A mediação dessa mesa ficou a cargo de Pedro Vasconcellos, então diretor de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais da Secretaria de Políticas Culturais do MinC, e ex-diretor da Cidadania e Diversidade Cultural da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural. Os participantes da mesa foram a mestra Lucely Pio, José Jorge de Carvalho e Adriano Marcena.

Mestra Lucely Pio é da comunidade quilombola de Cedro, município de Mineiros (GO), e especialista em fitoterápicos e curas tradicionais. Além de atuação destacada na sua comunidade, Lucely Pio é membro atuante da Articulação Pacari, movimento social organizado em rede e criado em 1999, reunindo coletivos, sabedores, mestres e mestras das plantas medicinais do cerrado com atuação voltada para o campo das políticas públicas. A Articulação Pacari tem sido um agente importante no contexto de proteção dos saberes tradicionais do cerrado, tendo publicado livros como a *Farmacopéia popular do cerrado* (DIAS & LAUREANO, 2009) e o *Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do cerrado* (DIAS & LAUREANO, 2014). Lucely

Pio foi também uma das primeiras mestras a atuar como discente na Universidade de Brasília (UnB), no contexto do projeto Encontro de Saberes, coordenado por José Jorge de Carvalho.

José Jorge de Carvalho é antropólogo, professor da Universidade de Brasília e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI). É hoje uma referência em temas como: cultura popular, religiões afro-brasileiras, etnomusicologia, relações raciais, políticas públicas culturais e ações afirmativas. Nos últimos anos, à frente do INCTI, tem se dedicado a acompanhar a implementação das políticas de cotas nas universidades brasileiras e ao desenvolvimento do projeto Encontro de Saberes – que surgiu, em 2010, na UnB e tem como proposta convidar mestres e mestras dos saberes populares e tradicionais para ministrar, enquanto professores, disciplinas regulares em universidades federais.

Adriano Marcena é escritor, historiador, professor e dramaturgo. Estudou teatro e dramaturgia na Universidade Federal de Pernambuco e se formou em licenciatura plena em história. Recebeu, em 2010, do Ministério da Cultura, o prêmio Mais Cultura de Literatura de Cordel, contemplando a segunda edição de sua obra *A ópera do sol: Uma odisseia nordestina no sertão pernambucano* (MARCENA, 1988).

Sobre as falas dos convidados da mesa 2, elas se concentraram na discussão sobre o lugar de prestígio que ocupa o saber científico na nossa sociedade; a deslegitimação histórica dos saberes tradicionais pelos saberes da academia; as estratégias de diálogo dos mestres e mestras com o poder público; e as possibilidades de diálogo entre saberes tradicionais e científicos contemporaneamente nas universidades.

A terceira mesa, *A influência do sertão nas identidades do povo brasileiro*, prevista para ocorrer no dia 28 de setembro de 2015 às 11 horas da manhã, não foi realizada pelos mesmos motivos que adiaram a mesa 2, ou seja, ausência de público. Apesar de, inicialmente, ter sido também reagendada para a tarde no mesmo dia, a mesa 3 teve que ser cancelada para que se iniciasse a plenária final dos fóruns setoriais. Estavam previstos como convidados: Anildomá Williams de Souza, escritor e pesquisador da história do cangaço e então secretário de cultura de Serra Talhada; Ésio Rafael, poeta e pesquisador de cultura popular; e Tetê Catalão, jornalista, poeta, fotógrafo e então diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN.

1.2 Relatório das falas do Seminário

Sobre o andamento do *Seminário*, a mesa *Arte na diversidade cultural* foi aberta pelo mediador Guilherme Varella. Varella começou explicando o contexto de realização do *Seminário* – dentro da programação do IX Encontro de Culturas Populares e Tradicionais – e as diversas agendas que o MinC estava pautando no evento, como a conversa do então ministro (Juca Ferreira) com os mestres e mestras, o Fórum Nacional Setorial das Culturas e Povos Tradicionais e a própria edição do *Programa Cultura e Pensamento*. Depois, ele convocou os convidados para formar a mesa. Por fim, Varella explicou a proposta do *Cultura e Pensamento* como sendo a de promover uma reflexão crítica no campo da cultura, além de destacar outros seminários realizados em 2015 pelo programa.

Após a abertura da mesa, Lia Calabre realizou uma fala breve. Ela destacou o rico acervo de literatura de cordel que a Fundação Casa de Rui Barbosa abriga e disse que a Fundação sempre teve muito mais diálogo com a academia do que com os fazedores de “cultura” propriamente ditos. Nesse sentido, ela apontou a necessidade de que o debate sobre políticas culturais realizado no âmbito institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa incorporasse também outros segmentos da sociedade civil. Por fim, Calabre parabenizou a iniciativa daquela edição do *Seminário* e do IX Encontro de Culturas Populares e Tradicionais.

A participação do mestre Bule Bule articulou apresentações de cantorias e reflexões so-

bre o futuro de suas tradições. Ele começou fazendo uma modalidade de repente chamada tirona e, em seguida, cumprimentou os mestres e mestras presentes. Depois, em tom elogioso, falou sobre a Fundação Casa de Rui Barbosa e sobre como ela era uma instituição prestigiada entre os cordelistas por seu acervo de literatura de cordel. Posteriormente, o convidado disse que nos dias de hoje existe um reconhecimento dos mestres, mestras e das culturas populares pelo poder público e sociedade. Ele afirmou, nesse sentido, que as culturas populares têm ganhado “capa dura” e “virado ciência”. Inicialmente, ponderou. Ele tinha receio de que, quando as culturas populares fossem de interesse da academia e da sociedade de modo geral, elas fossem para um “canto frio”, ou seja, se transformassem em documento e matéria de museu. Porém, argumenta Bule Bule: com os novos meios de comunicação, com conexão à internet, isso não corre o risco de acontecer, porque, quando algo é colocado na internet, todo mundo “fica sabendo de imediato” e a cultura popular não fica apenas entre “quatro paredes”.

Para que essa cultura não fique esquecida, prosseguiu Bule Bule, seria necessária a ajuda das novas gerações, que poderiam encarregar-se de cooperar com os mestres e mestras para a difusão dos seus conhecimentos e práticas culturais por meio das redes sociais, plataformas de vídeo, sites, etc. Dessa maneira, o uso das tecnologias de comunicação seria uma maneira de reconhecimento e divulgação da cultura popular, o que impediria, de acordo com Bule Bule, que as tradições das culturas populares desaparecessem. Ao final, o mestre criticou certos trabalhos acadêmicos que se pautam por um viés arqueológico, segundo o qual as culturas populares deveriam ser estudadas como um fóssil – perspectiva esta que, geralmente, tende a decretar o desaparecimento de tradições culturais que são vivas e ativas, como o que ocorreu com o samba de roda.

O último convidado a falar foi Bráulio Tavares. O convidado começou lembrando o vínculo que tem com a cultura popular, principalmente com o repente e a cantoria de viola. Seu contato inicial com esse universo ocorreu há quarenta anos, na ocasião da organização do Congresso Nacional de Violeiros de Campina Grande – segundo ele narrou. Ele destacou, então, que a cantoria foi para sua universidade. Logo depois, Tavares falou sobre as cantorias realizadas anteriormente por mestre Bule Bule. Segundo ele, os cantos são exemplos de décima: “dez versos de sílabas onde o primeiro [verso] rima com o quarto e o quinto, o segundo com o terceiro, o sexto e o sétimo com o décimo, e o oitavo rima com o nono”. Esse tipo de décima, explicou Tavares, é uma estrofe típica do período barroco e foi largamente empregada no Brasil pelo poeta Gregório de Matos, sob influência portuguesa. Posteriormente, ainda segundo o convidado, a décima foi incorporada, ao longo do século XIX, na tradição de repentistas e violeiros do Nordeste.

Tavares, logo depois de explicar a origem dos versos de Bule Bule, destacou a dificuldade de fazer a décima e apontou que a habilidade de cada um em criar a partir desse modelo não está relacionada ao grau de letramento do sujeito. Ele ilustrou sua fala com uma história de Ariano Suassuna, o qual escutou de Dimas Batista o repente *Galope à beira mar*, no qual, o cantador ironizava o método de criação dos poetas eruditos e de cultura letrada: “que noites de sono ele perde a pensar para apresentar tão minguado produto”. Diante do exposto, o convidado, então, afirmou que o que se tem é uma dinâmica entre arte erudita e popular – exemplificada a partir da experiência do repente – na qual, esses dois campos estão se “admirando” e se “assustando” com a presença um do outro. Ele afirma ainda que, apesar de estarem em campos de produção separados, a arte erudita e popular unem-se por meio do interesse pela poesia.

Outro ponto da fala de Tavares é sobre a centralidade da figura do mestre. Para ele, o mestre pode ser entendido como um análogo vivo da biblioteca, representando o conhecimento tradicional de um coletivo e/ou de seus antepassados. Sobre o conhecimento dos

mestres, ele destacou que este é vivo, dinâmico e transmitido de geração em geração. Tavares destacou que entende o termo mestre por meio de dois critérios: aquele que sabe e aquele que ensina. Por isso, a figura dos mestres é central para as culturas e saberes tradicionais, pois eles representam uma espécie de espinha dorsal do conhecimento de certos povos e comunidades e, ao mesmo tempo, a possibilidade de transmissão desse conhecimento para gerações futuras. Por fim, o convidado argumenta sobre a necessidade de o Brasil, um país desigual socialmente e culturalmente, se aproximar mais, porém, mantendo sua diversidade cultural. Nesse sentido, Tavares vê na arte e na poesia um ponto de contado comum entre o que ele considera diferentes brasis.

Após as falas, Guilherme Varella abriu a discussão para o público. Ao todo, cinco pessoas se inscreveram para falar. O primeiro a falar foi José Lindo Franco, repentista, que fez um elogio à fala de Bráulio Tavares – em específico, quando este fala que a capacidade de fazer poesia não está relacionada ao letramento do poeta –, e disse que as cantorias que Bule Bule fez eram iguais às que seu avô fazia. O segundo inscrito para falar foi um homem não identificado no vídeo de registro da mesa. Proveniente de Parintins (AM), ele perguntou sobre como os participantes da mesa entendiam o termo “mestre” e quem definia quem é ou não mestre.

A terceira inscrita foi Márcia Glória, partideira do Rio de Janeiro, que canta um samba em homenagem aos convidados e presentes. A quarta inscrita, uma mulher de Santa Catarina, não registrou seu nome. Seu questionamento foi também sobre o termo mestre. Em específico, ela pediu indicações de estudos sobre a figura dos mestres da região sul do país. O último inscrito para falar é Lúcio Alves, conhecido como Capa Preta, de Santa Catarina, que começou falando sobre o Plano Setorial para as Culturas Populares (MINC, 2012), mas há um corte no vídeo e não foi possível saber sua fala.

Após as perguntas, Guilherme Varella começou respondendo aos comentários. O registro de sua fala começou já com ela em andamento, no momento em que ele comentou sobre as políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura nos últimos anos, que focaram no estímulo e apoio ao que já é produzido culturalmente no Brasil. Depois, ele argumentou que o Brasil foi pioneiro na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural da UNESCO, em 2005. Logo depois, Varella falou sobre o critério de autorreconhecimento dos pontos de cultura – ação do Programa Cultura Viva do MinC –, chamou a atenção para a necessidade de preservação e construção de uma memória das culturas populares e tradicionais para a posteridade, e a necessidade de avançar na confecção de uma cartografia da diversidade cultural brasileira. Por fim, ele agradeceu e passou a palavra aos convidados.

Mestre Bule Bule, logo em seguida, fez mais uma cantoria, agradeceu e se despediu com uma poesia. Depois, Lia Calabre teve a palavra. Ela agradeceu e se despediu. E, por fim, Bráulio Tavares insistiu mais uma vez na ideia de que é preciso conviver e se aproximar do diferente e falou sobre o papel central do Ministério da Cultura, que tem levado adiante essa proposta. Guilherme Varella retomou então o microfone e encerrou a mesa.

A segunda mesa do *Seminário, O protagonismo cultural e o diálogo entre os saberes*, começou com a fala de abertura proferida pelo mediador, Pedro Vasconcellos. Vasconcellos começou lembrando as discussões que aconteceram no dia anterior, na mesa *Arte na diversidade cultural*, explicando sobre a mudança de horário dessa segunda mesa e anunciando o cancelamento da terceira – *A influência do sertão nas identidades culturais do povo brasileiro*. Em seguida, o mediador convidou os participantes e fez uma apresentação do *Programa Cultura e Pensamento*.

Sobre o programa, Vasconcellos enfatizou o objetivo de promover debates e reflexões sobre o campo das políticas culturais. Contudo, ele argumentou que, em edições anteriores (entre 2005 e 2012), o programa tinha convidados restritos ao universo da academia, mas que,

em 2015, a proposta era incorporar movimentos sociais, representações da sociedade civil, fazedores de cultura, mestres das culturas populares e tradicionais, etc. Segundo ele, a proposta inspira-se nas ideias de ecologia dos saberes e de fortalecimento de epistemologias do sul desenvolvidas pelo pensador Boaventura de Souza Santos – convidado do *Seminário Cultura e Política*, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 2015. Foi nesse sentido, segundo Vasconcellos, que foi pensada a composição da mesa *O protagonismo cultural e o diálogo entre os saberes*.

Logo em seguida, Adriano Marcena começou sua fala. O convidado iniciou lembrando da deslegitimação sofrida pelos saberes tradicionais frente aos saberes europeus, ocorrida no contexto do contato colonial. Ele argumentou que, apesar de os povos indígenas ou originários serem detentores de todo um saber sobre o meio ambiente, plantas, espécies animais, arquitetura, cosmologia etc., esse saber foi relegado ao segundo plano como “algo menor”. Porém, apesar do menosprezo dos saberes tradicionais por parte dos saberes acadêmicos, Marcena destacou que ambos podem chegar a conclusões ou produzir efeitos semelhantes. Como exemplo, ele citou o caso hipotético de alguém que quer furar um poço para achar água em Serra Talhada (PE). Segundo ele, tanto um geógrafo utilizando aparelhos quanto a técnica popular com a forquilha seriam capazes de achar o lugar certo para cavar e encontrar água. Apesar disso, ele reconheceu que essas diferentes formas de saberes têm procedimentos e métodos próprios. Por fim, Marcena pontuou a importância de iniciativas como a do *Seminário* – que contou, com a presença de mestres e mestras dos saberes tradicionais entre os convidados – enquanto instrumento de reparação histórica para esses saberes e seus detentores.

Logo depois, Lucely Pio deu início à sua fala. Primeiro, ela contou sobre sua comunidade, Cedro, em Mineiros (GO), e sobre como se tornou uma mestra das plantas medicinais a partir dos ensinamentos de sua avó. Segundo ela, a comunidade tem um importante trabalho com as plantas medicinais desde gerações passadas. Porém, contemporaneamente, apesar de a comunidade dominar esses conhecimentos e métodos tradicionais sobre as plantas medicinais e possuir um vasto repertório de receitas, algumas inovações nos modos de fazer dos remédios tradicionais foram inseridas.

Isso ocorreu, de acordo com Pio, como consequência da primeira experiência da comunidade quilombola do Cedro, com projetos e editais, a qual visou ao financiamento para a implantação de um centro de plantas medicinais. Com a construção do centro, Lucely Pio contou que a comunidade procurou produzir as receitas obedecendo às regras da Vigilância Sanitária. Uma das primeiras implicações para cumprir tais regras foi catalogar por escrito as receitas tradicionais e construir suas fórmulas – o que implicou pesar e discriminar as quantidades em medidas oficiais, como gramas, quilogramas, miligramas, etc.

A convidada chamou atenção também para as recentes parcerias que ela e sua comunidade, de modo geral, têm firmado com o poder público, assim como para a criação de redes e coletivos voltados à articulação política de mestres e mestras raizeiros e das plantas medicinais do cerrado. Pio explicou que essas articulações e formas de organização são importantes de modo a conseguir legitimidade e reconhecimento legal para seus saberes. Diante disso, a mestra enfatizou algumas das estratégias de diálogo com o poder público. Nesse sentido, ela chamou a atenção para a necessidade de articulação entre comunidades, mestras e mestres que se encontram em situações semelhantes e enfatizou a importância de criar e publicar documentos escritos.

Sobre sua experiência pessoal com processos de organização política, Lucely Pio cita a criação da Articulação Pacari, em 1999 – uma “rede socioambiental formada por organizações comunitárias que praticam medicina tradicional através do uso sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado” (Quem Somos, 2018) – que, entre outras ações, publicou o livro *Farmacopéia popular do cerrado* (DIAS & LAUREANO, 2009) e o *Protocolo comunitário biocultural*

das raizeiras do cerrado (DIAS & LAUREANO, 2014). A rede ainda coordena a criação de farmácias populares – nos moldes da que já existe na comunidade de Cedro – em outras comunidades tradicionais: Trata-se das “farmácias básicas” ou “farmacinhas”, como são conhecidas.

As “farmácias básicas” seriam a terceira e última etapa de um processo de implementação dessas farmácias tradicionais nas comunidades. A primeira etapa, explicou a mestra, seria a implementação da “farmácia itinerante”, em que a farmácia é um ambiente informal, como o pé de uma árvore, no qual, as pessoas podem reunir-se e fazer um levantamento das espécies de plantas que a comunidade conhece. A segunda etapa seria a “farmácia caseira”, alocada numa casa à escolha da comunidade, onde as pessoas possam reunir-se pelo menos uma vez por mês para produzir os remédios e distribuir entre a comunidade. Nessa etapa, a venda ainda não está liberada, sendo permitidas apenas doações de remédios. Por fim, a “farmácia básica” teria uma estrutura própria e melhor, estaria dentro dos padrões da Vigilância Sanitária, teria sua farmacopeia e poderia comercializar os medicamentos para pagar os custos operacionais das farmácias.

Lucely Pio falou também sobre o projeto que desenvolve junto com a secretaria de saúde de Mineiros (GO) – cidade onde fica localizada sua comunidade –, o qual ensina agentes de saúde a produzir xaropes com plantas do cerrado no Centro de Plantas Medicinais de Cedro, os quais, depois, são distribuídos nas visitas dos agentes de saúde aos bairros e casas da população da cidade. Porém, apesar dessas conquistas, a mestra finalizou sua fala chamando atenção para a degradação do cerrado pela monocultura e para o risco de que a matéria-prima de todo seu conhecimento não exista mais.

O último palestrante da mesa foi José Jorge de Carvalho, que se focou na apresentação do projeto Encontro de Saberes – que, como mencionado anteriormente, tem como objetivo convidar, na condição de professores, mestres e mestras das culturas tradicionais para ministrar disciplinas nas universidades federais. O professor iniciou sua fala lembrando o caráter excludente da academia e da ciência frente a certos grupos sociais e formas de saberes. Nesse sentido, segundo ele, os saberes tradicionais nunca estiveram na condição de conhecimento legítimo dentro das universidades. Em seguida, Carvalho lembra que essa exclusão já havia sido apontada em 2005 e 2006 na ocasião do *I e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*, e que, ali, uma das demandas colocadas pelos atores sociais presentes era a de incluir as culturas populares e tradicionais na grade curricular do ensino médio e superior, assim como incluir mestres e mestras dessas culturas nos quadros de professores universitários. Foi, então, como uma resposta a esse cenário de demanda por inclusão que se criou o projeto Encontro de Saberes em 2010, na Universidade de Brasília, coordenado pelo INCTI.

O papel do INCTI seria, de acordo com o convidado, o de acompanhar as políticas de ações afirmativas que vinham sendo implementadas nas universidades públicas, e o de implementar disciplinas nas universidades que tivessem como professores os mestres e mestras dos saberes tradicionais – a promoção da inclusão simultaneamente social e epistêmica. Ele destaca que o projeto Encontro de Saberes, que lida especificamente com os mestres e mestras, cresceu nos anos subsequentes à sua implementação, tendo, hoje, se espalhado para diversas universidades federais. Carvalho ainda destacou na sua fala a produção de um mapa dos mestres tradicionais do Brasil, construído no âmbito do projeto Encontro de Saberes e que utilizou uma base de dados ampla: indo de instituições federais, como o Ministério da Cultura, e passando por secretarias de cultura estaduais e organizações da sociedade civil.

A experiência do projeto Encontro de Saberes tem levado a outras reflexões de ordem prática. Segundo José Jorge de Carvalho, uma das questões centrais que se coloca agora é a pergunta: Quem são os mestres? Para Carvalho, o mestre possuiria cinco atributos: Ele sabe,

ele ensina, ele pesquisa, ele lidera e ele media. Em outras palavras, o (a) mestre (a) sabe, porque domina determinados conhecimentos sobre uma tradição e/ou um ofício; mas, também, é professor, pois transmite esse conhecimento aos mais jovens, seus discípulos e aprendizes; o mestre também pesquisa porque ele não apenas repassa e/ou reproduz os saberes aprendidos tradicionalmente, mas, também, agrega novas técnicas e conhecimentos a eles. Esses atributos ainda fariam com que ele (a) fosse reconhecido (a) enquanto uma liderança e que fosse capaz de mediar com o mundo externo. Nesse sentido, a definição de mestre, de acordo com Carvalho, não seria um critério, mas um conjunto de critérios. Assim, mestre seria uma palavra para designar as pessoas reconhecidas coletivamente ou comunitariamente em um saber ou ofício tradicional.

No âmbito da academia, a dificuldade dessa classificação reside no fato de que, se nas universidades temos instrumentos como os títulos acadêmicos para legitimar determinada pessoa como especialista em determinada área e/ou disciplina, os mestres não contam com essa mesma base institucional de legitimação. Por isso, Carvalho defende a necessidade de criar procedimentos para o reconhecimento dos saberes desses mestres na esfera acadêmica por meio da outorga de títulos de notório saber – título previsto no regimento de diversas universidades federais que agraciam determinada pessoa por seu conhecimento em certa área, mesmo que ela não tenha formação acadêmica. Por fim, o palestrante chamou a atenção para o fato de que a categoria mestres, apesar de ser disseminada em algumas tradições das culturas populares e tradicionais, no contexto do projeto Encontro de Saberes, é um conceito de política pública. Dessa maneira, “mestre” pode agregar pessoas de contextos culturais nos quais a palavra não existe tradicionalmente. Por isso, no contexto do Encontro de Saberes, uma mãe ou pai de santo, por exemplo, estaria ali na condição de mestres.

Em seguida, Pedro Vasconcellos abriu a mesa para os comentários e perguntas da plateia. Ao todo, cinco pessoas se inscrevem para falar. A primeira inscrita foi Nidi Pirizinha do Cateve, de Ipumirim (SC). Ela denunciou as ações da Vigilância Sanitária contra os mestres e mestras da culinária na sua região. Segundo ela, a Vigilância tem apreendido esses alimentos produzidos de maneira artesanal e tradicional. A segunda inscrita para falar foi Daiara Tukano, que chamou a atenção para, apesar da escolha do nome da tenda onde acontecia a mesa ter sido uma homenagem à Xikão Xukuru – líder indígena assassinato –, no evento não estavam presentes seus descendentes e parentes.

O terceiro inscrito foi Aurimar Araújo, que agradeceu Lucely Pio pela fala e ensinamentos e a convidou para se articular em rede também com os povos da Amazônia. Posteriormente, foi Rosildo do Rosário, da Bahia, quem falou. Ele comentou sobre o trabalho de levantamento dos mestres e mestras do samba de roda que ajudou a realizar e fez um apelo ao professor José Jorge de Carvalho para que os mestres e mestras estejam envolvidos desde a base no aperfeiçoamento e desenvolvimento do projeto Encontro de Saberes. Em último lugar, a inscrita foi uma ialorixá que não se identificou. Ela fez uma fala criticando a Lei 13.123/2015, que desrespeita a Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho, de 1989.

Em seguida, o mediador passou a palavra para que os convidados fizessem suas considerações finais. Adriano Marcena reforçou a necessidade da criação de um Brasil que respeite as diferentes formas de saberes e agradeceu à organização do evento. José Jorge de Carvalho destacou também a necessidade de igualdade entre “os que sabem” a importância das culturas populares e tradicionais estarem presentes dentro de instituições poderosas – como as universidades – e a necessidade de que o Encontro de Saberes seja construído com parceria entre os acadêmicos e os mestres e mestras. Lucely Pio finalizou sua fala logo em seguida, dizendo que tem mantido diálogo com o Ministério do Meio Ambiente para que se produza a

farmacopeia de outros biomas além do cerrado. Pedro Vasconcellos então encerrou a mesa e anunciou que a plenária final do *Fórum Nacional Setorial das Culturas e Povos Tradicionais* iria começar em seguida.

1.3 Trânsitos das culturas populares e tradicionais para os circuitos educacionais, artísticos e musicais como política pública

O conjunto das diferentes falas e comentários das mesas do *Seminário Arte na diversidade cultural: ética e estética* relaciona temas como políticas culturais, diversidade cultural e trânsitos das culturas populares e tradicionais para os circuitos das artes e da ciência. Nesse sentido, as discussões das mesas se voltam, de maneira geral, para o universo das culturas populares e tradicionais.

Para falar em culturas populares e tradicionais, é preciso lembrar do seu termo correlato: folclore. Segundo Rodolfo Vilhena, no *Projeto e Missão* (p. 5, 1995), o termo folclore nomeava, inicialmente, os “versos e lendas transmitidos oralmente pelos camponeses analfabetos e que pareciam representar um[a] herança antigüíssima” da nação brasileira. Porém, prossegue Vilhena (p. 5, 1995), a abrangência do termo “foi se ampliando, atingindo, para além da poesia oral, as melodias, danças, festas, costumes e crenças das populações rurais”. Dessa maneira, durante um longo período, folclore passou a ser o termo preferencial para designar esse conjunto de práticas e saberes identificados com o povo.

Porém, em décadas recentes, “folclore” passa a dar lugar a termos como “cultura popular”. A disseminação do último termo coincide, entre outros acontecimentos, com os trânsitos das práticas classificadas como folclore por novos contextos sociais e na forma de novos produtos culturais, tais como apresentações de cunho artístico e/ou musical, gravações em disco, vídeos, etc.

Apesar dessa maior aproximação entre os domínios considerados de cultura popular e de cultura de massa, isso não implicou que as categorias se tornassem sinônimas. No contexto brasileiro, ao contrário da tradição de outros países, principalmente anglo-saxões, onde o termo cultura popular associou-se à cultura operária da época industrial ou mesmo aos produtos da indústria cultural, de modo geral, enquanto o termo folclore refere-se, exclusivamente, às práticas de um tempo “pré-industrial”, a acepção de cultura popular que se disseminou faz referência à grande parte das práticas e saberes aos quais refere-se o conceito de folclore (GOULART, 2018). Essa acepção de cultura popular, que a relaciona com o folclore, a levou a se aproximar de termos como cultura tradicional².

O termo “cultura tradicional”, por sua vez, está relacionado a uma outra categoria: A de povos/comunidades tradicionais. Segundo os antropólogos Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha (2009), o termo povos/comunidades tradicionais emergiu no começo deste século e aglutina povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos e quilombolas. A expressão “culturas tradicionais” seria, assim, uma metamorfose de “povos tradicionais”, designando as práticas culturais desses coletivos.

Termos como cultura popular e tradicional têm se tornado de uso corrente em meio a uma nova conjuntura de narrativa nacional, não mais marcada pelo discurso da integração e da homogeneidade/síntese/mestiçagem cultural, mas, agora, pelos ideais da diversidade cultural. Dessa forma, existe uma preferência pelo uso plural desses termos, falando-se, portanto, em culturas populares e tradicionais. Segundo Juliana Lopes (p. 140, 2011), é “recorrente nos documentos e falas oficiais do governo o uso do plural de palavras, como política, identidade

³ Cabe assinalar também que existe uma equivalência, em alguns casos, entre os termos cultura popular e patrimônio imaterial. Se olharmos para os bens que são objeto da política do patrimônio imaterial, podemos perceber que muitos deles estão associados ao universo das culturas populares e dos povos e comunidades tradicionais.

e cultura: As políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras”.

Nesse sentido, podemos entender a preferência por cultura popular e/ou cultura tradicional como uma mudança de entendimento do termo folclore, mais do que como uma mudança no conjunto de práticas e sujeitos que este designava. Agora, cultura popular é uma categoria utilizada para designar esse conjunto de práticas e saberes não enquanto antiguidades que representariam uma suposta identidade nacional – como no caso do termo folclore –, mas enquanto tradições inseridas nas dinâmicas da globalização e formadoras da diversidade cultural brasileira. O uso do plural nas categorias cultura popular e tradicional é, inclusive, um sintoma do entendimento da nação brasileira enquanto diversa e multicultural.

Essa discussão sobre o termo tem tido ressonância no campo do Estado e das políticas públicas. O MinC, no Plano Setorial para as Culturas Populares, por exemplo, vê uma relação íntima entre cultura popular e povos e comunidades tradicionais (MINC, 2010). No mesmo documento, o Ministério ainda percebe as culturas populares e tradicionais como “inseridas em um processo contínuo de transformação, sendo retraduzidas e reapropriadas pelos seus próprios criadores, segundo rupturas ou incorporações entre a tradição e a modernização” (MINC, p. 10, 2010).

É em meio a esse contexto – de novos entendimentos e conceitos para se referir ao que já foi correntemente chamado de folclore, assim como de maior presença das culturas populares em novos contextos sociais – que se desenrolaram as mesas do *Seminário Arte na Diversidade Cultural*. Assim, dois eixos temáticos principais perpassaram cada uma das mesas: Na primeira mesa, discutiram-se as possibilidades dos trânsitos das culturas populares para os circuitos das artes e da música; a segunda mesa voltou-se para as relações históricas, assim como para as possibilidades de diálogo entre os saberes tradicionais e científico. Levando-se em conta esses dois eixos temáticos, pretendemos, a seguir, aprofundar essas questões, relacionando-as com discussões mais abrangentes, outros contextos, outros autores e autoras.

1.3.1 Difusão como salvaguarda das culturas populares

Dentro do eixo temático dos trânsitos das culturas populares para os circuitos das artes e da música – presente na mesa *Arte na Diversidade Cultural* –, podemos destacar dois tópicos: A difusão das culturas populares e tradicionais para novos públicos como forma de salvaguarda e a ideia da arte como possibilidade de encontro entre cultura erudita e popular, assim como de expressão da diversidade cultural.

O tópico da difusão das culturas populares foi desenvolvido na fala do mestre Bule Bule, como vimos anteriormente. Segundo ele, as tecnologias de comunicação com conexão à internet permitiriam disseminar as culturas populares (por meio de vídeos ou gravações de áudio) de uma maneira sem precedentes. Para isso, Bule Bule defende ser necessária a ajuda de pessoas que pudessem auxiliar os mestres e detentores das culturas populares a disseminar suas práticas culturais “para o mundo”.

O segundo tópico da mesa, a arte como forma de encontro intercultural, foi ilustrado pela fala de Bráulio Tavares. Para ele, o diálogo entre culturas populares, música e poesia poderia ser visto como uma forma de reconhecimento e valorização dos mestres e mestras das culturas tradicionais. Esse diálogo, como ele argumenta, já vem ocorrendo historicamente no Brasil e foi um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento da diversidade cultural brasileira – como no caso do repente, reconhecido como uma manifestação do universo das culturas populares que foi influenciada pelo modelo da poesia barroca portuguesa.

As colocações dos convidados não estão isoladas. Elas encontram eco no debate sobre as culturas populares que tem tido lugar nas últimas décadas. A ideia de difusão como forma

de valorização e reconhecimento das culturas populares e tradicionais, por exemplo, tem sido contemporaneamente incentivada como ações de políticas públicas.

A tese de doutorado de Bruno Goulart (2018) procurou evidenciar a relação entre política pública, difusão e o trânsito das culturas populares e tradicionais pelos campos da arte e da música. Segundo o autor, a relação entre difusão das culturas populares e tradicionais por meio desses circuitos como forma de política pública pode ser percebida no Plano Setorial das Culturas Populares (GOULART, 2018). Nas diretrizes traçadas pelo Plano (MINC, p. 41, 2012), há a proposta de ampliar “a visibilidade das expressões e manifestações das culturas populares na sociedade em geral como instrumento para a projeção e valorização de nossa diversidade cultural, dentro e fora do país”.

Em outro momento, o Plano coloca como objetivo “a divulgação das culturas populares em suas comunidades de origem e para além delas, dentro e fora do país”, por meio do “fomento a festivais, festas, encontros, a veiculação de conteúdos em meios de comunicação, o intercâmbio entre seus praticantes e outras formas que permitam ampliar a circulação dessas culturas, bem como a fruição e conhecimento da população brasileira sobre essas manifestações” (MINC, p. 46, 2012). No Decreto 3551/2000 (BRASIL, 2000), esse tema também aparece no artigo 6º, parágrafo 2, quando podemos ler que ao Ministério da Cultura cabe assegurar “ampla divulgação e promoção” do bem cultural reconhecido como patrimônio imaterial.

Goulart (2018) mostra que essa relação tem sido explorada não apenas no âmbito dos documentos oficiais de instituições governamentais e leis, mas também por parte de alguns teóricos. Segundo ele, as ações de salvaguarda patrimonial de determinados bens culturais imateriais poderiam fazer com que estes passassem a transitar por novos contextos sociais e culturais (GOULART, 2018). Nesse sentido, a divulgação das culturas populares e tradicionais foi entendida como uma forma de salvaguarda, valorização ou reconhecimento. Tal valorização e reconhecimento, por meio da difusão das culturas populares, seriam alcançados tanto pela disseminação dessas práticas por meio da divulgação de produtos passíveis de serem reproduzidos em ambiente virtual – como fotos, vídeos e áudio –, como pelo seu trânsito, através de seus detentores, pelos circuitos das artes e da música – como em festivais, apresentações musicais e teatrais.

A proposta de difusão das culturas populares e tradicionais como forma de política pública foi gerada, ao longo dos anos 2000, em meio a um amplo debate com muitas controvérsias, que foram expostas em fóruns de discussões acadêmicas e na sociedade civil de maneira geral. O debate sobre a relação entre divulgação da cultura popular por meio do mercado e política pública foi um dos eixos temáticos presentes no I e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, ocorridos em 2005 e 2006, respectivamente, em Brasília.

Na discussão da mesa *Culturas Populares, Circuitos de Difusão e Mercado*, ocorrida no primeiro seminário, em 2005, o etnomusicólogo Carlos Sandroni (p. 71, 2005), um dos convidados da mesa, afirmou: “Voltando à questão inicial de ser contra ou a favor da difusão no mercado, temos que pensar sempre caso por caso e, sobretudo, são os próprios portadores de tradições populares que devem saber e definir se querem ou não algum tipo de difusão”. Sandroni (2005) ainda chamou a atenção para a figura dos produtores culturais e para as assimetrias de poder presentes nas suas relações com os detentores das culturas populares e tradicionais, podendo os primeiros submeter os últimos a tratamentos incorretos e situações precárias. Nesse primeiro seminário, o tema aparece também em alguns dos encaminhamentos tirados do evento, tais como a proposta de criação de meios de difusão da cultura popular por via de prêmios e bolsas, e a realização de festivais de arte popular (MINC, 2005).

Em 2006, no II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, o tema voltou à pauta. A discussão foi gerada principalmente por meio da conferência do pesquisador José Jorge de Carvalho (2007): *Espetacularização e Canibalização das Culturas Po-*

pulares. Sua fala problematizou os processos os quais estariam submetidos os detentores das culturas populares ao transitarem pelos circuitos do mercado e das artes. Carvalho (2007), que já tinha tratado do tema em outros trabalhos, destacou que os trânsitos das culturas populares implicam em deslocamentos sociais e simbólicos que podem ter como resultados: Processos de “profanação” cultural, no caso de tradições performáticas vinculadas a contextos sagrados e religiosos; redução simbólica da cultura popular como entretenimento para um público de classe média; diminuição temporal da performance (na passagem do tempo ritual para o tempo do espetáculo); e fenômenos de apropriação cultural. Sobre os questionamentos gerados pela fala nesse segundo seminário estão: “O que fazer para dar visibilidade aos grupos culturais sem que percam suas características originais?” e “Como lidar com a interferência dos aspectos contemporâneos nas culturas tradicionais?” (MINC, p. 184, 2007).

Em 2008, durante o II Encontro Sul-Americano das Culturas Populares, realizado em Caracas (Venezuela), foi redigida a *Carta Sul-americana das Culturas Populares* (apud CARVALHO, 2010a), assinada por pesquisadores, produtores e mestres e mestras das culturas populares da América Latina. Nesse documento, a questão dos novos circuitos de performance é desenvolvida levando-se em conta, de certa maneira, as questões colocadas em 2005 e 2006 no I e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares.

Primeiro, argumenta-se na carta que: “Hoje em dia, desejamos ter mais espaços onde possamos expressar nosso sentimento” (Carta Sul-Americana..., apud CARVALHO, p. 73, 2010a). Depois, é enfatizada a necessidade de realização de encontros, como o Encontro Sul-Americano, como forma dos sujeitos se conhecerem e se articularem com outros mestres, pesquisadores, produtores e entusiastas da cultura popular (Carta Sul-Americana..., apud CARVALHO, 2010a). Por fim, numa elaboração que faz referência não apenas ao contexto do espetáculo, mas aos lugares dos mestres e mestras nos novos circuitos pelos quais eles passam a transitar, os signatários afirmam: “E, mais que tudo, que a voz e a decisão sejam, a partir de agora e para sempre, dos mestres e artistas populares. Nesse sentido, precisamos defender a autenticidade e a autonomia das culturas populares, com um despertar para o coletivo” (Carta Sul-Americana..., apud CARVALHO, p. 74, 2010a).

Esse breve panorama da discussão sobre a relação entre difusão da cultura popular e políticas culturais evidencia que existia por parte de vários atores sociais (artistas, mestres, mestras, pesquisadores, etc.) um desejo de criar novos espaços de circulação das culturas populares. Nesse sentido, a reivindicação dos participantes encontra ecos em inúmeros documentos e eventos organizados pelo Ministério da Cultura e protagonizados por diversos atores sociais.

Além disso, o que está sendo igualmente reivindicado é que essa difusão das culturas populares deve ocorrer sempre com a participação e anuência dos mestres, mestras e detentores das culturas tradicionais, e deve ser pautada por relações éticas. É apenas por meio do protagonismo dos detentores das culturas populares e tradicionais que qualquer ação de difusão pode ser eficaz enquanto política pública. Do contrário, poder-se-ia estar apenas contribuindo para uma maior exploração econômica dos sujeitos das culturas populares.

Por fim, é preciso pontuar que a difusão das culturas populares é apenas um meio que pode, ou não, possibilitar a salvaguarda das práticas desse universo e seus detentores. Sob essa perspectiva, a difusão não pode ser vista como um fim em si mesmo, pois, assim, corre-se o risco de naturalizar a ideia de divulgação como algo sempre bem vindo e positivo. Quando colocada em prática, a divulgação de determinado bem ou prática cultural deve sempre levar em conta cada contexto e ter em vista fins práticos e objetivos, como, por exemplo, o levantamento de recursos para festividades tradicionais, reconhecimento do poder público por meio de ações e projetos das comunidades detentoras desses bens/práticas, etc.

1.3.2 Saberes tradicionais, saber científico e políticas públicas

Sobre o debate da segunda mesa, ele se pautou, como apresentado anteriormente, na relação dos saberes tradicionais com o poder público e as universidades. Adriano Marcena direcionou sua fala na deslegitimação histórica dos saberes indígenas e afro-brasileiros pelas ciências e fez uma defesa da eficácia dos saberes tradicionais. Mestra Lucely Pio voltou-se para as relações entre os saberes tradicionais e o poder público, ilustrando algumas estratégias para promover esse diálogo institucional com exemplos de sua trajetória pessoal. José Jorge de Carvalho, por sua vez, focou no trânsito dos saberes tradicionais para as universidades por meio da apresentação do projeto Encontro de Saberes.

Começando sobre as reflexões trazidas por Adriano Marcena a respeito da deslegitimação dos saberes tradicionais pelos científicos, é preciso, antes de mais nada, resumir o que se entende aqui por saberes científicos e saberes tradicionais. Manuela Carneiro da Cunha (2009a) aponta que eles são diferentes. Segundo a antropóloga, de início, existe uma incomensurabilidade nos resultados produzidos pelos saberes tradicionais e científicos (apesar de, em alguns casos, esses saberes produzirem efeitos semelhantes, como na técnica de achar água no sertão descrita por Adriano Marcena na sua fala). A diferença se manifestaria também na pretensão universalista do saber científico, de se constituir como verdade absoluta enquanto os saberes tradicionais acolhem “com igual confiança ou ceticismo explicações divergentes, cuja validade entendem seja puramente local” (CUNHA, p.301, 2009a). Essa última característica nos leva a pensar que, ao contrário da unidade defendida pela ciência, os saberes tradicionais, apesar de possuírem semelhanças genéricas entre si, são tão plurais quanto são seus detentores. Segundo Cunha (p. 302, 2009a), “enquanto existe por hipótese um regime único para o conhecimento científico, há uma legião de saberes tradicionais”.

A relação entre saber científico e saberes tradicionais tem sido pautada por um processo de colonização e imposição epistêmica do primeiro em detrimento dos segundos. Segundo Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Menezes (p. 9, 2009), a epistemologia “é toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido”. E prosseguem: Seria “por via do conhecimento válido que uma dada experiência social torna-se intencional e inteligível”. Os autores acrescentam ainda que, para que esse conhecimento válido exista, são necessários atores sociais, práticas sociais e, como consequência dos dois primeiros, relações sociais (SANTOS & MENESES, 2009). Diferentes relações sociais, no entanto, dão origem a diferentes epistemologias. Isso implica, segundo os autores, que todo conhecimento válido seja sempre contextual, pois depende de condições sociais que têm uma configuração específica no tempo e no espaço – mesmo que, pretensamente, o saber científico coloque-se como universal e absoluto.

Porém, por meio da imposição e colonização, houve um processo de hegemonia epistemológica da ciência moderna eurocêntrica em detrimento de outras epistemologias (SANTOS & MENESES, 2009). A imposição e colonização epistemológica deram-se por via de dois processos. O primeiro processo, chamado por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (p. 10, 2009) de “epistemicídio”, seria “a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena”. Já o segundo processo seria a deslegitimação e redução de outras epistemologias “como saberes locais e contextuais” – enquanto a ciência teria a prerrogativa da universalidade – e/ou apenas “matéria-prima para o avanço do conhecimento científico” (SANTOS & MENESES, p. 10, 2009).

Uma forma de expressão da deslegitimação e epistemicídio dos saberes tradicionais pelo saber científico pode ser vista no campo da farmacologia, em que muitos cientistas não têm reconhecido a contribuição dos saberes tradicionais para suas pesquisas (CUNHA, 2009a). De acordo com Cunha (p. 305, 2009a), mesmo que em algumas ocasiões os farmacólogos

reconheçam a contribuição desses saberes na descoberta de usos de certas substâncias, eles tendem a destacar que “a descoberta do princípio ativo [de determinada planta ou substância proveniente de algum animal] em si mesma é uma contribuição importante a ser valorizada”. Nesse sentido, muitas das vezes, a ciência adquire uma postura condescendente de validação e/ou verificação dos conhecimentos tradicionais.

Esse processo de deslegitimação dos saberes tradicionais ainda era agravado pelo fato de que, até 1992, o conhecimento tradicional era considerado patrimônio da humanidade e disponível a todos – o que implicou que ele poderia ser apropriado sem nenhuma consequência. Porém, com a *Convenção da Diversidade Biológica*, elaborada durante a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizada no Rio de Janeiro, essa questão mudou. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2009a), cada país signatário da Convenção deveria, entre outras coisas, repartir equitativamente os benefícios conseguidos por meio da utilização dos conhecimentos tradicionais, suas inovações e práticas. Essa discussão foi protagonizada, inclusive, pelo Brasil, país que saiu vencedor do debate sobre a convenção e deixou isolados países como os EUA, que defendiam a tese do livre acesso à biodiversidade (SANTOS, 1994). Além disso, em 2010, no Japão, durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Ecológica (COP-10), foi redigido o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua utilização, do qual o Brasil é signatário, procurando regulamentar a repartição desses benefícios.

No entanto, alguns autores têm destacado (SANTOS, 1994; CUNHA, 2009a) que, se no contexto internacional da discussão sobre biodiversidade e conhecimentos tradicionais, o Brasil foi pioneiro, o país tem tido dificuldade em colocar em prática essa repartição dos benefícios para os conhecimentos e povos tradicionais. Um dos primeiros sintomas disso é que, apesar de o Brasil ter sido protagonista na *Convenção da Biodiversidade Biológica* e signatário do *Protocolo de Nagoya*, este último nunca foi ratificado pelo país. A ausência da ratificação do *Protocolo* está associada à dificuldade de se chegar a um entendimento sobre a regularização da repartição dos benefícios provenientes da utilização da biodiversidade.

Exemplo disso é que o primeiro instrumento de regulamentação foi por meio de uma Medida Provisória, nº 2.186-16 de 2001 (BRASIL, 2001), renovada até 2015. A ausência da elaboração de uma lei sobre o tema, segundo Cunha (2009a), explica-se, dentre outros fatores, pelas diversas agendas e interesses nem sempre conciliáveis da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária) e Ministério do Meio Ambiente – que, teoricamente, representa os povos e comunidades tradicionais. Em 2006, numa tentativa de conciliar esses interesses, começou a ser construído um anteprojeto em que despontava uma vitória da Embrapa na legislação. Dessa maneira, no projeto de lei que visava regulamentar a repartição dos benefícios advindos da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, “a contribuição das populações tradicionais para a agrobiodiversidade teve reconhecimento mais restrito do que o conhecimento tradicional em geral” (CUNHA, p. 308, 2009a). Foi esse o entendimento que predominou na redação final da Lei 13.123 (BRASIL, 2015), aprovada em 2015 – substituindo a MDV nº 2.186-16 (BRASIL, 2001).

A dificuldade do poder público de reconhecer a legitimidade e importância dos saberes tradicionais é ilustrada na história contada por Lucely Pio durante sua fala no *Seminário*, objeto desta relatoria. Em determinado momento, ela se refere à luta para a construção das farmácias caseiras. Segundo Pio, uma das questões que a Articulação Pacari, da qual faz parte, enfrentou no processo de implementação dessas farmácias nas comunidades era a exigência inicial, por parte do poder público, de um farmacêutico para que a farmácia pudesse operar. A oposição da Articulação contra essa exigência tinha dois objetivos: o primeiro seria o reconhecimento

e legitimação dos saberes tradicionais perante o poder público, sem que a tutela da ciência fosse necessária; o segundo era impedir que o conhecimento tradicional fosse apropriado sem o devido reconhecimento e repartição dos benefícios com a comunidade – fato que, inclusive, já ocorreu, como bem lembrou Lucely Pio em sua fala.

Acerca do segundo objetivo, ainda há poucos instrumentos de proteção dos saberes tradicionais contra apropriações indevidas e os que existem não são satisfatórios. Conforme Cunha (2009b), as soluções para essa questão têm oscilado entre a ideia de direitos de propriedade intelectual coletiva ou o regime de domínio público, sendo que os povos tradicionais têm preferido a primeira estratégia. Tratar o conhecimento tradicional como de propriedade coletiva significa que determinado saber é de propriedade de todos nesse coletivo. Os saberes tradicionais, porém, não se distribuem de forma equânime entre todos os membros de determinada comunidade ou coletivo cultural. Cunha (2009b), por exemplo, argumenta que determinados saberes, como o xamânico, são acessíveis apenas a determinadas pessoas, mesmo que a comunidade como um todo compartilhe e faça uso das práticas xamânicas. O exemplo poderia ser pensado no caso de Lucely Pio, pois a sua comunidade como um todo, apesar de usufruir da medicina tradicional, não compartilha todos os conhecimentos que tem sobre as plantas – daí, inclusive, seu reconhecimento como mestra das plantas medicinais do Cerrado. Contudo, apesar da ideia de propriedade intelectual coletiva levantar questões, este conceito tem sido incorporado e negociado no seio de diversas comunidades tradicionais no seu diálogo com o poder público e certos setores da sociedade.

A respeito do primeiro objetivo elencado anteriormente – a reivindicação da ausência dos farmacêuticos nas farmácias caseiras como forma de reconhecimento e legitimação dos saberes tradicionais perante o poder público –, há ecos na proposta do projeto Encontro de Saberes, objeto da fala de José Jorge de Carvalho. Sobre o tema, alguns autores defendem a legitimação dos saberes tradicionais não pela condenação do saber acadêmico e científico, mas pelo estabelecimento de formas e espaços de diálogos epistemologicamente plurais (SANTOS & MENESES, 2009). Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2011) sugere que as universidades no século XXI sejam espaços de ecologias de saberes e de epistemologias plurais, as quais seriam baseadas tanto num diálogo interdisciplinar (entre as diversas disciplinas da ciência), como transdisciplinar (entre a ciência e outras formas de saberes – tradicionais, quilombolas, indígenas, populares, etc.).

A proposta de diálogos entre saber científico e saberes tradicionais foi operacionalizada de maneira pioneira através do projeto Encontro de Saberes, vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), com sede na Universidade de Brasília. O INCTI foi criado, inicialmente, com a finalidade de acompanhar as políticas de cotas nas universidades públicas (CARVALHO, 2010b). Logo no princípio, no entanto, os membros do Instituto constataram que apenas a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados no ensino superior não era suficiente para mudar de maneira significativa a universidade. Por isso, foi criado o projeto Encontro de Saberes, cujas atividades foram abertas em 2010 e que tinha como intuito trazer às universidades, na condição de professores, mestras (es) dos saberes tradicionais, com o objetivo de promover o diálogo e uma experiência pedagógica e epistêmica com os saberes tradicionais (CARVALHO & ÁGUAS, 2015).

Apesar de ter surgido no âmbito institucional universitário, o projeto é fruto de organizações e reivindicações formuladas ao longo dos anos 2000, principalmente durante os I e II Seminários Nacionais de Políticas Públicas para as Culturas Populares, que ocorreram em Brasília nos anos 2005 e 2006, respectivamente. Nesses seminários, um dos encaminhamentos tirados entre os militantes, fazedores e pesquisadores das culturas populares era a sua inclusão em instituições de ensino. Como resposta, as políticas públicas incentivaram o trânsito

dos saberes tradicionais para os circuitos educacionais, por meio de alguns projetos, sendo que os de maior ressonância foram a Ação Griô³ e o Encontro de Saberes – este último voltado exclusivamente para o ensino superior.

O Encontro de Saberes nos anos subsequentes a 2010 espalhou-se também para outras universidades, tais como a Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Pará (UFPA); e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) (EXPANSÃO DO ENCONTRO DE SABERES, 2017). José Jorge de Carvalho e Juliana Flórez (p. 133, 2014, tradução minha) afirmam que um dos escopos centrais do Encontro de Saberes tem sido o de “descolonizar os conhecimentos universitários eurocêntricos” – por meio da inclusão de outros saberes em condição de igualdade com os ocidentais –, e que, para tanto, seria necessário criar “protocolos de diálogos” (CARVALHO & FLÓREZ, p. 145, 2014, tradução minha) entre esses diferentes saberes. Dessa maneira, seria necessária a construção de protocolos como uma forma de construir esse espaço onde o diálogo entre essas diferentes formas de conhecimento fosse possível.

Além das dinâmicas das disciplinas, as temáticas, os caminhos institucionais, entre outros fatores de viabilização do projeto, uma das questões que se coloca no âmbito dos projetos é: quem serão os mestres e mestras? Segundo José Jorge de Carvalho, em sua fala no seminário aqui relatado, muitas pessoas céticas ou que se opõem ao projeto Encontro de Saberes têm questionado sobre a categoria mestre e mestra e criticado que ela é vaga e não passível de comprovação, pois não há títulos e instituições que possam atestar o que e quem são os mestres e mestras dos saberes tradicionais. Contra esse tipo de crítica, o INCTI, de maneira geral, tem buscado dar algumas repostas. A primeira delas diz respeito à definição de maestria. Nas discussões que aconteceram no *Seminário*, esta foi uma questão recorrente, isto é: Como sabemos e identificamos quem são os mestres?

Antes de problematizar e encontrar possíveis respostas para a pergunta, é preciso primeiro esclarecer que as palavras mestres e mestras dos saberes tradicionais são categorias de políticas públicas. Apesar de existirem mestres em algumas tradições culturais (como no caso dos mestres de capoeira, mestres da folia, mestres de reisado etc.), em outras tradições o termo não tem lugar. Porém, quando utilizado no âmbito das políticas públicas, ele visa abarcar e reconhecer aquelas pessoas que são referência em suas tradições culturais, mesmo que contextualmente não recebam o título de mestre ou mestra. Assim, capitães de congado, mães de santo, etc., poderiam pleitear seu reconhecimento como mestre.

Sobre a definição do termo mestres ou mestras, embora o INCTI e a coordenação do Encontro de Saberes ainda estejam elaborando um documento que dê conta dessa categoria, o tema vem sendo discutido em outros âmbitos e algumas questões também foram adiantadas por José Jorge de Carvalho em sua fala. Dessa maneira, um dos lugares no qual se colocou o problema da definição de mestre nas políticas públicas foi no Projeto de Lei 1.176-B/2011 (BRASIL, 2011). Esse projeto de lei procurava instituir um programa de proteção aos mestres e mestras dos saberes e fazeres tradicionais, por meio da destinação de auxílio financeiro para suas atividades, diplomação solene e preparação técnica do mestre para que ele ministre oficinas e elabore projetos de gestão cultural. De acordo com tal projeto de lei, os mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares são:

⁴ A Ação Griô foi desenvolvida através de uma parceria da Associação Grãos e Luz Griô e o MinC, a partir da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC). Criada em 2006, a Ação organiza-se como uma rede e “envolveu 130 projetos pedagógicos de diálogo entre a tradição oral e a educação formal, mais de 750 griôs e mestres bolsistas de tradição oral do Brasil, 600 escolas, universidades e outras entidades de educação e cultura e 100 mil estudantes de escolas públicas” (AÇÃO GRIÔ: UMA POLÍTICA PÚBLICA..., 2018).

peças que se expressam através de diversas linguagens artísticas, ritos sagrados e festas comunitárias, brasileiros natos ou naturalizados, cuja vida e obra foram dedicadas à proteção, promoção e desenvolvimento da cultura tradicional brasileira; de sabedoria notória, reconhecida entre seus pares e por especialistas; com longa permanência na atividade e capacidade de transmissão dos conhecimentos artísticos e culturais (BRASIL, p. 3, 2011).

No âmbito do Prêmio Cultura Popular, a preocupação em definir o termo mestres e mestras também aparece. O Prêmio Culturas Populares foi instituído pelo Ministério da Cultura por meio da então Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, em 2007. O prêmio em dinheiro contempla mestres e mestras ligados ao universo das culturas populares. Na edição de 2008 (edição Mestre Humberto Maracanã), foram 239 premiados, que receberam R\$ 10.000,00 cada. Ao todo, o edital Prêmio de Culturas Populares contou com cinco edições: Em 2007 (edição Mestre Duda), a referida edição de 2008; a de 2009 (edição Mestra Izabel Mendes da Cunha); 2012 (edição Amácio Mazzaropi); e a de 2017 (edição Leandro Gomes de Barros).

No site do Prêmio, considera-se mestre ou mestra a “pessoa que tem grande experiência e conhecimento dos saberes e fazeres populares”, que se dedica “às expressões culturais populares”; que “tem capacidade de transmitir seus conhecimentos artísticos e culturais” e “seu trabalho é reconhecido pela comunidade onde vive, como também por outros setores culturais” (Perguntas frequentes, 2018). José Jorge de Carvalho, por sua vez, afirmou durante o *Seminário* que o mestre ou mestra poderia ser caracterizado por um conjunto de critérios: Aquele que sabe, aquele que ensina, aquele que pesquisa, aquele que lidera e aquele que media.

Tomando essas definições, notamos que elas têm algumas semelhanças e diferenças. No caso do Projeto de Lei 1.176-B/2011 (BRASIL, 2011), a definição recai sobre a noção daquele que sabe e transmite os conhecimentos de determinada prática cultural, sendo reconhecido por seus pares e especialistas. A questão do conhecimento, da capacidade de transmissão e do reconhecimento social coletivo dos mestres e mestras também se repete no Prêmio das Culturas Populares. Desse modo, o que se enfatiza é que a legitimidade dos mestres e mestras provém do reconhecimento social que gozam em seus contextos culturais.

A definição de José Jorge de Carvalho, em sua fala no *Seminário*, ainda trouxe alguns elementos novos. O convidado complementou que os mestres e mestras são também aqueles que pesquisam. Isso implica que esses sujeitos não são meros reprodutores de tradições culturais e regimes de conhecimento atemporais, mas que são agentes na construção dos saberes tradicionais. Como argumenta Cunha (p. 302, 2009a), “o conhecimento tradicional consiste tanto ou mais em seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores”.

Dessa maneira, levando-se em conta o que foi dito até aqui, podemos pensar os mestres e mestras dos saberes e fazeres tradicionais como aqueles sujeitos reconhecidos socialmente como possuidores de conhecimento em determinada tradição ou prática cultural, que o transmitem para outras gerações e que pesquisam e incorporam inovações os seus saberes. Carvalho ainda complementou que, como um efeito dessas características, estaria numa posição de liderança e de mediação com outros contextos sociais. Cabe enfatizar, então, que os mestres e mestras não existem sem os coletivos, povos e comunidades dos quais fazem parte, uma vez que sua legitimidade advém desse contexto e não do Estado ou de outras instituições.

Porém, quando o termo mestre e mestra torna-se uma categoria de política pública, é necessário construir protocolos e mecanismos de reconhecimento oficial desses mestres.

No caso do Projeto de Lei 1.176-B/2011 (BRASIL, 2011), citado acima, exige-se dos mestres e mestras que pleiteiam o título que eles comprovem sua maestria por meio de documentos e/ou depoimentos orais. Para o Prêmio das Culturas Populares, a maestria também deve ser reconhecida por meio de comprovação documental.

No caso do projeto Encontro de Saberes, José Jorge de Carvalho argumentou no *Seminário* que uma das estratégias para se reconhecer os mestres e mestras no ambiente universitário seria por meio da outorga do título de Notório Saber. Assim, apesar da maestria ser uma forma de reconhecimento dos saberes de determinado indivíduo por um coletivo ou comunidade, o título de Notório Saber permitiria um reconhecimento institucional, em âmbito universitário, dessa maestria, gerando efeitos práticos, tais como a possibilidade de contratação dessas pessoas como professores universitários visitantes ou temporários.

Sobre o título de Notório Saber, Carvalho argumenta que:

Vale ressaltar, dada a novidade do tema, a diferença do Notório Saber para o título de Doutor Honoris Causa, muito mais conhecido dentro e fora da academia e que já foi outorgado a mais de uma dúzia de mestres tradicionais. O Honoris Causa é um reconhecimento à trajetória de uma pessoa por sua excepcional contribuição à sociedade, em qualquer área, seja política, artística, científica ou esportiva, entre outras. Contudo, ele não autoriza o homenageado a ensinar na universidade que o homenageou. Por outro lado, o Notório Saber reconhece àquele que o recebe (como no caso dos mestres) um atestado de conhecimento equivalente a um diploma de doutorado – e como tal, essa pessoa de grande sabedoria pode atuar como docente, seja como visitante, substituto ou temporário. (CARVALHO, 2018).

Nesse contexto, a Universidade Estadual do Ceará foi pioneira quando, em 2016, “lançou o título de Notório Saber em Cultura Popular para 59 mestres e mestras dos saberes tradicionais” (CARVALHO, 2018). Além da UECE, a discussão sobre o título de Notório Saber para mestres e mestras das culturas tradicionais também tem avançado na UFMG, na UFSB e na UFJF (CARVALHO, 2018).

Cabe enfatizar diante desse cenário a questão do envolvimento dos próprios sujeitos que são foco dessas políticas na construção dessas definições e de seus mecanismos de reconhecimento no campo das políticas públicas. Essa é uma reivindicação histórica dos sujeitos das culturas populares (e não apenas dos mestres e mestras) desde o início dos anos 2000 e que foi colocada como proposição ao final do *Seminário Arte na Diversidade Cultural: ética e estética*.

1.4 Proposições para novos encaminhamentos

Diante dos temas discutidos no *Seminário Arte na Diversidade Cultural: ética e estética* e dos desdobramentos da discussão expostos anteriormente, propomos abaixo alguns encaminhamentos com o objetivo de avançar: a) na discussão sobre a relação entre políticas culturais, culturas populares e difusão; b) na construção de um conceito de mestre que consiga abarcar várias expressões das culturas populares e tradicionais; e c) na criação de bases para o reconhecimento institucional dos saberes tradicionais e de seus detentores.

Como forma de avançar nessas discussões e objetivos, sugerimos a necessidade de:

1) Inclusão expressiva e permanente dos mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais nos debates culturais, por meio de iniciativas como a do *Seminário Arte na Diversidade Cultural*, do IX Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, e dos I e II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares;

- 2) Mapeamento dos diversos âmbitos nos quais os termos mestre e mestra das culturas populares têm sido debatidos (leis, políticas culturais, universidades, comunidades tradicionais, etc.) e comparar os diferentes conceitos e entendimentos em voga;
- 3) Criação de protocolos de diálogos entre saberes tradicionais e poder público, por meio da produção de documentos como a *Farmacopeia popular do cerrado* (DIAS & LAUREANO, 2009) e o *Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do cerrado* (DIAS & LAUREANO, 2014) e de experiências como a das *farmácias caseiras*;
- 4) Inclusão dos mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas tradicionais no ensino superior e na pesquisa, através da expansão do projeto Encontro de Saberes para outras universidades públicas;
- 5) Reconhecimento oficial, por parte das instituições públicas de ensino superior, dos saberes detidos pelos mestres e mestras, por meio da outorga a eles do título de Notório Saber, permitindo, assim, que sejam contratados e atuem como professores/pesquisadores nas universidades;
- 6) Reconhecimento e apoio financeiro, cultural e social, por parte do poder público, para os mestres, mestras e suas comunidades, reivindicando a aprovação e o acompanhamento da tramitação, na câmara dos deputados, do Projeto de Lei 1.176-B/2011 (BRASIL, 2011);
- 7) Garantia do protagonismo dos mestres e mestras dos saberes e fazeres tradicionais e da articulação entre poder público e sociedade civil na realização de todas as propostas elencadas acima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ação Griô: Uma política pública. Referência de gestão compartilhada em rede no Brasil. **Grãos de Luz e Griô**. Lençóis, s/d. Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/acao-grio-nacional/>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- ALMEIDA, Mauro & CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- Brasil. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1.176-B/2011. Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Brasília, DF, 2011. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1517075.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- Brasil. Presidência da República. Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, agosto de 2000. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/08/2000>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- Brasil. Presidência da República. Lei 13.123, de 20 de maio de 2015. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2015. Seção 1, p.1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=21/05/2015>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- Brasil. Presidência da República. Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (revogada). **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2001. Seção 1, p.11. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=24/08/2001>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- Carta de princípios. **Rede das Culturas Populares e Tradicionais**. São Paulo, s/d. Disponível em: <https://rededasculturaspopularesetradicionais.wordpress.com/cartadeprincipios/%20Acesso%20em:%202013%20jun.%202017>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- CARVALHO, José Jorge de. 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. In **Revista Antropológicas**. Recife, ano 14, vol. 21 (1), 2010a.
- _____. Espetacularização e canibalização das culturas populares. **Anais do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares - I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares**. São Paulo/Brasília: Inst. Pólis/MinC, 2007.
- _____. Los estudios culturales en América Latina: Interculturalidad, acciones afirmativas y encuentro de saberes. In **Tabula Rasa**. Colômbia, nº 12, jan-jun, 2010b.
- CARVALHO, José Jorge de. & ÁGUAS, Carla. Encontro de saberes: um desafio teórico, político e epistemológico. **Anais do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens Globais Sul-Sul, Sul-Norte, Norte-Sul**. Vol. 1, 2014. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: http://alice.ces.uc.pt/coloquio_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro_DD.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.
- CARVALHO, José Jorge de. & FLÓREZ, Juliana Flórez. Encuentro de Saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. **Nómadas**. Colômbia, 41, outubro, 2014.
- CARVALHO, José Jorge. **Notório saber para os mestres tradicionais: Uma revolução no mundo acadêmico**. INCTI – Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Brasília, s/d.

- Disponível em: <http://www.inctinclusao.com.br/noticia/118/notorio-saber-para-os-mestres-tradicionais-uma-revolucao-no-mundo-academico>. Acesso em 23 de abril de 2018.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissenções entre saberes tradicionais e saber científico. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009a.
- DIAS, Jaqueline Evangelista. & LAUREANO, Lourdes Cardoso. (coord.). **Farmacopeia popular do cerrado**. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_agrobio/_publicacao/89_publicacao01082011054912.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.
- DIAS, Jaqueline Evangelista. & LAUREANO, Lourdes Cardoso. (orgs.). **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do cerrado: Direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional**. Turmalina: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2014. Disponível em: http://www.pacari.org.br/wp-content/uploads/2016/03/PROTOCOLO_VERSAO2016_PAGINAdupla.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.
- Expansão do encontro de saberes**. INCTI – Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Brasília, s/d. Disponível em: <http://www.inctinclusao.com.br/encontro-de-saberes/expansao-do-encontro-de-saberes>. Acesso em 24 de abril de 2017.
- GOULART, Bruno. **Trânsitos da cultura popular: Política pública, produção, difusão e salvaguarda nos encontros de culturas tradicionais**. Tese de doutorado em Antropologia Social – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 2018.
- LOPES, Juliana. A ação griô: Uma proposta política nacional. In BARBOSA, Frederico. & CALABRE Lia. (orgs.). **Pontos de cultura: Olhares sobre o programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011.
- MARCENA, Adriano. **A ópera do sol: Uma odisséia nordestina no sertão pernambucano**. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 1988.
- Ministério da Cultura. **Anais do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. São Paulo/Brasília: Inst. Pólis/MinC, 2005.
- Ministério da Cultura. **Anais do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares/I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares**. São Paulo/Brasília: Inst. Pólis/MinC, 2007.
- Ministério da Cultura. **Plano Setorial para as Culturas Populares**. 1ª ed. Brasília: MinC/SID, 2010.
- Ministério da Cultura. **Plano Setorial para as Culturas Populares**. 2ª ed. Brasília: MinC/SCC, 2012.
- Perguntas frequentes. **Prêmio Culturas Populares**. Ministério da Cultura. Brasília, s/d. Disponível em: <http://culturaspopulares.cultura.gov.br/perguntas-frequentes/>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- Quem somos. **Articulação Pacari: Plantas medicinais do cerrado**. Disponível em: <http://www.pacari.org.br/quem-somos/>. Acesso em 24 de abril de 2018.
- SANDRONI, Carlos. Circuitos de difusão no mercado: contra ou a favor. **Anais do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. São Paulo/Brasília: Inst. Pólis/

MinC, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. & MENESES, Maria Paula. Introdução. In SANTOS, Boaventura de Souza. & MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A encruzilhada da política ambiental brasileira. In M.A. D’Incao & I.M. da Silveira (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

TAVARES, Bráulio. **Contando histórias em verso: Poesia e romanceiro popular no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte & Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIVROS, ARTIGOS, LEIS E DOCUMENTOS

ALMEIDA, Mauro. & CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARVALHO, José Jorge de. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. In **Revista Antropológicas**. Recife, ano 14, vol. 21 (1), 2010a.

CARVALHO, José Jorge. **Notório saber para os mestres tradicionais: Uma revolução no mundo acadêmico**. INCTI – Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Brasília, s/d. Disponível em: <http://www.inctinclusao.com.br/noticia/118/notorio-saber-para-os-mestres-tradicionais-uma-revolucao-no-mundo-academico>. Acesso em 24 de abril de 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: Conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissenções entre saberes tradicionais e saber científico. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009a.

DIAS, Jaqueline Evangelista. & LAUREANO, Lourdes Cardoso. (coord.). **Farmacopéia popular do cerrado**. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_agrobio/_publicacao/89_publicacao01082011054912.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.

DIAS, Jaqueline Evangelista. & LAUREANO, Lourdes Cardoso. (orgs.). **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do cerrado: Direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional**. Turmalina: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2014. Disponível em: http://www.pacari.org.br/wp-content/uploads/2016/03/PROTOCOLO_VERSAO2016_PAGINAdupla.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.

GOULART, Bruno. **Trânsitos da cultura popular: Política pública, produção, difusão e salvaguarda nos encontros de culturas tradicionais**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARCENA, Adriano. **A ópera do sol: Uma odisseia nordestina no sertão pernambucano**. Re-

cife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 1988.

[MINC] Ministério da Cultura. **Anais do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. São Paulo/Brasília: Inst. Pólis/MinC, 2005.

[MINC] Ministério da Cultura. **Anais do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares/I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares**. São Paulo/Brasília: Inst. Pólis/MinC, 2007.

[MINC] Ministério da Cultura. **Plano Setorial para as Culturas Populares**. 2ª ed. Brasília: MinC/SCC, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. & MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, Edições Almedina, 2009.

TAVARES, Bráulio. **Contando histórias em verso: Poesia e romanceiro popular no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

SITES OFICIAIS E PÁGINAS DA INTERNET

Articulação Pacari: Plantas medicinais do cerrado. Disponível em: <http://www.pacari.org.br/>. Acesso em 24 de abril de 2018.

Bule Bule. Disponível em: < <http://www.bulebule.com.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

INCTI – Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. Disponível em < <http://www.inctinclusao.com.br/> >. Acesso em 24 de abril de 2018.

Prêmio Culturas Populares. Ministério da Cultura. Disponível em: < <http://culturaspopulares.cultura.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

Rede das Culturas Populares e Tradicionais. Disponível em: < <https://rededasculturaspopularesetradicionais.wordpress.com/>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

1.6.3 Filmes, documentários, entrevistas

A NOITE mais curta. Roteiro e direção de Bruno Goulart e Vinícius Fernandes. Produção independente. Brasília/Goiânia, 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=WmsNzJ1jnVQ>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

BULE BULE: Um grande mestre das tradições da música e da cultura. Projeto Nós transatlânticos. Petrobrás. Disponível em: < <http://www.nostransatlanticos.com/video/bule-bule-um-grande-mestre-das-tradicoes-da-musica-e-da-cultura/>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

O ABRAÇO da serpente (El Abrazo de la Serpiente). Direção de Ciro Guerra. Colômbia/Venezuela/Argentina: Ciudad Lunar, 2015 [produção]. 1 DVD (125 min.).

O SABER que a gente sabe: Diálogos entre conhecimentos tradicionais e científicos na Amazônia. Direção de Andréa Borghi M. Jacinto, Cristiane Derani & Homero Flávio. Manaus: Natora produções. 2006. 1 vídeo (27 min.). Disponível em:< <https://vimeo.com/60067198>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

SABERES TRADICIONAIS: Entrevista com José Jorge de Carvalho. Programa Conexão Ciência. EBC/Embrapa/NBR, 10 de dez. de 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZKFsomUrbpw>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

Cultura e Cidades

RELATORIA

Clarice de Assis Libânio¹

EMENTA: Encontro realizado na cidade de São Paulo, SP, no dia 04 de novembro de 2015, sobre o tema *Cultura e Cidades*, no âmbito do *Programa Cultura e Pensamento*, composto das mesas “O direito à cidade como direito cultural” e “Cultura e Cidades: a construção de outro imaginário urbano”.

Introdução: O encontro

Que cidade é esta? Que espaços ela coagula? Que relações ela instaura e reproduz? Disputa-se a mesma noção por todos os lados? Quer dizer, seria anacrônico nesse momento falar de interesse coletivo? De interesse público? De equipamento coletivo? De apropriação coletiva e comum da cidade? (VAINER, informação verbal, novembro de 2015)

O Programa Cultura e Pensamento é um programa da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura que se propõe a tratar e pautar “os grandes temas da cultura e da crítica cultural”. Como parte deste Programa, foi realizado o Seminário Cultura e Cidades em São Paulo, SP, no dia 04 de novembro de 2015. O encontro foi estruturado em duas mesas, conforme será descrito a seguir.

De acordo com a fala de apresentação, o seminário teve como objetivo discutir “as explosões que eclodiram nos últimos anos em cidades de todo o mundo, recolocando a questão urbana no centro da agenda política, social contemporânea”. O encontro faz parte da proposta do Ministério da Cultura de retomada, em 2015, de “sua contribuição nos processos de reflexão cultural e pensamento crítico em âmbito nacional e internacional”, trazendo um segundo ciclo de discussões que buscam

criar um ambiente favorável à interlocução entre diferentes visões no campo da cultura, grupos culturais, movimentos, redes, ativistas, intelectuais, fazedores e fazedoras de cultura, jovens inovadores, mestres, mestras, aproximando assim campos sociais, territórios e correntes de pensamentos. Logo, este segundo ciclo do programa pretende ultrapassar a barreira das pesquisas e debates acadêmicos, construindo conexões entre diferentes saberes. Assim fortalecendo a cidadania, a alteridade e também a democracia, a ideia é possibilitar a tradução de semântica, o estabelecimento de síntese teórica, tópico também para a atuação social, referenciais para uma criação estética, além também de atualizar as bases programáticas e ordenamentos nos campos institucionais no campo das nossas políticas públicas. (APRESENTADOR, informação verbal, novembro de 2015).

A **Mesa 1** do Seminário teve como tema “O direito à cidade como direito cultural”. Foi mediada por Georgia Nicolau, Diretora da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da

¹Antropóloga, mestre em sociologia e doutora em arquitetura e urbanismo pela UFMG. Coordena o Programa Lumes – Lugares de Urbanidade Metropolitana, pela UFMG, e a organização social Favela é Isso Aí. Sua tese de doutorado é intitulada Reinventando o urbano: práticas culturais nas periferias e direito à cidade.

Cultura e teve como palestrantes²:

- Guilherme Wisnik, Arquiteto e Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP);
- Circe Monteiro, Professora e diretora do Centro de Pesquisa e Inovação para as Cidades (INCITI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e
- Sérgio Urt, Publicitário e Ativista do Movimento Ocupe Estelita e Estelita do Brasil.

As principais falas desta mesa estão apresentadas no próximo tópico. Em linhas gerais, os debates tiveram como foco os cruzamentos entre a dimensão urbana e a dimensão cultural das cidades, entendidas como pautas convergentes e necessariamente complementares. Foram apresentadas experiências de movimentos urbanos que têm na cultura seu principal mote, discutindo-se, ademais, a importância da dimensão cultural no direito à cidade.

De acordo com a mediadora da mesa, Georgia Nicolau, este eixo de discussão traz o debate de como se pensar

o direito à cidade como direito cultural, isso inclui desde pensar esteticamente a cidade, a arquitetura, mas também pensar toda a gama de movimentos que eclodiram, nos últimos anos, com manifestações culturais e o quê que isso significa em termos de políticas públicas de cultura. (NICOLAU, informação verbal, novembro de 2015).

Uma das principais discussões da mesa foi relacionada à necessidade de se fortalecer os movimentos de luta pela cidade, criar espaços de diálogo e entender a cidade em seu valor de uso, “a cidade para o cidadão”. Ocupar a cidade, apropriar-se dos espaços públicos e instaurar outras formas de convivência nas cidades, que também são locais de conflito, reflexos de uma sociedade desigual.

Com o tema “Cultura e Cidades: a construção de outro imaginário urbano”, a **Mesa 2**, realizada na parte da tarde, teve como mediador Nabil Bonduki, Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, e contou com as presenças dos palestrantes:

- Juca Ferreira, Ministro da Cultura;
- Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo; e
- Maria Rita Kehl, Psicanalista e jornalista.

Além destes estiveram presentes à mesa Carlos Vainer, Professor e Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no papel de agente provocador da discussão; Guilherme Varela, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; e Jurema Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os trabalhos se iniciaram com as falas institucionais e as boas-vindas dadas pelo Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Guilherme Varela, e pela Presidente do IPHAN, Jurema Machado.

Em seguida, foram realizadas as falas dos palestrantes, descritas resumidamente no próximo tópico, que, grosso modo, versaram sobre as políticas urbanas e sobre as políticas públicas de cultura nas cidades e para as cidades, pensadas como “arma” (VAINER, informação verbal, novembro de 2015) e forma de disputa de sentidos, de significados, e mesmo de projetos de cidade face à mercantilização do urbano no Brasil e no mundo atual.

²Por problemas de logística não foi possível contar com a presença da professora Regina Novaes e do Secretário Fernando Mello Franco, que haviam sido anunciados na programação.

De acordo com Guilherme Varela, em abertura aos debates, o entendimento é que as cidades da atualidade são o lócus dos “grandes problemas” e também das “grandes soluções contemporâneas”. Em tais territórios a cultura assume o importante papel “de discutir os valores que permeiam hoje a vivência, a convivência e a ocupação das cidades. Há uma disputa simbólica em curso, há uma disputa de mentalidade de comportamento e essa disputa é uma disputa valorativa, em que a cultura tem um papel fundamental” (VARELA, informação verbal, novembro de 2015).

Nesta perspectiva, foi apontado que todas as políticas públicas nas cidades, de “segurança urbana, de transporte e mobilidade, de meio ambiente, de cultura *stricto sensu*, enfim”, só serão efetivas e eficazes se trouxerem junto consigo uma mudança de mentalidades “acerca da cidade, acerca do resultado dessa convivência urbana, o entendimento da cidade não só como um espaço de morada e de trabalho, mas sim como lugar que tenha um significado e seja em outra sociabilidade” (*ibid.*).

Assim, ao dar início aos trabalhos da tarde o Secretário reafirmou o papel do Ministério da Cultura de “agir em cooperação com as cidades, com as metrópoles, com os governos municipais para fazer com que a gente tenha ações mais completas para que as políticas transversais urbanas, para que todas as políticas setoriais incorporem o vetor cultural nas suas ações” (*ibid.*).

O presente texto está estruturado em três seções, ademais desta Introdução. Na primeira será apresentado um extrato breve da fala de cada um dos palestrantes das duas mesas, muito sucintamente, como forma de nortear o restante da discussão e indicar as temáticas principais debatidas no seminário. Já a segunda trará algumas reflexões críticas sobre as temáticas apresentadas, a partir das falas e dos debates e em diálogo com a bibliografia pertinente. Por fim, na última seção fazem-se as considerações finais e sugerem-se novos encaminhamentos e desdobramentos a partir do Seminário.

1 As temáticas que emergem das falas³

Cultura e Pensamento é um pouco isso, abrir as portas para que um número maior de pessoas, para que os movimentos sociais, os militantes, os ativistas, os gestores, as pessoas que fazem política, as pessoas que fazem arte, que fazem cultura, as pessoas que prestam serviços, seja na área de saúde, não importa, todas são parte de um todo complexo que precisa da inteligência, da formulação, da acuidade e que precisa desenvolver uma crítica, porque nós estamos muito longe da sociedade que nós queremos. (JUCA FERREIRA, informação verbal, novembro de 2015)

Esta seção pretende apresentar um relatório sucinto de cada fala, na ordem em que foram proferidas, de forma a permitir ao leitor uma breve visão dos debates empreendidos e das temáticas principais que serão tratadas na próxima seção.

Mesa 1: O direito à cidade como direito cultural

Em sua fala inicial a mediadora Georgia Nicolau relatou que, dentro do Programa Cultura e Pensamento, o eixo específico de Cultura e Cidades é muito caro ao Ministério da Cultura e ao Ministro Juca Ferreira, que tem trazido para o debate a pauta de se pensar o direito à cidade como direito cultural. Nesse sentido, relatou também a parceria que o MinC tem com a

³Fazem parte dos produtos do Seminário a transcrição literal de todas as falas dos palestrantes, inclusive perguntas e comentários dos participantes da plateia, além de registro em vídeo e foto dos trabalhos. As falas aqui apresentadas são um extrato deste material bruto.

Universidade Federal de Pernambuco para construção de eixos e diretrizes sobre o que seriam Cidades Sensitivas, o que será apresentado pela professora Circe.

A mediadora apontou também que esta temática tem sido alvo de vários debates, inclusive o debate Cidades Rebeldes (SESC e Boitempo, 2015), com o Professor David Harvey, que, em sua fala, apontou que “da Turquia aos países Árabes o que ele viu de mais vivo são os produtores culturais, são os artistas, são aqueles que conseguem se organizar e produzir sentido para a cidade” (HARVEY apud NICOLAU, informação verbal, novembro de 2015).

Passando a palavra ao professor Guilherme Wisnik este apontou a convergência cada dia maior entre a pauta do urbanismo, da cidade, e as manifestações culturais, que acabam por compartilhar interesses comuns, em especial o da construção do espaço cidadão nas grandes cidades. Para ele, os movimentos atuais na cidade têm grande relevância cultural, não apenas por suas práticas através de manifestações da esfera da cultura, mas porque “são causas que defendem valores bastante amplos”. Nesse sentido, lembrou que a palavra Cultura tem origem na ideia de cultivo, “tratar alguma coisa e fazê-la florescer, construindo alguma coisa que frutifica depois, frutifica como valor” (WISNIK, informação verbal, novembro de 2015).

O palestrante também realçou que têm surgido novas pautas nos últimos anos nas cidades, para além das grandes reivindicações dos movimentos sociais dos anos 80, então focada prioritariamente na habitação social. Entre tais pautas realça a entrada na agenda da sociedade as temáticas do uso dos espaços públicos, da mobilidade e do direito à cidade, espaço de construção da cidadania. Esta mudança estaria relacionada, por um lado, a uma questão além de nossas fronteiras (citando o espírito do tempo - *Zeitgeist* - mundial), mas, por outro, ao próprio processo de redemocratização no Brasil, à chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder e as expectativas geradas a partir do Governo do Presidente Lula:

Naquele momento tinha acabado de se aprovar o Estatuto da Cidade, o governo Lula criou o Ministério da Cidade e a agenda da reforma urbana, junto com o progresso na questão da reforma agrária, parecia um horizonte imediato. Em grande medida nada disso aconteceu, então não vai ser o caso nem há tempo aqui de nuançar essa discussão, mas ao mesmo tempo que houve a grande inclusão da chamada Classe C ao consumo, a pauta da reforma urbana ela não se realizou no Ministério da Cidade, foi um Ministério fantoche e até hoje o Estatuto da Cidade não chegou a se realizar na prática. (*ibid.*).

Para o professor é preciso “pensar hoje a questão urbana como uma questão cultural, porque é uma questão cultural que implica uma mudança de valores, então tem toda uma nova geração de pessoas que hoje usa a cidade de maneira diversa com novos valores” (*ibid.*). Além disso, ele aponta a premência da sociedade civil se manter ativa, pressionar os governos, ocupar e estar presente no espaço público, de forma a construir coletivamente as agendas de interesse comum⁴.

Em seguida houve a fala de Sérgio Urt, que apresentou a experiência do Movimento Ocupe Estelita, que nasceu em 2012 com o Projeto Novo Recife e teve como marco a ocupação em 21/04/2014. O palestrante citou a cidade do Recife como um exemplo e precursor da luta de várias cidades contra as empreiteiras e a apropriação da cidade pelo capital, que expulsa as populações das áreas nobres das cidades, das periferias, favelas, etc. e se apropria dos espaços para grandes empreendimentos imobiliários, numa “‘Miamização’ das cidades do

⁴Sobre a discussão dos “common”, dos comuns, e da potência das multidões, ver Negri e Hardt.

Brasil” (URT, informação verbal, novembro de 2015). Além do Cais do Estelita, foram citados outros casos de perda dos espaços coletivos e mesmo da memória da cidade, com a Praia da Boa Viagem, ocupada por espigões que tiram o sol; o teatro Parque do Recife, fechado há anos para a população; as referências da cultura indígena, entre outras perdas, nesta e em várias outras cidades do Brasil.

Nesse contexto, para ele os movimentos de lutas pela cidade são primordiais:

Se a gente não levantar as bandeiras de interesse cidadão, o poder econômico ele simplesmente vai lá e vai arrancar o que puder, como se fosse uma mineradora, ele vai extrair toda a riqueza que tem naquele local, vai vender, um dia aquilo vai se acabar e vai ficar fadado à recuperação da natureza. (*ibid.*).

No âmbito de tais movimentos o palestrante realçou a importância das manifestações e grupos culturais, além da presença da universidade, que “foi para dentro da ocupação” e debateu na prática com os alunos os temas ligados ao urbanismo, ao direito constitucional, direito urbanístico, questão fundiária, etc. Realçou que é justamente na cidade e na convivência em seus espaços públicos que se aprende, se troca, se informa, “não dentro dos condomínios e dos edifícios, com um muro de sete andares que dá uma falsa impressão de segurança (...) e onde acontecem as maiores violações possíveis, porque fica cada um no seu quadrado e ninguém compartilha nada” (*ibid.*).

Sérgio apontou ainda que há uma série de instrumentos urbanísticos e institutos, especialmente o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores, o IPTU progressivo, a função social da propriedade, etc., que não são efetivos, não têm sido usados a favor dos cidadãos. Assim, as lutas têm sido feitas através dos movimentos urbanos, que vão para as ruas, para o enfrentamento, ocupam os espaços e apanham da polícia. Para ele, é preciso juntar forças, fazer mais debates, aproximar as “cabeças pensantes” da academia para que, quem sabe, se possa “realmente conseguir mudar a cidade e o Brasil” (*ibid.*).

Por fim, a terceira palestrante da mesa, a professora Circe Monteiro, apontou que Recife tem uma grande riqueza cultural, com diversas manifestações, e que também tem a prática da mobilização social para causas importantes (“chamada inclusive noiva da revolução”). E é esta cidade que tem visto sua história ser devorada, os “bairros cheios de casarões, casas antigas, absolutamente sendo devorados num processo imobiliário que come as entranhas da cidade” (MONTEIRO, informação verbal, novembro de 2015). Citou que no Recife a cultura está por trás dos movimentos de luta pelo direito da cidade, ligada a uma luta por identidade, por pertencimento e por uma expressão de cidadania.

A professora também falou sobre alguns movimentos de reivindicação de cidade, como é o caso do Ocupe Estelita, realçando a importância dos meios de comunicação, “dos blogs, das redes sociais num processo de mobilização do movimento”, tanto pela abrangência e capilaridade destes meios, quanto de sua velocidade de difusão da informação e “capacidade de agregação de vários movimentos, de várias expressões diferentes nesse movimento” (*ibid.*).

Outro elemento importante citado foi a experiência de fricção social que se deu nestes movimentos e na ocupação do Cais do Estelita. Isso porque puseram em contato e convivência jovens de classe média, universitários, urbanistas, artistas, publicitários, etc. com moradores da região, da vila do Coque, cada qual com seus valores, colocados frente a frente para dialogar. Isto, para a palestrante, foi um processo de unificação das lutas “a cidade é nossa, ocupe-a”, ao contrário do que havia sido visto em junho de 2013, onde havia as mais diversas pautas nas ruas.

A professora citou ainda a importância do trabalho da universidade e dos desdobramentos posteriores, como a elaboração colaborativa de um plano para o Rio Capibaribe e a proposta, junto com o MinC, de ativação cultural dos LabCEU's "que não seja de cima pra baixo, que nasça das entranhas dos grupos, que pegue essa emergência do que está acontecendo e que cristalize, catalise esses movimentos e coloque isso em uma outra forma de extensão, expressão" (*ibid.*). Também foi citado o projeto das Cidades Sensitivas.

Por fim, partiu-se para as perguntas e respostas, com várias questões colocadas pela plateia e que serão tratadas ao longo da segunda seção desta relatoria.

Mesa 2 – Cultura e Cidades: a construção de outro imaginário urbano

A mesa da parte da tarde iniciou com a fala de Guilherme Varela, a título de introdução. Como apontado na primeira parte deste documento, o Secretário realçou que o papel da cultura é fundamental nas cidades, especialmente por sua condição de discutir e propor valores que permeiam a vivência, a convivência e a ocupação das cidades. Para ele as cidades estão em disputa, e esta é uma disputa que também é simbólica, o que faz com que as políticas setoriais diversas só tenham efetividade social se houver mudança de mentalidades sobre as cidades, a convivência urbana, a cidadania e a sociabilidade.

Também como anfitriã foi chamada a dar as boas-vindas Jurema Machado, que realçou as conexões entre política cultural, política urbana e a questão do patrimônio, que precisam inevitavelmente dialogar e convergir, inclusive na discussão dos tombamentos, dos instrumentos urbanísticos e da ação do IPHAN. Para ela, atualmente as demandas vindas destas duas frentes convergem na ideia do direito à cidade, "que é uma ideia não apenas de se ter acesso a condições mínimas de moradia, de infraestrutura, mobilidade, etc., mas de ter ali representado valores identitários, valores de memórias, de relação com vizinhança e de condições do ambiente".

O mediador, Nabil Bonduki, deu início aos trabalhos convidando o professor Carlos Vainer, no papel de "provocador" das discussões. Vainer iniciou sua intervenção pedindo a todos que tentassem pensar "a dimensão cultural da cidade, a dimensão urbana da cultura" (VAINER, informação verbal, novembro de 2015), bem como os desafios que essa relação coloca. Para ele, é possível pensar a cidade e a cultura como "campos de batalha"

onde se disputa, entre outras coisas, mas de forma central, as possibilidades de mudança social ou a simples reprodução ampliada das formas dominantes de exploração, de opressão e discriminação, as várias violências, os controles biopolíticos que marcam a nossa cidade numa perspectiva de inspiração. (*ibid.*).

O palestrante apontou ainda que é importante questionar o próprio conceito de direito à cidade, que foi apropriado e mesmo generalizado nos últimos anos. Ele pergunta de que direito se está falando, e de que cidade se está falando. Para ele, a cidade é a da financeirização, da democracia direta do capital e também a dos "encontros e confrontos de culturas políticas e políticas culturais". Vainer aponta que esta lógica está destruindo o elemento fundamental da cidade – "o encontro, a convivência e às vezes o confronto e o desencontro do heterogêneo do diverso" –, naquilo que chamou de "processo de urbanicídio" (*ibid.*).

Para Vainer a cultura pode, nesta disputa, ser pensada como uma arma, que já vem "sendo utilizada e mobilizada por uma série de grupos resistentes, que fazem da construção de novos espaços, de novas práticas, de novas relações urbanas, novos espaços, de novas prá-

ticas e novas relações culturais”. A cultura aparece, portanto, como um instrumento de transformação (e que também, para ele, pode ser um “instrumento de destruição, de intimidação, de coerção, de constrangimento, de conservação das relações presentes”). Realça que há nas lutas e nas manifestações um “potencial emergente, insurgente contra-hegemônico, que nas frestas, bordas e periferias de uma cidade brutal e perversa, aponta possibilidades de novas construções culturais e possibilidades de novas culturas e de novas cidades” (*ibid.*).

Em seguida foi passada a palavra ao Ministro Juca Ferreira, que começou falando sobre a necessidade de “recuperar o estado brasileiro para a sociedade”, um estado que, assim como a maior parte das sociedades do século XXI, foi enfraquecido e dominado pela lógica do capital e das grandes máfias, sem conseguir “manter a coesão social”. Para ele, há que “construir o estado democrático no Brasil, não há programa de avanço que não passe necessariamente pela questão do estado, e as políticas públicas podem ser uma grande contribuição para a construção da sociedade que a gente quer” (FERREIRA, informação verbal, novembro de 2015).

Nesse contexto o Ministro realçou que as políticas urbanas têm deixado em segundo plano “a dimensão cultural dos seus modelos de desenvolvimento”, esquecendo que “não se pode construir projetos civilizatórios em grande escala sem antes obter o envolvimento emocional, espiritual e simbólico das populações”. Além disso, realçou que muitos dos erros em nossas cidades são de origem cultural, já que “dizem respeito aos nossos valores, a nossa atitude pessoal, as nossas emoções, aos nossos sentimentos de competição ou de afetividade, aos nossos projetos de vida na família e no trabalho”. Como exemplo citou a “mentalidade exclusivista de setores sociais do topo da pirâmide que se sentem donos e senhores das cidades, responsáveis únicos por seus destinos, avessos a qualquer processo de compartilhamento da definição das soluções e regras a serem seguidas”. Esta seria uma “atitude hostil para com a cidade, como quem diz: ‘vou defender meu interesse e essa cidade que defenda os dela’” (*ibid.*).

Os avanços, segundo o Ministro, têm ocorrido, como, por exemplo, com a requalificação dos Planos Diretores; a construção do Estatuto das cidades e do Plano Nacional de Saneamento; os programas de distribuição de renda realizados pelo estado brasileiro nos últimos anos; a universalização do acesso às políticas públicas, etc. Entretanto, não houve uma mudança democrática profunda no que diz respeito aos “modos de produção e reprodução do espaço urbano” (*ibid.*), de consciência de cidadania e de direitos.

É neste estado de coisas que se fortalecem e precisam ser fortalecidos os movimentos sociais urbanos em todo o Brasil, especialmente nas grandes cidades, que têm se articulado “em torno de agendas associadas ao direito à cidade, em nome de um novo traçado urbano de direitos de cidadania que não seja produto da especulação imobiliária”, em busca de uma maior qualidade de vida, melhores condições de acesso aos espaços públicos, mobilidade urbana, moradia, saúde e educação. Juca Ferreira realça que

somente a partir da participação da sociedade no planejamento e nas decisões sobre o fazer urbano, a partir do diálogo entre o poder público e a cidadania, expressa nos diversos movimentos sociais, podemos ter esperança de ver nascer uma outra democracia que não seja apenas democrática de quatro em quatro anos, mas que estimule uma cidadania propositiva, impregnada de um sentimento de pertencimento fruto de uma outra relação com a cidade (*ibid.*).

A segunda palestrante da mesa, Maria Rita Kehl, iniciou sua participação realçando que estava ali não como especialista no tema, mas como cidadã, moradora de São Paulo, que usa

a cidade e que “cada vez gosta mais desta cidade”, pois tem “uma relação mais íntima com essa cidade, que é a relação pedestre” (KEHL, informação verbal, novembro de 2015). Para ela, a cidade é um lugar de convívio, de grande convívio, de intenso convívio entre estranhos, o que é “uma ideia, a meu ver, muito, muito, muito progressista”, é um milagre da capacidade humana, por sua inventividade, pela premissa da universalidade e da oferta de oportunidades. Entretanto, realça que é fundamental promover políticas de igualdade para efetivamente garantir a universalidade e a inclusão de todos nas cidades. Para ela,

a questão da universalidade, não é tutelar o comportamento de cada um pra ver se está aproveitando das políticas que existem. A questão da universalidade é: oportunidades para todos que precisam em cada área, se a pessoa não usa oportunidade isso não invalida o projeto que deve comportar a todos (*ibid.*).

Ela cita que para muita gente a cidade é um “inferno”, opinião da qual ela não compartilha e sugere que é possível inventar modos diferentes de morar na cidade: “São Paulo comporta a invenção, a invenção pedestre, a invenção ciclista...”. Para “viver numa cidade e não achar que a sua cidade é um inferno” é preciso se desprogramar, “e esse é um convite que pode ser feito a qualquer cidadão” (*ibid.*).

Dentro destes espaços, cidades, a cultura é um elemento fundamental também, e deve ser permitida nas ruas, em todos os locais. Para a palestrante, cultura e cidade são indissociáveis “e a cidade é a maior invenção coletiva humana, cuidemos bem dela e da gestão dela” (*ibid.*).

Por fim, passou-se a palavra ao Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Ele apontou a emergência da temática das cidades, que antes era assunto dos arquitetos e urbanistas e que hoje perpassa uma série de áreas de conhecimento, uma “ciência das metrópoles”, das cidades. A própria elaboração do Estatuto da Cidade (2001) já é fruto desta mudança de pensamento, de comportamento e de atitude.

O palestrante realçou que “São Paulo é uma benção” porque consegue manter uma funcionalidade mesmo tendo 22 milhões de habitantes, e que “permite a uma boa parte dessa população aproveitar inúmeras possibilidades e oportunidades que a cidade oferece” (HADDAD, informação verbal, novembro de 2015). Ele realça que só é possível esta realidade porque “estamos juntos e decidimos morar no mesmo lugar, nesse mesmo conglomerado”. Mesmo os muitos que teriam a opção de deixar a cidade não o fazem porque São Paulo oferece “não apenas um presente extraordinário, mas perspectiva ainda inexplorada de uma vida comum mais civilizada” (*ibid.*).

Nesta perspectiva realça o lugar da cultura, pois viver nas cidades é um momento rico e um momento de contestação, de quebra de paradigmas. O palestrante realçou também que uma boa parte dos problemas urbanos são problemas culturais, em sentido mais amplo: “essa questão da mirada, do olhar, da visão de como 22 milhões de pessoas podem conviver no mesmo lugar respeitando diversidade, tolerando a diferença, combatendo as desigualdades extremas” (*ibid.*). Esta é uma pequena revolução cultural, uma mudança de perspectiva.

As próprias cidades, como forma de viver e conviver, já são rebeldes desde seu nascimento. Para Fernando Haddad,

não existe cidade não rebelde, uma pessoa que imaginar que uma cidade pode ser domesticada, na verdade o dia que a cidade puder ser domesticada ela vai deixar de ser cidade. A cidade é essencialmente esse espaço de não domesticação, de con-

testação permanente, daquilo que o Weber chamava de dominação não legítima. É esse que é a contracultura, é a contrapolítica, é a contraciência é sempre esse espaço de que as pessoas para manter o dinamismo, manter a cidade viva tem que ter condições de se exprimir da maneira mais livre possível (*ibid.*).

Por fim, questionou o papel do Estado neste quadro, e seria o de, primeiro, não atrapalhar a cidade e sua cultura, e, segundo, o de buscar que as diversas expressões “consigam formar vetores”, e construir “novas hegemonias que possam representar a quebra de paradigmas numa perspectiva de melhoria de qualidade de vida, que só pode ser atingida se nós tivermos pelo menos dois compromissos: dizer não à desigualdade extrema e dizer não a toda e qualquer forma de intolerância” (*ibid.*).

Em seguida partiu-se para as questões da plateia, onde emergiram vários temas que serão tratados ao longo da discussão a seguir.

2 Cultura, cidades, direito, espaços e agentes

A cidade é a primeira e decisiva esfera cultural do ser humano. E para realçar ainda mais seu papel está o fato de que hoje, pela primeira vez na história da humanidade, mais da metade da população mundial vive em cidades. A cidade é onde se nasce, se vive, se ama e se morre. É onde se gera o valor econômico e onde se pagam os impostos. Nada mais é preciso para destacar o papel central da cidade na definição das políticas públicas. Num momento de intensas relações globais diretas entre os diferentes atores sociais, o protagonismo da cidade torna-se ainda mais premente e justificado. (COELHO, 2008, p.9)

A partir das falas dos participantes do Seminário Cultura e Cidades é possível extrair uma série de temáticas que permitem amplas reflexões a respeito de praticamente todos os âmbitos da vida coletiva na contemporaneidade. Assim, pensar sobre tema tão vasto e complexo requer fazer escolhas e traçar alguns rumos a seguir, sem a pretensão de se esgotar a discussão e assumindo conscientemente os riscos de deixar de lado pontos importantes do debate. Esta seção se dedica a apresentar estas escolhas.

Dentre todas as possíveis abordagens antes vislumbradas optou-se por discutir os temas que, poder-se-ia dizer, são o pano de fundo para outras questões postas em discussão e que serão realçados aqui em subseções. Entre eles estão a temática do direito à cidade e as interseções entre cultura e cidades; a emergência dos novos movimentos urbanos; a política urbana e a apropriação da cidade pelo capital; a questão do espaço público e das sociabilidades e os papéis da cultura nas cidades contemporâneas. Outras temáticas correlatas e paralelas, surgidas nos debates, também vão aparecer, ainda que de maneira tímida no texto, e merecem atenção para debates e encaminhamentos posteriores.

Isto posto, inicia-se apontando que a relação entre cultura e cidades não é um tema realmente novo e já foi tratado sob diversos pontos de vista por urbanistas, sociólogos, historiadores, geógrafos e filósofos, entre outros pensadores de distintas filiações acadêmicas e distintas épocas. Entretanto, é uma intercessão que inequivocamente vem se impondo como temática e campo de estudos nas últimas décadas, em especial relacionada aos processos de industrialização e urbanização planetária, intensificados a partir da segunda metade do século XX⁵.

⁵Sobre tal processo e suas características, ver a discussão de Soja (2008) sobre a 4ª revolução urbana.

Se desde 2007 se deu a virada rural-urbano em termos de população global no mundo – com 54% da população vivendo em cidades⁶ em 2014, percentual este de mais de 73% na Europa, 79% na América Latina e 85% no Brasil – este de fato não poderia ser um tema relegado a segundo plano pela academia e muito menos no âmbito do planejamento e das políticas públicas.

A migração rural-urbana é um processo que tem-se mantido em várias partes do globo, trazendo consigo a construção de espaços de desigualdades e segregação, mas também de multiplicidade e pluralidade de culturas e sociabilidades que se dão no território urbano. Milton Santos já apontava que a cidade é

o lugar em que o Mundo se move mais, e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado (SANTOS, M., 1994, p.40).

Ao mesmo tempo, o autor ressaltava que, na era da globalização, cada vez mais a ciência, a tecnologia e a informação estão construindo novas lógicas espaciais, determinadas principalmente pela racionalidade do lucro, gerando a perda da cidadania, ou uma cidade sem cidadãos. Comandadas por uma “vontade distante e estranha” (*ibid.*, p.49), subordinada a uma ação exógena no sistema de mercado mundial, as cidades e as regiões perdem o papel de reger, tornando-se apenas o lugar do fazer, ao mesmo tempo em que “a rua, onde o estacionamento expulsa o jardim, torna-se arena desse conflito [a lei da concorrência, a lei da *jungle*] e não mais o lugar do encontro e da festa” (*ibid.*, p.37).

Cidade empreendedora, cidade do capital

Para além dos determinantes econômicos, políticos e outras externalidades que impactam as cidades e suas configurações socioespaciais, muitas vezes as próprias propostas e projetos urbanísticos contribuem para dismantelar os territórios urbanos em seus primordiais aspectos de socialização e vivência compartilhada, aspecto já apontado e criticado por Jane Jacobs:

Mas veja só o que construímos com os primeiros vários bilhões: conjuntos habitacionais de baixa renda que se tornaram núcleos de delinquência, vandalismo e desesperança social generalizada, piores do que os cortiços que pretendiam substituir; conjuntos habitacionais de renda média que são verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização, fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade da vida urbana; conjuntos habitacionais de luxo que atenuam sua vacuidade, ou tentam atenuá-la, com uma vulgaridade insípida; centros culturais incapazes de comportar uma boa livraria; centros cívicos evitados por todos, exceto desocupados, que têm menos opções de lazer que todas as outras pessoas; centros comerciais que são fracas imitações das lojas de rede suburbanas padronizadas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las. (JACOBS, 2011, p.2)

⁶Dados das Nações Unidas.

Assim, as cidades acabam por trazer vários elementos negativos para seus cidadãos, para além das benesses esperadas como decorrência do progresso técnico e científico, do desenvolvimento tecnológico e do crescimento econômico e social prometidos pela modernidade. Especialmente para os moradores das periferias metropolitanas, as cidades não têm oferecido condições de vida adequadas e equitativamente distribuídas a todos seus habitantes, e tampouco e acesso às oportunidades e estruturas urbanas disponíveis.

A partir deste cenário pode-se aventar a hipótese de que o próprio espaço urbano e sua distribuição e ordenamento territorial acabam por se constituir em forma de dominação. Lefebvre já apontava que o urbano está pautado cada vez mais pelo valor de troca (o espaço mercadoria) e cada vez menos por seu valor de uso, sendo este um instrumento das classes dominantes para vários fins:

dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (LEFEVBRE, 2008, p.160).

Este cenário torna-se a cada dia mais real em nossas cidades, agravado pelo avanço do capitalismo internacional, neoliberal (bem como dos megaeventos – copa e olimpíadas, p.ex.), que faz da cidade campo de extração máxima do lucro, com o apoio do estado⁷. Se o processo de globalização e seus fluxos planetários de informação, capitais, mercadorias e conhecimento geraram oportunidades de desenvolvimento e lucro desterritorializadas (tendo como pano de fundo as crises econômicas mundiais, bem como a alta mobilidade do capital multinacional, liberto das barreiras espaciais para as decisões locais) também trouxeram a disputa entre os territórios – particularmente as cidades –, a competição por investimentos, recursos e visibilidade internacional.

Castells e Borja (1996) já apontavam que para sobreviver na sociedade globalizada as cidades deveriam ser protagonistas e seu governo deveria ser empreendedor⁸, oferecendo diferenciais competitivos e enfrentando os desafios de modernizar a infraestrutura urbana, criar centralidades e espaços públicos qualificados e, o mais importante, gerar condições para a atração de empresas e investimentos (a partir, por exemplo, de benefícios econômicos, fiscais e subsídios aos empreendimentos produtivos). Através de parcerias com a iniciativa privada, as municipalidades deveriam realizar grandes obras, fazer investimentos tecnológicos, etc.

Na prática o que se tem visto é que – na busca pela competitividade na rede mundial de cidades, pela visibilidade internacional e pela atração de capitais – os governos das cidades acabam por se aliar ao capital imobiliário, principalmente, atendendo a seus interesses. Em nome do embelezamento e do melhoramento das cidades, removem-se favelas, expulsam-se as classes populares das zonas centrais e limitam-se o uso e a fruição dos espaços públicos das cidades⁹. Vários projetos realizados nas cidades brasileiras, seguindo esta lógica, são responsáveis por grandes impactos sociais (negativos), pela gentrificação e pela remoção de grande número de famílias de baixa renda dos territórios centrais e mais valorizados.

⁷Para esta discussão, ver também Vainer (2000, 2001, 2014), Rolnik (2015) e outros.

⁸O protagonismo urbano - a cidade empreendedora - teria principalmente como objetivos, por um lado, seu posicionamento no mercado mundial, com atratividade e competitividade; e, por outro, o bem-estar dos cidadãos, gerando maior qualidade de vida.

⁹Durante o Seminário foram citados casos concretos deste processo, por exemplo o do Cais do Estelita e da Praia de Boa Viagem, ambos em Recife.

Harvey (2006) é crítico deste modelo e afirma que o empreendedorismo urbano tem trazido graves consequências, tanto em âmbito macroeconômico quanto territorial e social, incluindo o desenvolvimento desigual do território; o empobrecimento da população; a sobrecarga para as administrações públicas, que assumem os ônus do investimento e propiciam condições para que as empresas privadas fiquem com seus bônus; e a própria instabilidade do sistema urbano.

Assim, ao contrário de dotar as cidades de melhores condições de vida para (todos) seus moradores e suas administrações de ferramentas para enfrentamento do fenômeno da segregação socioespacial, o empreendedorismo urbano agrava a desigualdade. Segundo Harvey, o empreendedorismo traria uma solução não apenas perversa para o crescimento das cidades, mas também temporária, uma vez que o próprio processo de competição interurbana acaba por eliminar seus diferenciais, submetidas a uma mesma lógica, a da espetacularização e das migrações dos fluxos econômicos no capitalismo mundial.

Destaca-se, dado o tema do Seminário, que a cultura também tem sido apropriada pelos adeptos do empreendedorismo urbano, através do uso dos conceitos da economia da cultura, aplicados às cidades, que muitas vezes geram projetos prejudiciais a seus próprios habitantes. Em especial desde o início dos anos de 1990 (como é o caso de Barcelona, por exemplo) cresceu a visão no urbanismo e nas políticas públicas da cultura como elemento para a regeneração urbana e para o desenvolvimento econômico dos territórios. Assim,

Através de diversos planos, estratégias de competitividade entre cidades (como é o caso das Capitais Culturais Europeias) ou megaeventos culturais (como o Fórum das Culturas 2004 em Barcelona), se implementam uma série de ações que têm por finalidade o desenvolvimento econômico e a regeneração dos centros urbanos a partir das indústrias criativas e do turismo (García, 2004a *apud* BELANDO, ULLDEMOLINS e ZARLENGA, 2012, p.34, tradução minha).

Yúdice (2004) aponta que esta visão do empreendedorismo através da cultura tem sido reforçada por instituições internacionais, como a União Europeia, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outras, indicando que “a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso” (YÚDICE, 2004, p.30). O autor analisa os processos de renovação das cidades através da cultura (além de Barcelona há o caso de Bilbao, por exemplo) e de culturalização da “nova economia” baseada na criatividade, nas artes e no conhecimento como estratégias para a acumulação de capital.

A instrumentalização da cultura (e das chamadas indústrias criativas) como um bem ou serviço para melhor posicionar as cidades na disputa mundial por visibilidade e atração de capitais contribui muitas vezes para a espetacularização da cidade, a gentrificação e a exclusão de parte de sua população dos espaços da cidade, agora voltados para o turismo e o consumo cultural.

Independentemente de seu carro-chefe ou do modelo adotado, a cidade empreendedora tem contribuído para a divisão de seu próprio território, a criação de cidadanias diferenciadas e fragmentadas, a ampliação da segregação socioespacial e a negação de direitos. Ao final, contribui para o próprio esfacelamento do direito à cidade, em seu cerne, já que “sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso existem alguns problemas sociais e econômicos muito sérios”, o que, em muitos locais, “está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente” (HARVEY, 2006, p.188).

Cidades, cultura e o direito à cidade: marcos e possibilidades

É nesse contexto que se desenrola a discussão central do Seminário, relativa às interseções entre cultura e cidades e às possibilidades de se resgatar o direito à cidade a partir da cultura. A presente seção se destina a apresentar os principais conceitos que apoiam esta discussão e alguns marcos referenciais para informar o debate. O crescimento da importância desta temática, como antes mencionado, deu origem a importantes documentos em âmbito mundial, que não podem deixar de ser citados no contexto deste relato, dada sua estreita relação com os elementos discutidos no Seminário.

Um deles, primordial para a discussão em pauta, é a Agenda 21 da Cultura, aprovada em 2004 no primeiro Fórum Universal das Culturas em Barcelona (ver CGLU, 2006). Tal documento traz 67 artigos, entre Princípios, Compromissos e Recomendações, chamando-se a atenção para seu Princípio primeiro, que aponta a diversidade cultural como principal patrimônio da humanidade e um dos elementos essenciais de transformação da realidade urbana e social. Em todo o documento está realçada a simbiose cidade/cultura, como p.ex. em seu Princípio 7:

as cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto (procedências, visões, idades, gêneros, etnias e classes sociais) torna possível o desenvolvimento humano integral (CGLU, 2006, s/p.).

ou ainda no Princípio 10:

a afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social (...) A qualidade do desenvolvimento local requer o imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas - sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas. (CGLU, 2006, s/p.).

Construído a partir das propostas da Agenda 21 da cultura, outro documento¹⁰ importante foi elaborado por acadêmicos e técnicos ligados à Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP). O objetivo de tal estudo foi propor modelos para a mensuração das políticas culturais nas cidades e seus impactos, como instrumentos de avaliação para as gestões municipais. O estudo entende que a cultura é motor de progresso e de mudança social nas cidades e propõe a construção de indicadores em cinco marcos temáticos: cultura como fator de desenvolvimento – econômico, social e territorial; transversalidade da cultura; acesso à cultura; cultura e participação cidadã; e memória e inovação na construção da identidade local.

A proposta considera que a cultura cruza transversalmente todas as políticas sociais, econômicas e de planejamento do território, alcançando também diversas escalas, do local ao regional e ao nacional, por exemplo. Isso a converte em fator de desenvolvimento humano e de mudança social, para além dos âmbitos restritos às manifestações artísticas e à fruição estética. O documento aponta a emergência da cultura no contexto da

irrupção da sociedade do conhecimento, a expansão da informação, o fortalecimento das indústrias culturais –globais e com uma infraestrutura de produção e

¹⁰O documento é o “Sistema de Indicadores para la evaluación de las políticas culturales locales en el marco de la Agenda 21 de la cultura”, FEMP 2008.

de consumo inimagináveis no passado—, assim como a importância de uma política de reconhecimento e o surgimento de importantes movimentos socioculturais tem dado outro peso e outra significação à presença da cultura no desenvolvimento, associada aos temas “duros” da economia: PIB, emprego ou os índices de produtividade e competitividade e, também, aos temas “brandos”: criatividade, inovação, espírito de risco, flexibilidade...(FEMP, 2008, p.46, tradução minha)

Outro documento que merece ser aqui mencionado é a Carta Mundial pelo Direito à Cidade ¹¹, que incorpora o conceito elaborado por Henri Lefebvre em sua obra seminal “O Direito à Cidade” (2001, versão original 1968), escrito pouco antes dos acontecimentos de maio de 1968, numa Paris que via a cada dia se perder o lugar do cidadão na cidade, afastado e expulso para suas periferias. Em tal livro o autor propõe resgatar o sentido original do **habitar**,

entendido como uma totalidade que inclui participar de uma comunidade e sua vida social, sendo o direito à cidade visto como direito ao trabalho, à instrução, à saúde, à habitação, ao lazer, à vida. Para o autor a cidade, centro da civilização, é o espaço do excedente coletivo (leia-se riqueza), do poder (sociopolítico e jurídico) e da festa (encontro, lazer, socialização). De fato, as dimensões do encontro, da socialização e da troca estão fortemente presentes na concepção de Lefebvre, de onde deriva a proposição do autor de pensar o direito à cidade como condição e realização efetiva da sociedade urbana, como grande transformação, mais do que econômica, uma revolução **política** e uma revolução **cultural** permanentes. (LIBANIO, 2017, p.47)

Quase 40 anos depois da publicação desta obra, a Carta apontava que a maior parte da população urbana no mundo ainda estava

privada ou limitada – em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas. Contribuem para isso as políticas públicas que, ao desconhecer os aportes dos processos de produção popular para a construção das cidades e da cidadania, violentam a vida urbana. Graves consequências resultam desse processo, como os despejos massivos, a segregação e a conseqüente deterioração da convivência social (VÁRIOS, 2006, p.1).

Não é por acaso que o tema do direito à cidade – e do papel da cultura nas cidades – tem sido retomado em vários âmbitos, com destaque para as discussões propostas pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), onde este é um dos principais campos temáticos e alvo de estudos e publicações¹². Na esteira da retomada deste conceito para se pensar a realidade urbana no mundo contemporâneo realça também a elaboração do documento Cidade para Todos, pela Coalizão Internacional do Habitat (HIC)¹³. A ideia é

¹¹Documento elaborado coletivamente durante os seguintes encontros: Fórum Social das Américas (Quito, Equador, julho de 2004); Fórum Mundial Urbano (Barcelona, Espanha, setembro de 2004); V Fórum Social Mundial (Porto Alegre, Brasil, janeiro de 2005) e Fórum Social Mundial Policêntrico (descentralizado, 2006), considerando-se esta última data como a de sua versão consolidada.

¹²Para o PERÍODO 2016/2019, inclusive, tal campo teve quatro Grupos de Trabalho selecionados entre 500 propostas apresentadas e 110 selecionadas. São eles: Desigualdades urbanas; Espoliação imobiliária e crítica contra-hegemônica; Indígenas e espaço urbano; e Políticas públicas e territórios.

¹³Habitat International Coalition (HIC) “é uma rede global de movimentos sociais, organizações e pessoas que, em mais de cem países, de norte a sul, lutam pela aplicação do direito a um lugar onde se possa viver em paz e com dignidade” (ver site da organização em <http://www.hic-al.org/>).

apropriar-se do direito à cidade como proposta política de mudança e alternativa às condições de vida urbana criadas pelas políticas capitalistas, hoje neoliberais. Segundo Purcell, O direito à cidade de Lefebvre implica reinventar radicalmente as relações sociais do capitalismo e a estrutura espacial da cidade. (...)

Esta reformulação da vida urbana propõe maior igualdade, onde a maioria dos habitantes possa ser feliz e solidário, gerando e redistribuindo os benefícios da cidade para todas e todos. Somos conscientes dos desafios desta aspiração de justiça social; alguns chamam quimera ou ilusão. Nós chamamos de utopia indispensável para outro mundo possível (HIC, 2010, p. 5).

Ainda que tal documento não pretenda esgotar os componentes do conceito de direito à cidade, cita que este refere-se primeiramente ao “direito a um hábitat que facilite o tecido das relações sociais”, enfatizando, ademais, a importância da coesão social e da construção coletiva, no “direito a se sentir parte da cidade”, de viver – e conviver - dignamente nela. Além disso, realça seu caráter político apontando ainda “o direito ao governo da cidade; o direito à igualdade de direitos” (HIC, 2010, p.7).

Finalizando a temática dos documentos de referência em âmbito internacional, realça a revisão da Agenda 21 da Cultura, realizada durante a *Cumbre de Cultura* (março de 2015, Bilbao, Espanha), que gerou o relatório “Cultura 21: Ações” (CGLU, 2015). Além de facilitar o entendimento e operacionalização da Agenda 21 da Cultura para estados e municípios, o objetivo do documento foi aportar contribuições para a construção da Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós 2015, a Agenda 2030, da qual se falará a seguir. Além disso, ampliou o raio de abrangência das propostas da Agenda 21 da Cultura, entendendo a cultura como conteúdo que cruza transversalmente todas as outras políticas públicas nas cidades. Os Compromissos dos governos locais foram divididos em nove seções (cada qual detalhado e operacionalizado com princípios, objetivos, metas e indicadores), quais sejam: Direitos culturais; Patrimônio, diversidade e criatividade; Cultura e educação; Cultura e meio ambiente; Cultura e economia; Cultura, equidade e inclusão social; Cultura, planejamento urbano e espaço público; Cultura, informação e conhecimento; e Governança da Cultura.

A proliferação de documentos e propostas que discutem o direito à cidade e os vínculos existentes entre cultura e cidades leva a crer que este de fato é um tema que se incorporou às políticas públicas e à agenda da sociedade nas últimas décadas. Propor e executar ações transversais e integradas entre as diversas áreas de ação governamental pareceria, assim, ser um consenso e um caminho trilhado em várias partes do mundo.

Entretanto, na prática o que se vê, muitas vezes, é a dissociação em nossas cidades entre as políticas urbanas e as políticas culturais. O próprio estudo elaborado pela FEMP, antes mencionado, que pretendia medir os impactos a partir da realização de ações culturais nas cidades, em vários campos das políticas públicas – estudo pioneiro e que até hoje pode ser considerado exemplar e único neste campo –, parece não ter avançado como ferramenta prática para os gestores das municipalidades espanholas a que se destinava.

Nessa perspectiva, e entendendo que na realidade brasileira a lacuna é a mesma, ou maior, faz-se primordial perguntar: de fato, qual tem sido o lugar da cultura nas políticas que pensam as cidades? Ainda que não seja possível discutir aqui detalhadamente os diversos marcos internacionais que tratam do tema, é fundamental apontar desde já que a cultura parece ocupar apenas um lugar de pano de fundo em tais proposições, como um contexto, um componente subjacente e necessário para a viabilização e a sustentabilidade das ações em

longo prazo, não sendo, entretanto, assumida ou priorizada como política pública de amplo espectro e impacto nas cidades¹⁴.

Exemplos do que se vem de afirmar são a completa ausência de metas para a cultura na Declaração do Milênio (ONU, 2000), que propôs aos países signatários os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); tampouco em sua revisão, realizada em setembro de 2015 na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que gerou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consubstanciados na chamada Agenda 2030.

Entre os 17 ODS há desde propostas relacionadas ao meio ambiente propriamente dito (como é o caso dos objetivos 13, 14 e 15) até metas que estão ligadas à redução das desigualdades, da pobreza e da equidade (tais como os objetivos 1, 2, 4 e 5). De maior interesse para o tema do Seminário Cultura e Cidades é o Objetivo 11, que propõe “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes¹⁵ e sustentáveis”.

Várias das metas e propostas deste Objetivo buscam incorporar os elementos de qualidade de vida e do direito à cidade como componentes do desenvolvimento, para além da esfera econômica e da esfera ambiental. Entretanto, também se pode perceber que focam excessivamente nos aspectos infraestruturais da cidade e quase nada nas dimensões simbólicas, identitárias e de justiça social que seriam necessárias para de fato reduzir-se as vulnerabilidades e distâncias sociais expressas nos territórios. Em relação à cultura, aparece explicitamente apenas em sua dimensão de patrimônio, na meta que propõe “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, s/p.).

Entre os vários marcos históricos do processo de constituição da cultura como um tópico importante na política internacional citam-se como principais: a Convenção para Proteção do Patrimônio cultural Imaterial – ratificada por mais de 150 países (UNESCO, 2003); a Agenda 21 da Cultura (CGLU, 2004); a Convenção para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais – ratificada por mais de 130 países (UNESCO, 2005); Declaração de política sobre “Cultura: quarto pilar do desenvolvimento sustentável” – adotado (CGLU 2010); a declaração final do Congresso Internacional da UNESCO 2013 “Colocando a cultura no coração das políticas de Desenvolvimento Sustentável”; e o relatório “Cultura 21 ações: compromissos sobre o papel da cultura em cidades sustentáveis”, aprovado em Bilbao 2015 (CGLU) e já mencionado.

As discussões mais recentes¹⁶ não questionam mais se a cultura é ou não relevante para o desenvolvimento sustentável das cidades, mas sim qual seria a posição e o papel da cultura neste processo, firmando-se três visões diferentes sobre a questão: a primeira pensa a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável (“*culture in sustainable development*”), ligado aos demais (ambiental, econômico e social), mas ainda um âmbito autônomo e separado; a segunda vê a cultura como a interseção, a mediação entre os demais pilares (“*culture*

¹⁴Para a discussão sobre o papel da cultura no desenvolvimento sustentável e os marcos internacionais desta construção ver Dessein, Soini, Fairclough e Horlings (2015); Duxbury, Cullen e Pascual (2012); Duxbury, Hosagrahar e Pascual (2016).

¹⁵O conceito de resiliência foi adaptado das ciências naturais e das ciências ambientais e vem sendo aplicado nas ciências sociais. Além da resiliência, têm sido apropriados outros termos destas áreas, como os de resistência, adaptabilidade e transformabilidade. Todos eles trabalham com pressupostos sobre a capacidade dos seres vivos – humanos ou não, incluindo a natureza – de inventar soluções novas a partir de situações insustentáveis, de enfrentar os desafios e distúrbios, ou seja, de construir respostas variadas para problemas variados. Se, por um lado, este conceito tem sido empregado cada vez mais em variados âmbitos – até mesmo pelas empresas e indústrias interessadas em melhorar sua imagem com os discursos da responsabilidade social e ambiental -, por outro tem recebido críticas importantes, em especial como uma nova forma de domesticação, de submissão e de escamoteamento do objetivo central de luta nas grandes metrópoles do terceiro mundo e nas periferias, que seria justamente o de efetivar o direito à cidade.

¹⁶Para essa discussão ver Dessein, Soini, Fairclough e Horlings, 2015.

for sustainable development”), responsável por guiar as outras dimensões rumo ao desenvolvimento sustentável; e a terceira – que representa a discussão encampada por Dessein *et al* - entende que a cultura é o próprio fundante da possibilidade de haver um desenvolvimento realmente sustentável (“*culture as sustainable development*”). Nessa terceira visão, a cultura assume papel fundamental, posta na raiz de todas as decisões e ações humanas.

Vale destacar que estas visões diferem daquelas propostas assumidas pela economia da cultura e a perspectiva das cidades criativas, como antes mencionado, pois trazem uma visão mais ligada à sustentabilidade e à justiça social no território. Para Belando, Ulldemolins e Zarlenga

Um dos argumentos centrais da sustentabilidade é a mudança da base de legitimação da cultura. Se no modelo da cidade criativa o tom está colocado em sua legitimação econômica, no modelo da sustentabilidade a cultura se legitima por sua capacidade para veicular valores que facilitem transformações sociais rumo a um modo de vida sustentável como elemento central para o bem-estar social, econômico e ambiental. Dentro destas transformações a criatividade, como traço comum aos seres vivos (Kagan e Hahn, 2011), é fator primordial. Nesta visão a cultura se propõe como uma forma de agência (Sewell, 1992) e tem um caráter proeminentemente participativo, onde os criativos são catalisadores da mudança social e do empoderamento comunitário; “agentes de transpolinização intercultural entre diferentes redes e contextos urbanos” (Kagan y Hahn, 2011: 19). (BELANDO, ULLDEMOLINS e ZARLENGA, 2012, p.35, tradução minha).

Sobre os papéis da cultura nas cidades

Para além das proposições internacionais para colocação da cultura no centro das políticas para as cidades e mesmo da quase ausência de ações concretas e duradouras para a efetivação destas proposições, é importante pensar outras formas de se agir e transformar as relações no espaço urbano. O Seminário trouxe muitas discussões neste sentido, em especial, por um lado, pensando os possíveis papéis da cultura nas cidades e, por outro, discutindo a emergência de novas formas de luta e ativismo nas cidades que têm nas práticas culturais suas principais armas.

O que se tem visto é que a cultura feita nas cidades, de forma autônoma, pelos próprios cidadãos, tem cumprido muitos papéis¹⁷, plurais e cada vez mais potentes, apesar dos desafios enfrentados, aparecendo assim como um **recurso**, nos termos de Yúdice (2004). Entre estes diversos papéis possíveis três merecem ser aqui destacados, por terem surgido em várias falas ao longo do Seminário.

O primeiro diz respeito à constituição de ativos, de condições para que os cidadãos tenham acesso à cidade e às oportunidades que aí estão postas. Várias falas do Seminário apontaram, por exemplo, que São Paulo é uma cidade de oportunidades, de ofertas, de convergências que trazem novas formas de convivência e sociabilidades para seus habitantes. Entretanto, também foi colocado que muitas destas oportunidades não estão disponíveis para a totalidade de seus cidadãos, limitados por barreiras econômicas, simbólicas ou mesmo de mobilidade no território.

Considerando tal perspectiva, é importante afirmar que sem a efetivação do acesso às facilidades urbanas o direito à cidade não passará de uma bela intenção ou mais um quadro na parede das proposições teóricas. Assim, há que se perceber que há de fato um hiato entre o conceito e sua efetivação, condicionado pela segregação socioespacial e pelas fragilidades e

¹⁷Para a discussão dos papéis da cultura nas periferias metropolitanas ver Libânio, 2017.

vulnerabilidades sociais. De acordo com Marques (2010), é preciso avaliar, por um lado, a estrutura de oportunidades existente em determinado território; e, por outro, a posse de ativos por parte de indivíduos e grupos que lhes permitam ter acesso a tais oportunidades.

Para este autor a vulnerabilidade social

pode estar na inexistência de ativos, gerando o que Moser (1998) denomina vulnerabilidade de ativos (tanto tangíveis quanto intangíveis, como relações familiares e capital social), mas também no acesso restrito às estruturas de oportunidades existentes, o que dificulta o uso dos recursos da pobreza, no sentido de Gonzalez de La Rocha (2001). Em outras palavras, a vulnerabilidade pode ser causada por insuficiências nas estruturas de oportunidades e também por dificuldades dos indivíduos em acessá-las (MARQUES, 2010, p.29).

Portanto, garantir o direito à cidade passa, necessariamente, pela efetivação do acesso, dado pela estrutura de oportunidades mais presença de ativos, não se concretizando isoladamente, sem ambas as condições. E como gerar estes ativos? Este seria o primeiro papel da cultura nas cidades: o de dotar os indivíduos de recursos, informação, práticas e vivências que contribuem para o deslocamento de sua posição na sociedade e para a ampliação de sua inserção nesta sociedade. A partir dos conceitos propostos por Bourdieu (1997) é possível pensar que

Ao mesmo tempo em que a pobreza e as vulnerabilidades parecem atar os sujeitos a uma estrutura e a um raio de ação que não permitem a transformação de seu lugar no mundo, se faz presente a possibilidade de mudança através da existência de ativos e da acumulação de capitais, sejam esses econômicos, culturais ou sociais, por exemplo. (LIBANIO, 2017, p.55).

A importância dos elementos culturais na mudança social e no acesso à cidade é também afirmada por Jessé de Souza (2011), para quem é um equívoco pensar que as classes sociais se reproduzem apenas no capital econômico. Ao contrário, sobressai-se o capital cultural, indicando, nesta perspectiva, que o critério de renda na constituição da acessibilidade é importante, porém não exclusivo.

Por fim, é fundamental destacar que entende-se os direitos culturais como fundantes da cidadania, conforme expresso por Milton Santos para quem “a geografização da cidadania supõe que se levem em conta pelo menos dois tipos de franquias, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno” (SANTOS, M., 1987, p.121).

O segundo papel importante da cultura nas cidades, aqui destacado, diz respeito aos elementos da coesão social, da convivência, da troca no espaço urbano e da construção coletiva. Nesta perspectiva, o envolvimento nos movimentos ligados à arte e à cultura transforma as formas de sociabilidade e convivência nas cidades.

Os sujeitos postos em relação, muitas vezes de diferentes classes e posições sociais (num processo de fricção social, conforme citado no Seminário), formam novas redes, ampliam seus contatos e mesmo passam a ter acesso a outros espaços e oportunidades, transformando e ressignificando as relações.

Este outro papel crucial das práticas culturais nas metrópoles contemporâneas é efetivado a partir da potência advinda da relação entre diferentes, aquela propiciada pelos encontros

culturais, em especial em espaços públicos e em momentos de sociabilidades diferenciadas. Este processo pode,

por um lado, propiciar aos indivíduos o desenvolvimento de ferramentas que transitem entre a constituição de empatias – e de antipatias –, e o esforço da compreensão e da tradução cultural mútuas. Por outro, pode propiciar o estabelecimento de relações – de oposição (ou hesitação), imitação (ou repetição) e adaptação (ou invenção), as principais leis que regem o universo, nos termos de Gabriel Tarde (*apud* Vargas, 2000) - que contribuem para o estabelecimento de poderosas pontes. Assim, se, por um lado, *os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram* (Robert Park *apud* Frúgoli Júnior, 2007: 19), por outro a cultura cumpriria o papel de articulação das diferenças que se encontram. Os encontros dados nas práticas culturais (ou através delas) são marcados pelo diálogo entre sujeitos e grupos sociais que, na maioria das vezes, portam referenciais próprios e distintos. (LIBÂNIO, 2017, p. 251).

A sociabilidade no espaço urbano, como processo de interação entre diferentes, sujeitos ou grupos heterogêneos, permite a constituição de novos sentidos, além de novas oportunidades e possibilidades de transformação, podendo ser vista também como “espécies de espaços comunicacionais, onde, através da interação entre grupos, redes e indivíduos, se definem e redefinem simbolicamente certas diferenças socioculturais” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007, p.25).

Aqui vale resgatar Marques (2010), para quem as redes homofílicas – menos diversificadas e formadas por indivíduos com atributos sociais semelhantes ou circunscritas territorialmente – geram menos oportunidades e menores chances de mobilidade para os sujeitos que delas participam.

Por fim, o terceiro papel da cultura, aqui destacado, é o da cultura como ação, ou como fazer político, voltando-se a discussão para os componentes a participação e a conexão das práticas culturais com a dimensão política do direito à cidade, incluindo a efetiva inclusão dos indivíduos na tomada de decisões.

Conforme foi mencionado em diversas falas no Seminário, várias são as manifestações culturais nas cidades que têm sido postas lado a lado com a discussão das políticas urbanas e como instrumento de ação, participação e cidadania. Ainda que não seja possível discutir aqui os processos, vividos nas últimas décadas, de redução da participação em sindicatos, associações de moradores e outras organizações políticas, vale destacar que muitas vezes as ações culturais têm substituído as formas tradicionais de mobilização e organização local, com a ampliação do envolvimento, especialmente dos jovens, nas manifestações artísticas e movimentos culturais, “realizando uma ação micropolítica, na busca do reconhecimento, da inserção social e de conquista dos direitos da cidadania” (LIBÂNIO, 2015, p.12).

Destaca-se que o papel político da cultura pode não ser um objetivo explicitado por seus praticantes, sem que isso diminua seu potencial transformador e revolucionário. É possível ainda que o teor político latente nas manifestações artísticas (especialmente as das periferias e as de reivindicação, insurgência e resistência) esteja relacionado à sua potência comunicacional, ao exercício do poder de falar, substituindo o papel antes ocupado pela oratória na *polis* grega pelo *rap*, o *funk*, pelo grafite, pelo teatro popular ou pelas muitas formas de encontro, festa e socialização possíveis e presentes nas cidades. Assim,

Fazer política através da cultura é uma maneira de romper com o discurso vazio da (pseudo) participação (M.L Souza, 2010) – especialmente nas políticas públicas – usado, muitas vezes, para a validação de decisões e programas que já estão delineados pela tecnocracia, ou são de interesse dos grupos políticos e econômicos dominantes, sem considerar os impactos e prejuízos causados à população como um todo. (LIBANIO, 2017, p.266).

A cultura como ação nas cidades está diretamente relacionada ao que Holston (2013) chama de *cidadania insurgente*, num processo de constituição progressiva de uma *cidadania participativa*, especialmente a partir da década de 1980 e que teve seu ápice na elaboração da Constituição de 1988. De acordo com este autor, em várias de suas entrevistas na periferia de São Paulo os moradores usam a palavra ‘Constituinte’ para referir-se à Constituição, “isto é, referem-se ao texto da carta nacional pelo nome da agência que a produziu. Essa iteração da agência – a agência deles – define para mim o espírito da cidadania insurgente” (HOLSTON, 2013, p.327).

Movimentos urbanos e insurgências

A partir da discussão de três dos possíveis papéis, entre os muitos que a cultura assume nas cidades, é importante então apontar a emergência de novas formas de ação e mobilização no espaço urbano. É em contextos “onde o próprio jogo democrático formal perde sua legitimidade, desacreditado e esvaziado, que surgem novas formas de se organizar, mobilizar, reivindicar e reinventar a política” (LIBÂNIO, 2015, p.10).

Por um lado há, muitas vezes, “uma recusa formal de partes da população em participar do jogo político e suas regras, que se traduzem no absenteísmo às eleições”¹⁸ e no repúdio às instâncias de representação, e, por outro, o aumento “das práticas de mobilização coletiva via redes sociais e na tomada das ruas pelos movimentos sociais (organizados ou não)” (*ibid.*, p.5).

No Seminário Cultura e Cidades as falas dos palestrantes e mesmo as intervenções da plateia mostraram que, no caso brasileiro, há uma desconexão entre as demandas da sociedade e o interesse coletivo e as ações do poder público. Estas, muitas vezes, são direcionadas para o benefício e apropriação privada da mais valia nas cidades pelos setores empresariais, em que pesem os estatutos e planos elaborados com as melhores das intenções e cujos instrumentos acabam por ser usados e distorcidos de seus objetivos originais. Nesse sentido, a cidade-empresa, a cidade para o capital, como antes discutido, acaba ganhando força, em detrimento da cidade para os cidadãos.

Além disso, também há um descompasso entre a ação dos movimentos sociais e culturais – que buscam cada vez ser mais horizontais e nascidos do cotidiano de seus participantes – e as ações governamentais, técnicas e/ou políticas, elaboradas de cima para baixo e descoladas dos sujeitos que deveriam atender. A conciliação – e/ou o diálogo – entre tais formas de ação e de ver, de fazer e de viver a cidade parece, como se viu ao longo do Seminário, uma tarefa urgente a ser enfrentada.

Ao que tudo indica, nos últimos tempos este não tem sido um caminho efetivo, ou pelo menos duradouro, fazendo com que haja embates e ações de resistência dos movimentos para

frear ações arbitrárias de privatização e restrição dos usos dos espaços públicos, ocupar e lutar para garantir o uso dos espaços públicos para os movimentos, res-

¹⁸ No pleito presidencial de 2014 a média de abstenção foi de 20%, considerando os dois turnos, ou seja, cerca de 30 milhões de eleitores.

significando e reinventado. Enfim, nas nossas cidades tem sido preciso fazer resistência e, neste caminho, as práticas culturais têm sido ferramenta, processo e arma (LIBANIO, 2017, p. 299).

Talvez por este motivo tenham surgido nas duas mesas do Seminário tantas referências aos movimentos que lutam pelo direito à cidade através de práticas de ocupação de espaços – públicos e privados –, de uso da mídia independente como arma e das ações culturais como fator de mobilização para a mudança social.

No atual cenário – onde a disputa política na arena tradicional da democracia representativa sela de vez o domínio das classes privilegiadas e a negação dos direitos e do sentido de coletividade e nação – novos campos de disputa e novas práticas parecem surgir a cada dia como alternativas de lutas e de transformação das relações nos territórios urbanos.

Destaca-se então que os novos movimentos urbanos adotam práticas diferenciadas e muitas vezes repudiam as instâncias institucionalizadas de participação, vistas como simulacros e processos viciados, sem eficácia concreta. Assim, muitas vezes agem através da ocupação dos espaços, adotam como práticas principais a mobilização e ação em rede, com alianças em várias escalas; e a proposição de práticas autonomistas, com a afirmação do comum¹⁹ contra o privado e o público²⁰.

Boaventura Souza Santos (2002) aponta que, apesar de hegemônica, a globalização neoliberal não é única, ao contrário. O autor vê a emergência, tanto no hemisfério Norte quanto no hemisfério Sul, de uma globalização contra-hegemônica, questionadora, que confronta a exclusão social, a precarização do trabalho, a destruição do meio ambiente e da diversidade, o declínio das políticas públicas etc.

Soja também considera que a cultura se constitui como um novo elemento central nas “geografias do poder” e realça que “os movimentos e as práticas hibridizadas e glocalizadas estão desenvolvendo formas de recombinação dos fluxos abstratos e dos lugares concretos, abrindo novas e diferentes espacialidades reais e imaginárias de opinião e resistência em múltiplas escalas”, para além daqueles reconhecidos e mencionados por Castells em “O poder da identidade” (SOJA, 2008, p. 309).

Em âmbito nacional também se tem visto formas diferenciada de se fazer política, através do ativismo social e cultural, por vários movimentos que pensam e vivenciam a cultura como espaço político por excelência, ferramenta de mobilização e de transformação social. Tais movimentos buscam primordialmente a ação fora do estado, mas também têm se valido das instâncias institucionais para a colocação de suas pautas, destacando-se aí os fóruns, conferências e conselhos de políticas públicas e, mais recentemente, o próprio poder legislativo²¹.

¹⁹Sobre o comum urbano, ver Tonucci Filho, 2017.

²⁰Exemplos recentes em âmbito mundial de ação direta e mobilização em rede são os movimentos que tiveram destaque a partir do ano de 2010, atingindo a África, a Europa, a América Latina e mesmo os Estados Unidos. Tais movimentos apontaram para emergência de novas demandas, de novos atores e de novas formas de se fazer política ao redor do globo, como é o caso dos já mencionados Primavera Árabe (dezembro/2010), o movimento dos Indignados (M15) na Espanha (maio/2011) e o Occupy Wall Street em Nova Iorque (setembro/2011). Em âmbito nacional, as chamadas “Jornadas de Junho” (2013) trouxeram para o centro da mídia e da discussão a problemática urbana, imbricada com a da participação social na tomada de decisões. Ainda que com reivindicações de diversas ordens e teores, o que as ruas deixaram como recado foi que a população não estava satisfeita com as formas de condução das políticas públicas e seus resultados até então e, mais importante ainda, que não pretendia se ater às instâncias formais e convencionais da democracia representativa para se fazer ouvir e fazer valer seus direitos.

²¹Um exemplo foi o caso de Belo Horizonte nas eleições municipais de 2016, onde – a partir do movimento denominado Muitas: pela Cidade que queremos – foram eleitas as vereadoras Áurea Carolina (a mais votada da cidade) e Cida Falabella, ambas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Áurea sempre foi ligada ao movimento das juventudes e também da cultura em BH, sendo este último o campo de atuação de Cida, que também é atriz e diretora de teatro.

Os estudos sobre a cultura nas periferias metropolitanas mostram que

tem havido, por parte dos movimentos sociais, especialmente aqueles relacionados à juventude, uma busca de novas formas e novos caminhos de mobilização, organização e luta. Rumo à ampliação da participação, à autonomização dos movimentos coletivos frente ao Estado e ao aumento da capacidade de influir nas decisões de interesse público, tais movimentos lutam contra o jogo da pseudoparticipação e pela crescente apropriação da cidade pelo capital econômico, aliado ao poder político, que pensa a cidade como espetáculo e como território do mercado. A cultura é uma de suas ferramentas e é através das práticas culturais, em grande medida, que as periferias têm se reinventado e reposicionado no contexto da cidade. (LIBÂNIO, 2017, p. 274).

Apesar dos avanços e retrocessos, urge manter a esperança na transformação através das várias formas de luta e resistência às renovadas investidas da desigualdade e da segregação. Lembrando que estas resistências são muitas vezes invisíveis e de pequeno porte, brechas numa estrutura que parece imutável, mas que tem visto exemplos concretos de possibilidades e fagulhas de esperança. As práticas culturais apontam para essa esperança, constituem-se horizontes possíveis para os moradores das cidades e de suas periferias e têm mostrado que podem contribuir para a transformação – e talvez para a reinvenção – da própria cidade.

3. Considerações finais: caminhos e novos rumos?

Antes de finalizar estas breves reflexões sobre o tema em pauta, não é possível deixar de fazer uma observação primordial a respeito do cenário vivido no Brasil atual. Desde 2015, data da realização do Seminário Cultura e Cidades, até 2018, quando o material foi sistematizado para publicação, a realidade brasileira é completamente distinta.

Neste meio tempo houve o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o desmonte de uma série de políticas públicas em âmbito federal, várias tentativas do novo governo para retirada de direitos constitucionais da população, a mudança de prioridades e de concepções dentro do próprio Ministério da Cultura e, tanto em âmbito nacional quanto na capital paulista – cujas políticas foram muitas vezes mencionadas ao longo do seminário, inclusive com a presença do então prefeito Fernando Haddad e do Secretário Municipal de Cultura Nabil Bonduki – houve a alternância de poder, com a perda de protagonismo do projeto político-democrático trazido pela esquerda para dentro das instâncias governamentais.

Destaca-se que mesmo antes deste abalo democrático, vivido a partir de meados de 2016, a cidadania no Brasil já era frágil, ainda que caminhando em um processo histórico de constituição da noção de direitos. Esta fragilidade, por exemplo, está não apenas na consciência de direitos e dos processos políticos da democracia representativa, mas nos próprios espaços de participação institucionalizada – como é o caso dos Conselhos de políticas públicas, por exemplo, esvaziados e com uma série de problemas estruturais e de representatividade – onde se registram, entre outros processos, práticas meramente consultivas ou assembleístas, sem real poder de decisão da população²².

A partir desta perspectiva, pode parecer que os debates e conteúdos trazidos pelos palestrantes das duas mesas do Seminário estejam fora de cena, deslocados neste novo Brasil marcado pela perda de direitos e pela falta de diálogo, pela fragilidade dos processos democráticos e pelo afastamento das possibilidades de se construir caminhos para a efetivação do direito à cidade com o amparo ou apoio das políticas públicas, ou mesmo a partir delas.

²²Para esta discussão, ver M.L Souza, 2010; Libânio, 2015.

Entretanto, é fundamental também resgatar, como foi percebido nas próprias falas dos palestrantes, que a chegada do poder público ao cenário da efetivação de direitos nas cidades também é fato recente, e que há muito o conceito de direito à cidade é uma ideia-luta, como já nos apontava David Harvey. De acordo com este autor, este conceito não partiu de uma construção intelectual, ao contrário, “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p.15).

Assim, mais do que jogar a criança fora junto com a água do banho, talvez seja este o momento de se fortalecer e retomar as lutas pela cidade, reposicionando-as em seus locais de origem: a comunidade, a rua e a cidade. Resgatar o debate do direito à cidade quase 50 anos depois de sua formulação inicial e fora de seu contexto original não parece assim utópico ou inadequado, já que com o avanço do tecido urbano pelo globo – juntamente com o capitalismo pós-industrial e com o aumento da segregação socioespacial – o direito à cidade parece uma conquista cada vez mais distante e, justamente por isso, faz-se cada vez mais necessário.

Jordi Borja e Fernando Carrión, membros da linha de trabalho do CLACSO que tratam de tal temática, reforçam o caráter de luta do conceito de direito à cidade, que “implica na luta pela participação e pela transformação radical da cidade através da ação dos indivíduos, seja nos moldes da democracia deliberativa e participativa, seja através da ação direta” (LIBÂNIO, 2017, p.274). De acordo com os dois autores,

O direito à cidade, tal como foi exposto por seus principais teóricos e pelos líderes sociais, não dissimula sua vocação de promover uma transformação radical da cidade e da organização do território. Questiona o direito de propriedade, não aceita a gestão privada dos bens comuns e dos serviços de interesse comum e se opõe ao produtivismo às custas do meio ambiente, dos recursos básicos e da qualidade de vida. Propõe uma democracia deliberativa e limitativa das instituições de representação em favor de formas de governo e gestão cívicas, prioriza os objetivos de igualdade e liberdade, de reconhecimento por igual de todos os habitantes de um território, etc. A vocação de mudança, de alternativa e de vontade de modificar os marcos jurídicos, políticos e econômicos em favor dos valores e objetivos de liberdade e igualdade é própria da democracia (BORJA e CARRIÓN, 2016, p.15, tradução minha).

É considerando tanto o cenário atual, com seus desafios, quanto as experiências de enfrentamento e luta pela cidade, algumas das quais citadas ao longo do Seminário, que entende-se ser primordial organizar as estratégias, traçar caminhos e ferramentas que contribuam para fortalecer as perspectivas e ações de democratização das cidades e da política.

Para tanto, parece que as práticas culturais são um aliado poderoso na construção de um caminho viável de retomada da participação autêntica dos cidadãos nas políticas públicas, para a garantia de direitos, a efetivação e ampliação do direito à cidade e a garantia de cidades justas e democráticas. A cultura, portanto, aqui entendida tanto em seu escopo amplo – de norte, caldo de significação, visão de mundo, valores e construção de sentidos comuns –, quanto em um sentido mais estrito – ligado às diversas práticas e manifestações artísticas de um povo –, mostra sua potência como arma e processo de resistência e convivência, e convida a cada um de nós para viver a cidade e se envolver em novas ou renovadas formas de se fazer a mudança social e enfrentar a segregação socioespacial em nossa sociedade.

Nesse sentido, avançar nas proposições do Seminário significa ter sempre o olhar para as cidades como um todo, como apontado por alguns dos palestrantes e participantes da plateia,

não só para suas zonas centrais, onde estão grande parte dos espaços culturais e das manifestações de ocupação de espaços públicos, mas também, e principalmente, para suas periferias.

É nelas que estão as maiores violações de direitos, a mais constante ausência do Estado, os retrocessos mais graves, as maiores manifestações de intolerância e violências – ainda mais numa sociedade que criminaliza e mata os jovens negros e legitima o uso da força contra seus moradores. Ao mesmo tempo, é também nas periferias das grandes cidades que se encontram as mais potentes iniciativas de resistência e reinvenção da cidade (ver IJMA, 2017), tanto no âmbito de suas expressões culturais quanto no que é relativo às soluções demandadas pela vida cotidiana – inclusive nas formas de construção e ocupação do espaço vivido –, que nos levam a pensar de fato sobre o poder transformador da cultura e qual será sua capacidade de enfrentar os desafios que estão postos às nossas cidades.

Nas periferias “onde os moradores estão ‘cansados de esperar que algo aconteça’”, vê-se também que a cultura é vivida e feita

“na raça”, “na tora”, sem apoio governamental e financiamento / patrocínio privado, através de ação colaborativa, de trocas, de doações, do “junta-junta”, enfim, configura-se basicamente como uma ação autogestionária e potente, que em sua própria realização ensina a construção coletiva, a resistência e a luta por direitos (LIBANIO, 2017, p. 271).

Para terminar, resgata-se então Furtado (1978) um dos primeiros a pensar as correlações entre cultura e desenvolvimento, entendidas como alternativas para superação da dependência e do subdesenvolvimento e, o mais importante, a partir de elementos endógenos, isto é, presentes no seio do próprio povo, do próprio país, da própria comunidade e de sua própria cultura.

Aqui, surge a criatividade como alternativa de mudança social, ponto de vista este que está muito além da perspectiva de seu papel para a criação artística ou para a produção cultural voltada para o mercado dos bens simbólicos. Ao contrário – e isso pode ser visto com clareza nas periferias – a criatividade aparece como um componente indispensável no cotidiano, em todos os âmbitos da vida, entendida como a capacidade de alterar a situação e enfrentar os desafios com novas soluções. Nas palavras do autor:

A ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. Assumindo a **criatividade**, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de **poder** (FURTADO, 1978, p. 17, grifos meus).

Dialogando com este ponto de vista, o Seminário Cultura e Cidades trouxe para a discussão a importância da cultura para a transformação das cidades, gerando ativos, ferramentas e processos sociais que ajudam a pensar e a conceber as possibilidades de avanço rumo ao direito à cidade. Independente dos desafios que se interpõem, há sempre que ter em vista o horizonte de construção de uma cidade mais justa, utopia possível de uma vida plena em sociedade.

O próprio Lefebvre já apontava a arte como uma promessa, ou melhor, uma possibilida-

de de resgate da cidade como Obra. Para o autor,

Necessária como a ciência, não suficiente, a arte traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e de espaços apropriados; não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra. A música mostra a apropriação do tempo, a pintura e a escultura, a apropriação do espaço. (...) cabe à força social capaz de realizar a sociedade urbana tornar efetiva e eficaz a unidade (a “síntese”) da arte, da técnica, do conhecimento (LEFEVBRE, 2001, p.116).

Para além de momentos de culminância, evento, marcos de mobilização e explosão social e cultural nas cidades, vale também lembrar que nesta pós-metrópole fractal (Soja, 2008) – onde predominam a diferença, a diversidade, a multiplicidade e a heterogeneidade dos sujeitos e grupos sociais (bem como a segregação, a hierarquização e a desigualdade) – um âmbito privilegiado para a mudança social e a transformação das formas de viver e fazer a cidade é o campo da vida cotidiana.

É no cotidiano que os sujeitos conseguem ter autonomia para se apropriar do espaço e criar suas próprias respostas para os desafios colocados, a partir de suas múltiplas realidades, referências culturais plurais e infinitos pontos de vista. E é justamente “nesta multiplicidade de formas de viver, conviver, produzir e (re)inventar a vida cotidiana que reside a potência das periferias metropolitanas e sua capacidade de gerar processos de fortalecimento e ampliação do direito à cidade para tais populações” (LIBANIO, 2017, p.274).

Soja também considera que a nova política cultural tem papel importante na geração de mudanças nas cidades, através do surgimento de um poder de base especificamente territorial ou local, “no lugar e nos espaços onde vivem as pessoas, o poder que está sempre profundamente arraigado naquilo que Lefebvre, em seu esforço por estender o alcance da imaginação geográfica, denominou espaços vividos” (SOJA, 2008, p.310).

Vale lembrar ainda que a redução das distâncias sociais é condição para se efetivar a cidadania, garantindo o direito à cidade para todos seus moradores, conforme pode ser realçado nos principais fundamentos da Carta Mundial pelo direito à cidade, a saber:

a) o exercício pleno da cidadania, entendido como a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, assegurando a dignidade e o bem estar coletivo dos habitantes da cidade em condições de igualdade e justiça; b) a gestão democrática da cidade, entendida como o controle e a participação da sociedade, através de formas diretas e representativas, no planejamento e governo, priorizando o fortalecimento e autonomia das administrações públicas locais e das organizações populares; e c) a função social da propriedade e da cidade, entendida como a prevalência, na formulação e implementação das políticas urbanas, do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, implicando o uso socialmente justo e ambientalmente sustentável do espaço urbano (VÁRIOS, 2006:1).

A partir de tais reflexões, resta pensar como avançar na concretização de ações que, efetivamente, contribuam para a mudança do lugar que os indivíduos ocupam na cidade, considerando a contribuição da cultura e de suas práticas. Ao longo do Seminário alguns caminhos foram sugeridos, tais como o estreitamento do diálogo entre o pensamento acadêmico e o

saber popular, construindo conexões entre diferentes saberes e fortalecendo a cidadania; a reformulação das políticas públicas de cultura em sua interface com o desenvolvimento humano e com as políticas urbanas; o apoio e fortalecimento dos movimentos culturais e de luta pela cidade; a ocupação e presença constante da sociedade civil no espaço público, para a construção coletiva de agendas de interesse comum; a pressão sobre os vários âmbitos governamentais pela manutenção e ampliação dos direitos conquistados; o fortalecimento e resgate do estado democrático de direito no Brasil e, por fim, a ampliação do diálogo entre os diversos atores sociais nas cidades.

Assim, de fato é preciso juntar forças, ampliar os debates, aproximar as “cabeças pensantes” da academia para que, quem sabe, se possa “realmente conseguir mudar a cidade e o Brasil” (URT, informação verbal, novembro de 2015). Talvez fosse este o momento de chamar a sociedade, a universidade e os movimentos de luta pela cidade para um terceiro ciclo de discussões, pensando os desafios do diálogo entre cultura e cidades, agora em um ambiente de risco democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: O direito à cultura**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.
- Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). **Agenda 21 da Cultura**. Barcelona, 2006. Disponível em: <http://www.agenda21culture.net/es/documentos/agenda-21-de-la-cultura>. Acesso em 21 de julho de 2017.
- Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). **Cultura 21: Ações**. Barcelona, 2015. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_2015web_pt.pdf. Acesso em 25 de abril de 2018.
- COELHO, Teixeira (org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras: Itaú cultural, 2008.
- Habitat International Coalition (HIC). **Cidades para tod@s: Propostas e experiências pelo direito à cidade**. Santiago de Chile, 2010. Disponível em <http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?id=12275&entidad=Textos&html=1>. Acesso em 18 de outubro de 2017.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEVBRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- Nações Unidas. Assembleia Geral. **Transformar nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Setembro de 2015.
- Vários. **Carta Mundial pelo direito à cidade**. 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Acesso em 1º de fevereiro de 2015.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BARBOSA, Jorge Luiz. Território e cultura na metrópole. In SILVA, Jailson de Souza. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.
- BELANDO, Ma. Victoria Sánchez; ULLDEMOLINS, Joaquim Rius & ZARLENGA, Matías I. ¿Ciudad creativa y ciudad sostenible?: Un análisis crítico del “modelo Barcelona” de políticas culturales. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2012. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5101>. Acesso em 10 de setembro de 2017.
- BORJA, Jordi & CARRIÓN, Fernando. **Ciudades resistentes, ciudades posibles. Una introducción**. Disponível em: <http://www.jordiborja.cat/ciudades-resistentes-ciudades-possibles-una-introduccion/> 6/7, 2016. Acesso em setembro de 2017.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. In **São Paulo em perspectiva**, vol. 15, nº 2. São Paulo, abril/junho de 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>. Acesso em 15 de março de 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. pp.159-166. São Paulo: Editora Vozes, 1997.
- CARVALHO, Cláudia Pato. **The Creative Citizen: Citizenship Building in Urban Areas**. UNESCO Observatory, Faculty of Architecture, Building and Planning, The University of Melbourne refereed e-journal, vol. 2, Issue 2, December, 2011. Disponível em: http://education.unimelb.edu.au/__data/assets/pdf_file/0020/1106228/011_Carvalho.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2017.

- CASTELLS, M. & BORJA, J. As cidades como atores políticos. In **Novos Estudos**, nº 45, pp. 152-166. São Paulo, 1996. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/85/1/IU006%20-%20Castells%20e%20Borja%20-%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação: Economia, sociedade e cultura**, vol. 1, 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DESSEIN, J.; SOINI, K.; FAIRCLOUGH, G. & HORLINGS, L. G. (Eds.). **Culture in, for and as Sustainable Development: Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability**. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2015. Disponível em: <http://www.culturalsustainability.eu/conclusions.pdf>. Acesso em agosto de 2016.
- DUXBURY, Nancy; CULLEN, Catherine & PASCUAL, Jordi. Cities, culture and sustainable development. In H.K. Anheier, Y.R. Isar & M. Hoelscher (eds.), **Cultural Policy and Governance in a New Metropolitan Age**. The Cultures and Globalization Series, vol. 5, pp. 73-86. London: Sage, 2012.
- DUXBURY, Nancy; HOSAGRAHAR, Jyoti & PASCUAL, Jordi. Why must culture be at the heart of sustainable urban development? In CGLU, **Agenda 21 for Culture**. January, 2016. Disponível em: http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/en/culture_sd_cities_web.pdf. Acesso em agosto de 2016.
- Federación Española de Municipios y Provincias (FEMP). **Guía para la evaluación de las políticas culturales locales**. Barcelona: Gráficas Varona, 2008.
- FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade. In **Plural de cidade: Novos léxicos urbanos**. Coimbra, 2009.
- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Coleção passo a passo, nº 80. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade, vol. 22, nº 2, pp. 15-46, jul/dez. Porto Alegre, 1997.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Common Wealth**. London: Harvard University Press, 2011.
- _____. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: A transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**, 2ª ed., pp. 163-190. São Paulo: Annablume Editora, 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2013.
- HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Instituto Maria e João Aleixo (IMJA). **Carta da Maré: Manifesto das periferias**. [manuscrito]. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://imja.org.br/assets/CARTA-SEMINARIO-FINAL_A4.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2017.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**, 2ª ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.
- JASPER, James M. **Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar,

- 2016.
- LEFEVBRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LIBANIO, Clarice A. Democracia, participação e direito à cidade: Um olhar sobre o jogo, suas regras e as possibilidades de emancipação, 16. In **Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) - Espaço, planejamento e insurgências: Alternativas contemporâneas para o desenvolvimento urbano e regional**. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.
- _____. **Favelas e periferias metropolitanas: Exclusão, resistência, cultura e potência**, vol. 1, 1ª ed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016.
- _____. **Política cultural e acesso à cidade**. Anais do Seminário Internacional Políticas Culturais, 5, pp. 7-9. Organizadores: Lia Calabre, Mauricio Siqueira, Adélia Zimbrão. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.
- _____. **Reinventando o urbano: Práticas culturais nas periferias e direito à cidade** [manuscrito], 2017. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte- Mór.
- MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- _____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. Centro de Estudos da MetrÓpole. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, Boaventura Souza. **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SOJA, Edward. **Postmetropolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.
- SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum urbano: A cidade além do público e do privado**. [manuscrito], 2017. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Orientadora: Heloísa Soares de Moura Costa.
- VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: O que pode o poder local? In **Planejamento e território: Ensaio sobre a desigualdade**. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR/UFRJ 2001-2/2002-1, pp. 13-32. DP&A Editora. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0By1DYFPclamKTWtaR0ZKdmNTQ0E/edit?pli=1>. Acesso em 25 de agosto de 2013.
- _____. Cuando la ciudad sale a la calle: Megaeventos, meganegocios, megaprotestas en Brasil, 2013. In CARRIÓN, Fernando. & RODRIGUEZ, María José. (org.). **Luchas Urbanas Alrededor del Fútbol**, 1ª ed., vol. 1, pp. 153-169. Quito: 5ª Avenida Editores, 2014.
- _____. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento

estratégico urbano. In ARANTES, O.; VAINER, C. & MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**, pp.75-104. Petrópolis: Vozes, 2000.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

- A Cultura pode revitalizar comunidades? Observatório Itaú cultural, Brechas Urbanas. Produção audiovisual: Ricardo Tayra. Captação de imagens: VOCs. 1h56'39", color, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Kd9HpHytik>. Acesso em 19 abril de 2018.
- Citizen Jane: Battle for the city. Produzido e dirigido por Matt Tyrnauer. USA, 1h32', color, 2017.
- Conferência "Direito à cidade e resistências urbanas", de David Harvey. Realização: Coletivo Nigéria Audiovisual. UFC, 31', color, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TJ-fcdFnSAE>. Acesso em 19 de abril de 2018.
- Cultura, cidades e redes. Observatório Itaú Cultural. Episódio 2, 13'19", color, 2016. Produtora: Avoa Filmes. Roteiro: Keka Reis. Pesquisa: Flávia Fontes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-BK-RDHRQUA>. Acesso em 19 de abril de 2018.
- Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento. Ministério da Cultura e Unesco. Mesa 8 - Cultura e Cidades - Edésio Fernandes. 32'24", color, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-iykXnixWMw>. Acesso em 19 de abril de 2018.
- Sociedade do Espetáculo. Direção: Guy Debord. 1h28', p&b, 1973. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0AJ66Rb-1o>. Acesso em 20 de abril de 2018.

Sobre Brasília

A cidade é uma só. Diretor: Adirley Queirós. 1h19', color, 2011.

Sobre Lisboa

Terramotourism. Documentário do colectivo espanhol Left Hand Rotation. 42'39", color. Disponível em: <https://vimeo.com/191797954>. Acesso em 20 de abril de 2018.

Sobre Recife

- Um lugar ao sol. Direção: Gabriel Mascaro. 1h05'12", color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOH5SWK6Mcc>. Acesso em 19 de abril de 2018.
- Recife, cidade roubada. Realização: Ernesto de Carvalho, Leon Sampaio, Luis Henrique Leal, Marcelo Pedroso e Pedro Severien. 13'38", color, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>. Acesso em 19 de abril de 2018.
- Novo Apocalipse Recife. [vídeo clipe]. Movimento Ocupe Estelita. 6'35", color, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>. Acesso em 19 de abril de 2018.

Sobre São Paulo

- Cidade Cinza. Direção: Marcelo Mesquita e Guilherme Valiengo. 1h25', color, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svFLNSQevag>. Acesso em 19 de abril de 2018.
- Era o Hotel Cambridge. Direção: Eliane Caffé. 1h39', color, 2017.
- Leva. Direção: Juliana Vicente e Luiza Marques. 54', color, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xn2um8xhc4o&feature=youtu.be>. Acesso em 20 de abril de 2018.

Descolonização Cultural e a construção de autonomia

RELATORIA

Giordanna Santos¹

EMENTA: Encontro realizado na cidade de Porto Alegre, RS, no dia 14 de novembro de 2015, sobre o tema “Descolonização Cultural e construção de autonomia”, no âmbito do *Programa Cultura e Pensamento*.

O Seminário “Descolonização Cultural e construção de autonomia”, integrante do *Programa Cultura e Pensamento*, realizado pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (MinC), foi dividido em duas mesas de debate com os seguintes temas: “Colonização cultural como dispositivo de poder e as estratégias de emancipação” e “Resistência cultural e a estética da descolonização”. O evento integrou três programações culturais: 61ª Feira do Livro de Porto Alegre, 10ª Bienal do Mercosul (Artes Visuais) e 6º Festival El Mapa de Todos.

O primeiro tema, relativo à primeira mesa, contou com as considerações do historiador e representante do Coletivo Fanon, Orson Soares, e da arquiteta e integrante do Grupo Cais Mauá de Todos, Helena Cavalheiro. Também faria parte desse debate o doutor em Direito, juiz Federal e professor do Mestrado em Direitos Humanos da UniRitter, Roger Raupp Rios, porém, não conseguiu participar devido a problemas com o seu traslado de Canoas, Rio Grande do Sul, até o evento, em Porto Alegre. O mediador originalmente seria o Secretário de Políticas Culturais Guilherme Varella, porém, por conta de problemas pessoais, não pôde participar, sendo substituído pelo Diretor de Políticas Culturais, Pedro Vasconcellos.

Iniciando a primeira mesa, o mediador Pedro Vasconcellos fez uma breve exposição sobre o *Programa Cultura e Pensamento*, apresentando as linhas gerais de sua primeira edição e as mudanças ocorridas para a realização da segunda fase do Programa, ocorrida em 2015.

O *Programa Cultura e Pensamento* teve a sua primeira edição de final de 2005 até 2012. De acordo com a fala inicial do Diretor de Políticas Culturais do MinC, Pedro Vasconcellos, “o programa estimulava a reflexão crítica na área da cultura, o pensamento, a relação da produção de conhecimento com o campo cultural, principalmente, com a Academia, com a contribuição das universidades e dos saberes acadêmicos”.

Nessa primeira edição, foi publicada uma série de editais que apoiavam iniciativas como: publicações, eventos, debates, espaços de debate entre outros projetos que estimulavam a produção de conhecimento, pensamento crítico, políticas culturais e a gestão. Ambas as fases, 2006 a 2012 e 2015, buscavam o estímulo à reflexão crítica, ao pensamento, à produção de conhecimento e de conteúdo na área cultural, bem como a relação do campo cultural com outras grandes áreas de conhecimento.

¹Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA) e Mestra em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). Professora no Programa de Pós-Graduação de Estudos de Cultura Contemporânea (PPG-ECCO/UFMT) e Pesquisadora Associada na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

No entanto, na segunda fase do Programa, em 2015, Pedro Vasconcellos ressaltou as alterações no desenho e na prática do *Cultura e Pensamento*. Um dos destaques, segundo o Diretor de Políticas Culturais do MinC, é a contribuição mais ampla de intelectuais, de mestres, de pensadores. Nessa etapa, também foi privilegiada a transversalidade na cultura, por meio da reflexão da cultura com outras áreas do conhecimento e das políticas públicas, tais como: direitos humanos, cidades, política, modelos de desenvolvimento.

Outro grande diferencial, enfatizou o mediador do debate, foi o estímulo à conexão de saberes. Ou seja, é ideia de estabelecer uma conexão de diferentes saberes, do encontro entre diferentes saberes, tornando, assim, o segundo ciclo do *Cultura e Pensamento* mais democrático e aberto. Para tal feito, Vasconcellos explicou que se estimulou: “a participação e sempre convidando olhares que não são só olhares acadêmicos. Então, contribuição de mestres da cultura popular e tradicional, de movimentos sociais, de pesquisadores autodidatas, de grupos e coletivos de jovens inovadores que também têm provocado discussões importantes na sociedade atual”.

Além do aspecto teórico, pretendia-se também obter contribuições para a construção de programas, de projetos, de políticas culturais numa perspectiva aplicada, mais prática, relatou Pedro Vasconcellos na abertura do evento. Nesse sentido, Vasconcellos salientou também que, em momentos futuros, o Ministério apoiaria iniciativas que partissem da sociedade de reflexão, de elaboração de políticas, de discussão de políticas culturais, de processos de formação. Ademais, o Programa também, em sua terceira etapa, apoiou publicações, que também foi uma ação ocorrida no primeiro ciclo do programa.

Essas alterações metodológicas do Programa estavam em consonância com o de tema da decolonialidade ou, como se propõe no evento de Porto Alegre, com a ideia de descolonização cultural. Seguindo essa linha de pensamento, Pedro Vasconcellos também explicou sobre o tema e o porquê de escolhê-lo para um dos seminários do *Cultura e Pensamento*.

A partir da fala inicial do mediador, infere-se que pensar e fomentar outras culturas para além das formas coloniais é um desafio lançado a todos atores do campo cultural. Para Pedro Vasconcellos, também deve se pensar em:

“como a gente lida com as novas formas de colonização, como [...] pensa em estratégias para enfrentar essas novas formas de colonização e como [...] constrói descolonização cultural afirmando [...] as nossas identidades, [...] a nossa produção cultural, a nossa produção científica e toda essa contribuição tão rica do pensamento brasileiro, que não pode se deixar colonizar”. (VASCONCELLOS, 2015)

Além da relevância da pauta e de se ter olhares outros na gestão pública cultural, o contexto social mundial em 2015 também impactou na escolha da temática do Seminário realizado em Porto Alegre. Por exemplo, à época, ocorreram os atentados terroristas em Paris.

“Nós temos uma preocupação grande com isso. E eu nem preciso falar. A gente está vivendo um momento perigosíssimo com relação a essas outras formas de colonização”, frisou Pedro Vasconcellos.

Iniciando o debate dessa mesa, o primeiro a fazer suas explanações sobre o tema “Colonização cultural como dispositivo de poder e as estratégias de emancipação” foi o historiador e integrante do Coletivo Fanon, Orson Soares.

A partir de uma perspectiva teórica e prática, sobretudo teórica e de um viés histórico, Orson Soares falou sobre pensamento colonial nas relações sociais, na escola e, de certa maneira, nas políticas públicas. Para sua explanação, mesclou suas experiências pessoais – situações vivenciadas de preconceito racial, acadêmicas – pesquisa desenvolvida sobre Panteras Negras e como tal investigação o influenciou a pensar relação colonialidade/decolonialidade ou, nas palavras dele, “descolonização cultural”, e de ativista, ao formar o Coletivo Fanon.

Além disso, utilizou de referências teóricas de várias áreas do conhecimento, como: História, Geografia, Ciências Sociais, com destaque para os estudos pós-coloniais, por meio do pensamento de Franz Fanon; o pensamento marxista, a partir de conceitos como Capital e de citações à Lênin; e globalização e espaço global, a partir de Milton Santos. Com base nesses três autores, Soares fez três “movimentos”, ou seja, apresentou três citações-base para construir três narrativas-justificativas, que se complementam e informam sua visão sobre “descolonização cultural”.

Mas, afinal, o que se tem em comum nesses “movimentos”? Além de se convergirem, os extratos de pensamento de Fanon, Lênin e Milton Santos destacam a importância do “novo”, de se ter olhares outros, pensamentos outros, políticas outras e de construir um “homem novo”, a partir da síntese cultural que os colonizados têm como característica central a partir do processo de colonização nas Américas. O “movimento”, para usar uma analogia proposta pelo historiador no debate, não é de ódio à colônia e/ou à Europa, mas sim de uma construção de um homem novo, a partir dos saberes dos povos ameríndios e dos afrodescendentes.

Em resumo, destaca-se que, segundo Orson Soares:

“não é uma negação da existência da Europa. É simplesmente ampliar o nosso foco. É abandonar [...] o fragmento Europa [...]. A necessidade de se desprender da Europa para que possamos nos encontrar naquilo que realmente nos constituiu. [...]. Caminhemos em direção à África, caminhemos diante... dentro das nossas matas, para que possamos aprender com os indígenas, que o espaço a gente não domina. O espaço a gente dialoga. Um espaço a gente interage. Um espaço a gente não destrói. A gente preserva. [...]. Ir em direção à África, ir em direção à América é um caminho em direção a nossa humanização”. (SORAES, 2015)

Se Orson Soares, apesar de trazer relatos pessoais e uma narrativa também pragmática, trouxe uma perspectiva essencialmente teórica da “descolonização cultural”, a arquiteta

Helena Cavalheiro apresentou, de fato, uma prática decolonial ao trazer o caso do Grupo Cais Mauá de Todos.

Considerando o Cais Mauá de Todos como uma prática ativista e de movimento social relacionado à área patrimonial e às questões urbanas, sobretudo ao projeto de revitalização do Cais Mauá, Helena apresentou o que é o movimento, seus principais eixos de atuação e suas ações em um ano de existência. O Grupo se divide, principalmente, em áreas jurídica, social e política.

As questões jurídicas estão relacionadas aos “questionamentos referentes ao processo de licitação, à Lei de Acesso à Informação, à caducidade de leis, às irregularidades na elaboração do contrato”. No âmbito social, o grupo vem realizando eventos mensais em espaços públicos próximo ao Cais, sobretudo, promovendo a difusão cultural. Porém, ao mesmo tempo, também usam esses eventos para a promoção de ações políticas e de mobilizações sociais. Além dessas ações, na área política, o movimento atua por meio de abaixo assinados em repúdio ao empreendimento e ao projeto de revitalização.

De modo geral, tanto a fala de Helena Cavalheiro como as ações do grupo Cais Mauá de Todos vai no direcionamento de questionar estruturas coloniais, sobretudo a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), e o “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” (GROSGOUEL, 2008), tendo como objeto central um patrimônio da cidade de Porto Alegre.

Ao final, foi aberto o debate também para a plateia, momento no qual os participantes puderam fazer perguntas e comentários. Destaca-se que a maioria das intervenções do público foram comentários, sendo boa parte mais superficiais e não aprofundando o debate com a Mesa. Nota-se que, ao falar “descolonização cultural”, ainda há uma associação com estrangeirismos e influência de culturas estrangeiras em território nacional. No entanto, sabe-se – e os integrantes da mesa procuraram mostrar e indagar isso – que as relações coloniais são mais complexas e “enraizadas” no corpo social do que a aspectos relativos à “mundialização da cultura”².

Resumindo, pode-se considerar que a fala de Orson Soares foi mais voltada para os aspectos da colonialidade como dispositivo de poder e o caso apresentado por Helena Cavalheiro pode ser considerada como uma forma de estratégia de emancipação.

No que diz respeito ao segundo tema, discutido na segunda mesa, voltou-se para “Resistência cultural e estética da descolonização”. Para falar sobre a temática, estiveram presentes a atriz Tânia Farias, da Tribo de Atuadores Oi Nóis Aqui Traveiz; o doutor em História da Arte, pela Universidade do Estado de Nova Iorque, Gaudêncio Fidelis, que foi curador-chefe da 10ª Bienal do Mercosul; e o músico, compositor, escritor e ativista cultural Marcelo Yuka. Quem mediou o debate foi o coordenador do Plano Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura, João Pontes.

² Conceito proposto por Renato Ortiz, no livro *Mundialização e cultura* (ORTIZ, 2014).

Assim como no primeiro momento do Seminário, nota-se que a composição da Mesa foi organizada a partir das perspectivas: teórica e prática. Ou seja, na primeira fala, a de Gaudêncio Fidelis, o conteúdo, apesar de ter aspectos e exemplos práticos da área das Artes Visuais, voltou-se essencialmente à teoria. O Historiador da Arte traçou sistematicamente as linhas gerais da ideia de colonialidade do saber (LANDER, 2005) e colonialidade da arte (MIGNOLO, 2010).

Dessa maneira, Gaudêncio Fidelis apresentou, por exemplo, argumentos de como as exposições e os museus, por meio de suas coleções, são espaços hegemônicos, de lutas de poder e ainda de reprodução de uma visão e pensamento colonial. Nesse sentido, excluíram-se ou subalternizaram-se culturas outras e produções outras que não as do ocidente. Expôs, por exemplo, a questão das produções de artistas mulheres, produções artísticas relacionadas à uma lógica heteronormativa, bem como à adjetivação das artes, relacionada à localização geográfica, como ocorre com “arte africana”, “arte latino-americana”. Nesse sentido, Fidelis enfatiza que essa adjetivação é internalizada no campo social e artístico, principalmente, em decorrência dos cânones artísticos, frutos da visão ocidental.

Na sequência, foi a vez da atriz Tânia Farias apresentar um caso prático de decolonialidade no universo cultural, por meio da experiência da Tribo de Atuadores Oi Nóis aqui Traveiz. Percebe-se, à primeira vista, elementos decoloniais no próprio nome do grupo, tais como: “tribo”, fazendo referência aos povos originários e sua divisão social; “atuadores”, que desconstrói a concepção ocidental de artista/ator/atriz. Afinal, “o ator, para o Oi Nóis, falando sinteticamente, é a fusão do ator com o ativista político”. Ademais, o modo de organização horizontal do grupo e o trabalho de criação coletiva efetivam uma ruptura com padrões ocidentais/euro-americanos.

Em sua fala, a atriz destacou as principais vertentes de atuação do Oi Nóis, como: teatro de vivência, teatro de rua, pedagógica/formação, de memória e de registro do grupo. Um aspecto de destaque da explanação de Tânia Farias foi a “descolonização do corpo”. Segundo ela, a ideia de uma descolonização corporal é a de um corpo que precisa se redescobrir, “de um corpo que precisa descobrir que tem sexo, que tem quadril e que quadril pode-se mover independente se eu sou homem, se eu sou mulher, se eu sou um travesti”.

A atriz enfatizou também, ao final da sua fala, que o grupo “entende que o corpo é extremamente político e que a transformação começa pelo corpo. E um ser só vai se transformar se tiver um corpo livre”. Dessa maneira, um corpo livre é aquele “que sabe lidar com essa sexualidade, sabe viver plenamente a sua sexualidade, para que possa gerar felicidade. E o corpo é o produtor da felicidade e o agente da mudança”.

A última fala da segunda mesa ficou por conta do músico Marcelo Yuka, que fez uma explanação coloquial, com rimas e frases de efeito, mas com críticas sociais. Vários pontos foram abordados, desde sua trajetória profissional em uma geração artístico-musical que rompeu com

estereótipos na indústria musical brasileira até sua experiência pessoal com a violência, fatos pelos quais podemos considerá-lo como, ao mesmo tempo, uma “resistência cultural e uma estética da descolonização”. Tal atribuição pode ser notada na própria fala do ativista cultural:

“eu fui desconstruído através de uma fatalidade. Eu tô pagando por um crime que eu não cometi e numa prisão perpétua que é o meu próprio corpo. Só que a expressão me liberta e me liberta mais do que quando eu andava. Quando eu tenho a possibilidade de duvidar até mesmo do meu corpo físico, eu posso duvidar do que seria o tal do macho branco dominante. Do que seria um olhar preconceituoso sobre mim mesmo. A arte me deu a chance de estar nessa conversa e colocar essa conversa, essa dúvida – de onde está a colônia e onde eu quero estar – me deu essa dúvida como essência e como rumo da minha vida. Então, a tragédia que me ocorreu, ela levou um certo tempo para ser entendida. Até porque eu sou um profissional dos sentidos que me vejo, então, coibido de boa parte dos meus sentidos. Mas aí que tá o desafiador. Eu virei periferia de mim mesmo”. (YUKA, 2015)

A escolha dos integrantes de ambas as Mesas está em sintonia com a ideia central da segunda fase do *Cultura e Pensamento*, que é a conexão de saberes. Afinal, mesclou-se perspectivas mais “acadêmicas” e teóricas com experiências de ativismo cultural e/ou novas estéticas culturais.

Direta ou indiretamente, conceituando ou exemplificando, todos os debatedores do Seminário “Descolonização cultural (...)” estabeleceram críticas a um pensamento único, vinculado às concepções coloniais, europeia e estadunidense, inseridas em uma lógica capitalista/moderna/globalizante.

Chamou-me a atenção, desde o princípio, o termo “descolonização cultural”. Pois, em sua grande maioria, os autores/pesquisadores do projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade vêm utilizando a expressão “decolonialidade” para se referir ao processo de ruptura com as estruturas ocidentais de poder, saber e do ser.

O grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade surgiu na América Latina, no final dos anos 1990, a partir de uma fragmentação dos estudos subalternos latino-americanos, desenvolvendo, assim, conceitos e críticas, inclusive, aos estudos pós-coloniais por conta da relação com pensadores e teorias ocidentais, sobretudo com os pós-estruturais, pós-modernos e pós-marxistas.

Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina, no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C [Modernidade/Colonialidade] atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para com-

preender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. (BALLESTRIN, 2013, p.89)

Dentre algumas acepções do termo “descolonização”, está aquela que relaciona-se ao processo de ruptura direta com o poder colonial e que se deu com as independências das colônias. No entanto, persistiram e persistem outras formas de “colonização”. Nesse sentido, a ideia de colonialidade refere-se à “continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p.126). Salienta-se ainda que “a supressão da letra ‘s’ marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria.” (BALLESTRIN, 2013, p. 108). Assim, observa-se que o uso mais recorrente nos últimos anos é de “colonialidade e decolonialidade”, até mesmo para fazer uma clara distinção entre um processo histórico e datado para outro que se iniciou com a conquista das Américas, mas persiste na contemporaneidade.

Com os processos de independência, encerra-se a colonização, porém toda a estrutura de dominação da administração colonial passará para as mãos de uma elite local, que continuou subjugando as populações negras e indígenas, reproduzindo os valores eurocêntricos dos próprios colonizados.

Como bem foi apontado durante o Seminário, por meio de exemplos apresentados pelos palestrantes, a lógica da colonialidade opera em três níveis: colonialidade do poder (político e econômico), colonialidade do saber (epistemológico, filosófico e em relação às línguas com o conhecimento) e colonialidade do ser (subjetividade, controle da sexualidade e das questões de gênero) (MIGNOLO, 2014, p.11).

Independente da adoção deste ou daquele termo, observa-se que o objetivo, como enfatizou Orson Soares, não é negar a Europa (ou o Ocidente), mas sim estabelecer uma relação com pensamentos outros, culturas outras, pois, compreende-se que a decolonialidade – enquanto projeto político, epistemológico e teórico – propõe-se a ser e busca se firmar enquanto espaço de novas categorias de pensamento não-eurocêntricas.

De modo prático, pode-se exemplificar essa decolonialidade nas ações da Tribo de Atuadores Oi Nóis aqui Traveiz ou na proposta de Gaudêncio Fidelis sobre artes visuais e museus, exposições e artes visuais no contexto latino-americano e ainda na proposta da 10ª Bienal do Mercosul.

Chamou-me também a atenção, trazer a reflexão da “descolonização cultural” para as artes e para a estética, pois ambas são categorias ocidentais e que, em uma lógica eurocêntrica e estadunidense, hierarquiza (ou) e subalterniza (ou) artes outras e reduz a *Aesthesis*.

La palabra *aesthesis*, que se origina en el griego antiguo, es aceptada sin modificaciones en las lenguas modernas europeas. Los significados de la palabra giran en torno a vocablos como “sensación”, “proceso de percepción”, “sensación visual”, “sensación gustativa” o “sensación auditiva”. De ahí que el vocablo *synaesthesia* se refiera al entrecruzamiento de sentidos y sensaciones, y que fuera aprovechado como figura retórica en el modernismo poético/literário. A partir del siglo XVII, el concepto *aesthesis* se restringe, y de ahí en adelante pasará a significar “sensación de lo bello”. Nace así la estética como teoría, y el concepto de arte como práctica. (MIGNOLO, 2010, p.13)

De certo modo, Fidelis indicou, brevemente, em dois momentos distintos, crítica a tal perspectiva, ao falar da adjetivação a partir da localização geográfica, pois o historiador da Arte enfatiza que não há “arte latino-americana”, mas sim Arte da América Latina. E, ainda, ao falar da ideia de arte como cânone ocidental, a partir da concepção de “bello”. Com relação a essa lógica, que está relacionada à noção de estética, destaca-se:

o que aqui se critica é a ambição universalizadora das experiências particulares europeias e a sua disposição hegemônica. Neste caso, a redução da *aesthesis* – que não mantém nenhuma relação necessária com a beleza – a estética, além de assentar as bases para a construção de sua própria história – a história da estética na Europa –, que se passa por história (da estética) universal – desvaloriza ou, no mínimo, decide ignorar toda experiência *aesthética* que não se ofereça à conceitualização nos termos ocidentais. (BRANDÃO e GUIMARÃES, 2012, p.310)

Nesse sentido, entende-se o funcionamento da arte como dispositivo de colonialidade, que agrega um valor máximo para a produção ocidental (centro-europeia e estadunidense) e subalterniza, em diferentes posições, a produção do resto-do-mundo. Essa hierarquia necessária à manutenção do sistema artístico, conforme o concebe o Ocidente, é garantida por uma “razão excludente”, que nega o estatuto artístico ou mantém as produções não ocidentais em suas fronteiras, estabelecendo distinções de ordens geográficas (arte africana, arte latino-americana), sociais (arte popular, artesanato, arte indígena).

Compreende-se que os palestrantes desse Seminário trouxeram questionamentos e críticas relevantes com relação à temática, bem como também sempre buscaram aproximar esses conceitos que, por vezes, ou são muito teóricos ou muitos subjetivos, da realidade do público, por meio de relatos pessoais e experiências profissionais. Essa estratégia, alinhada à linguagem usada, tornou, a meu ver, o tema instigante para o público participante.

Porém, observa-se a necessidade de difusão desses conhecimentos e saberes experienciados no Seminário, em Porto Alegre. Primeiramente, pela própria menção feita no evento, ao Coordenador do Plano Nacional de Cultura do MinC e mediador da segunda mesa, João Pontes, enfatizar que o conteúdo do Seminário estaria disponível na Internet após o evento. Nesse sentido, reforça-se a urgência em disponibilizar esses materiais à sociedade. Afinal, já se

passaram mais de dois anos de realização do evento.

Ademais e em segundo plano, porém, não menos importante, salienta-se a necessidade de: 1) registros das ações e atividades realizadas pelos órgãos públicos na área da cultura, pois, infelizmente, ainda há uma prática recorrente da perda de memórias por conta de aspectos burocráticos e/ou problemas internos dos órgãos públicos; 2) transparência e publicização desses registros, não só em cumprimento à publicidade e transparências públicas na Administração Pública, mas, e principalmente, por conta da gestão democrática participativa na cultura. Quer dizer, para que a sociedade civil organizada na área cultural possa, continuamente, participar das políticas culturais, faz-se necessário subsidiá-la com informações dos atos públicos para que possa exercer o controle público, bem como fomentar a formação dos agentes culturais. Aliás, aspecto esse que é central na concepção e objetivos do *Programa Cultura e Pensamento*.

A partir de tais observações e constatações, sugerem-se alguns encaminhamentos. Além dos mais urgentes e óbvios, como divulgação do material do Seminário, seja ele em formato audiovisual ou textual, propõe-se também a produção de publicações relativas a essa temática. Não se trata de livros acadêmicos ou coletâneas de artigos acadêmicos, mas sim de publicações em formato virtual (e-book) e impresso do tipo “livro de bolso”, seja com pequenos textos produzidos a partir da fala de cada palestrante, sendo estes escritos por eles ou a partir dos temas abordados pelos debatedores, sendo os textos podendo ser escritos por terceiros. Sugere-se ainda que esses livros de bolso possam integrar um “kit descolonização cultural”, no qual, além dos livretos, também conteriam DVDs com materiais audiovisuais. Esse kit pode ser composto apenas com a memória do Seminário ou também com outros materiais “extras”. Imagina-se que os kits poderiam ser disponibilizados em espaços culturais, bibliotecas, Pontos de Cultura, instituições educacionais, Conselhos de Cultura, etc.

Além de disponibilizar essa memória do Seminário na Internet, pensa-se que poderia ser criada uma plataforma e/ou espaço colaborativo de experiências descolonizadoras/decoloniais, a exemplo do Oi Nóis. Ou seja, seria uma espécie de um mapeamento colaborativo de experiências decoloniais. Nesse sentido, pensando em viabilizar a questão de custos, sugere-se a possibilidade de usar a plataforma similar ao Mapas Culturais ou, até mesmo, a própria plataforma para tal mapeamento. Nesse sentido, dá-se visibilidade a experiências outras, práticas culturais outras e pensamentos outros.

Para além da difusão, formação, mapeamento e visibilidade, é possível também fomentar práticas de “descolonização cultural” por meio do fomento à cultura, na forma de editais de premiação. Por fim, acredita-se que, nos últimos dois anos, o tema do evento vem se tornando mais e mais relevante. Sendo assim, poder-se-ia realizar novos Seminários, ou rodas de conversa, ou outros formatos de debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro colonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 11, pp. 89-117, maio-ago 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima & GUIMARÃES, Suzana Cristina de Souza. Desconstruindo o naif: A pintura de Alcides Pereira dos Santos. **Revista Contrapontos** – Eletrônica, vol. 12, nº 3, pp. 308-316, set-dez 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/3813/2381>.
- GÓMEZ, Pedro Pablo (ed.) et. al. **Arte y estética en la encrucijada descolonial II**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 80, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/697>. DOI: 10.4000/rccs.697.
- LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, set 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>.
- MIGNOLO, Walter. Aisthesis Decolonial. In **Calle 14**, v. 4, nº 4, pp. 10-25, jan-jun 2010.
- _____. Prefacio a la primera edición. In LINERA, Álvaro García.; MIGNOLO, Walter. & WALSH, Catherine. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. 2ª ed., pp.9-16. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014.
- PALERMO, Zulma. **Arte y estética em la encrucijada descolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, set 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

- ALICE CES. Conversas del Mundo – Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos. 2h09'42", 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>.
- BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/colonialidade sem imperialidade? In Núcleo de Direitos Humanos da Unisinos. Seminário Internacional Pós-colonialismo, Pensamento Descolonial e Direitos Humanos na América Latina, 4 e 5 de novembro de 2013. 19'31". São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h6e_e272M0k.
- Boaventura de Sousa Santos – Ao vivo. Debate “Deslocando fronteiras: Cultura, política, movimentos sociais e emancipação social”, do *Programa Cultura e Pensamento*. 2h27'13". Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bYN-ujubn4E>.
- RAPensando as Ciências Sociais e a Política. Mesa 1. 1h16'54". ALICE CES, 8 de agosto de 2017. Organizadores: Boaventura de Sousa Santos, Carlos Guerra Junior (Mossoró), Federica Lupati, Márcia Leão, Renan Inquérito e Sara Araújo. Teatro da Cerca de S. Bernardo (Coimbra). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i7s7x4EiWGc&list=PLXGOQzlnH7jRS_YuZMdCCcJ20h31oyv_J.
- Show Utópico. Direção: Pedro Neves. Coimbra: Produção de Centro de Estudos Sociais – Projeto Alice & Red Desert Films. [documentário]. 1 vídeo. 34'44", 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-qy9xGltpSw&t=0s&list=PLXGOQzlnH7jRS_YuZMdCCcJ20h31oyv_J&index=16.

Cultura e Política

RELATORIA

Marina Albuquerque¹

EMENTA: O Seminário Cultura e Política foi composto pela roda de diálogo *Democratizando a democracia a partir dos movimentos sociais* e pelo debate *Deslocando fronteiras: cultura política, movimentos sociais e emancipação social*. As atividades ocorreram entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro de 2015, no Rio de Janeiro, RJ, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no âmbito do *Programa Cultura e Pensamento*.

1. Introdução

O presente texto traz uma reflexão acerca do Seminário Cultura e Política, parte do *Programa Cultura e Pensamento*, realizado, em uma primeira edição, de 2005 a 2012, com o objetivo de apoiar iniciativas que fortalecessem e propusessem alternativas para as dinâmicas culturais. Em 2015, vivendo um diferente cenário sociopolítico e cultural no Brasil, o programa lançou uma segunda edição, buscando uma interlocução entre os diferentes campos da cultura.

O programa é uma realização do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Políticas Culturais. Contou com a parceria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estabeleceu conexões, nexos e diálogos entre diferentes sujeitos sociais do campo da cultura, fomentando uma troca de saberes, a reflexão, a cidadania e a democracia.

Seus objetivos, reorientados em relação à primeira edição, buscaram: a) abordar e provocar temas da cultura no debate nacional e internacional, estimulando ambientes de diálogos democráticos e de alteridade, possibilitando trocas sobre cultura e política e política de cultura; b) ampliar a reflexão sobre as políticas culturais a partir dos seus processos ao aprofundar as questões por meio dos direitos culturais e suas conquistas no Brasil; c) fomentar iniciativas da sociedade por meio de congressos, encontros, pesquisas, estudos, publicações, entre outros, que envolvessem diferentes conhecimentos e saberes ao contribuir para os processos de formação e qualificação dos atores culturais, no intuito de democratizar o conhecimento no campo da cultura.

Esses objetivos se transformaram em seminários e em outras ações, ocorridos em 2015, a partir de temas importantes não só para aquela época, como também, se mostram atuais em 2018, a saber: a) A crise de valores na sociedade atual: qual o papel da cultura?; b) Cultura e política; c) Cultura e cidade; d) Descolonização e construção de autonomia; e) Arte na diversidade: ética e estética.

Neste texto, vamos nos ater ao tema do *Seminário Cultura e Política*, realizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ, entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro de 2015, no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O tema foi discutido em duas atividades principais: a roda de diálogo *Democratizando a democracia a partir dos movimentos sociais* e o debate *Deslocando fronteiras: cultura política, movimentos sociais e emancipação social*. O

¹ Doutora e Mestra em Ciências da Comunicação (Unisinos), graduada em Relações Públicas (Unisinos), membro do grupo de pesquisa Processocom (CNPq/CAPES/Unisinos). Têm experiência profissional na área da comunicação, com ênfase em Assessoria em Comunicação, Gestão de Comunicação nas organizações da sociedade civil e Produção Cultural.

texto é composto a partir da descrição das duas atividades, apresentação das suas principais ideias e propostas advindas das falas dos atores sociais presentes e das reflexões críticas produzidas por meio delas.

2. Roda de Diálogo: Democratizando a democracia a partir dos movimentos sociais

A roda de diálogo *Democratizando a democracia a partir dos movimentos sociais* iniciou o Seminário Cultura e Política. Realizado no dia 29 de outubro de 2015, no Anfiteatro Praia Vermelha, no campus da Praia Vermelha da UFRJ, no bairro da Urca, a roda de diálogo foi composta por diferentes atores sociais e fazedores de cultura. O público composto por ativistas culturais, estudantes e professores de diversas instituições de ensino superior, movimentos sociais das diversas regiões do país, entre outros, debateram, num processo dialético, com sujeitos dos movimentos sociais, membros do Ministério da Cultura (MinC) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciaram o diálogo a partir da provocação de que “não há fazer cultural que não seja político. Não há fazer político que não seja cultural”. Essa perspectiva foi trabalhada com base nas dimensões da diversidade cultural (cultura dos povos originários e tradicionais, diversidade sexual, cultura digital, entre outros), da cidadania e da democracia, principalmente, por entender que os movimentos sociais são protagonistas para o aprofundamento da construção de espaços democráticos, de participação e deliberação de políticas públicas culturais para um exercício de cidadania emancipatório.

Dessa forma, a mesa foi composta por Antônio Bispo, escritor quilombola (PI); Concita Sompres, representante do colegiado Setorial das Culturas dos Povos Indígenas (PA); Raoni Mouchoque, representante do Rio Parada Funk e da Marcha da Maconha (RJ); Giowana Cambrone, advogada e ativista *trans* no movimento LGBT (RJ); João Paulo Mehl, representante do Pontão de Cultura Soy Loco por ti (PR); Lula Dantas, representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura; Guilherme Varella, secretário de Políticas Culturais do MINC; Eduardo Mattedi, diretor de Articulação Institucional do MINC; Lia Calabre, presidenta da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ); Carlos Vainer, coordenador do Fórum Ciência e Cultura da UFRJ, mediados por Pedro Vasconcellos, diretor de Estudos e Monitoramento, da Secretaria de Políticas Culturais do MINC.

Antônio Bispo, escritor quilombola (PI), abriu a mesa trazendo a perspectiva da necessidade de diálogo entre os saberes oral (informal) e o letrado (formal) para a produção do conhecimento e o reconhecimento dos saberes apoiados na cultura dos povos tradicionais, fundamentalmente amparado na cultura quilombola. Para o escritor, o povo quilombola se compõe com base em uma luta de civilizações, por meio dos seus processos organizativos, politeístas, de cosmovisão. Essa cosmovisão está atrelada às subjetividades de um povo, na relação intrínseca de ser, pensar, sentir e agir. Desde o processo de colonização, de escravização dos povos negros, à Lei Áurea, há um apagamento destes por parte do campo da história, no qual os quilombos, segundo ele, sofreram um processo de reclusão, a exemplo de Canudos.

No aspecto cultural, Bispo aponta que o povo quilombola vive e convive na pluralidade, ressaltando os movimentos circulares presentes nas diferentes dimensões que constituem os sujeitos:

Todas as expressões do povo quilombola são circulando. O samba é circulando, a capoeira é circulando, os terreiros são circulando, tudo é circulando. Essa pluralidade que o círculo nos oferece para pensar, nos oferece também para nos organizarmos de forma mais diversificada. Portanto, essa maneira de pensar, com esta cos-

movisão, nos permite avançar no que se chama de democracia, que não é o estágio que nós estamos vivendo. Nós estamos vivenciando, nesse momento, o estágio da ditadura do Estado de Direito, onde a maioria decide e a minoria é obrigada a aceitar. Isso não é democracia. Democracia é onde você tem individualidades pessoais, mas você tem também individualidades coletivas e essas unidades coletivas são respeitadas (BISPO, 2015, s/p).

Nessa proposição da democracia (ou a falta dela), vivenciada pelos povos tradicionais, Lula Dantas, representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, reflete que estes têm passado, mesmo com os avanços das leis e ações positivas do governo federal, por violências simbólicas no dia a dia.

(...) apesar de termos leis que obrigam o ensino da nossa história e da nossa cultura nas escolas, não é a lei que vai garantir a implementação dessa educação, desse ensino, sem haver realmente um trabalho de base, um trabalho de formação, um trabalho de comunicação e de desmistificação da tradição e da ancestralidade negra no Brasil. (...) Nós somos a expressão da diversidade mundial, porque esse país é formado por uma mescla de povos e de nações e de processos civilizatórios múltiplos e esse processo precisa ser pelo menos entendido pela cultura (DANTAS, 2015, s/p).

A reflexão de Lula Dantas nos remete a uma percepção de noção de cidadania vivenciada para além do *status* legal (um conjunto de direitos instituídos), para uma identidade, na qual a pessoa se sabe e se sente pertencente a uma sociedade. Para ampliar e aprofundar a noção de cidadania, precisamos a dimensão da cultura para a elaboração de se viver em comum de modos construtivos, gratificantes, produtivos e solidários (SANTOS B., 2006; CORTINA, 2005) e, desse modo, ampliar a percepção dessas existências que rompe com as lógicas mecanicistas do pensamento liberal. A exposição aponta para uma cultura dominante e para uma diversidade de crenças e símbolos que relega os povos tradicionais a um segundo plano, suscitando um sentimento de injustiça e desigualdade sociocultural (CORTINA, 2005).

Será necessário que espaços como esse, em que há oportunidades de troca, de formação, se façam com muito mais intensidade entre as lideranças dos movimentos socioculturais, mas também entre os movimentos, entre as pessoas que compõem esse movimento. (...) devem ser realmente escutadas e tratadas com carinho porque ninguém vai falar melhor sobre cultura do que quem a produz, do que quem a faz, do que quem a replica nas suas comunidades. A necessidade de avanço esbarra no momento em que vivemos ainda num país extremamente racista, um país extremamente homofóbico, um país extremamente capitalista e voltado a uma política partidária elitista que não nos contempla ainda enquanto diversidade cultural (DANTAS, 2015, s/p).

Dessa forma, avança com a ideia de que é na dimensão da cultura que o Estado teria como responsabilidade fazer a mediação entre as diferentes formas de vida para assegurar a diversidade junto aos territórios, aos meios de comunicação, entre outros. Também nos remete a ideia de que cabe ao Estado assegurar um espaço público autônomo, no qual os diferentes grupos culturais possam estabelecer um diálogo aberto, sendo que este diálogo não seria apenas pelo reconhecimento dos direitos, mas de entender e concretizar as contribuições dos

povos tradicionais para a riqueza humana nas produções de sentidos, visto não apenas por uma questão de justiça social, mas também como do sentido de vida.

A fala de Concita Sompre, representante do colegiado Setorial das Culturas dos Povos Indígenas (PA), trouxe aspectos que os povos originários têm vivido no dia a dia da população indígena, com o ataque aos direitos reconhecidos, os quais, na época (2015), foram tensionados com a PEC 215/2000². Concita reflete sobre as perspectivas culturais relacionadas às dimensões que compõem o sujeito indígena com base no território (a terra), a partir da relação com a natureza, a espiritualidade e o cuidado de si. Afirma:

Se hoje nós estamos enfrentando essa luta é porque os olhares se voltaram para a grande menina dos olhos. É onde está a maior riqueza, a maior biodiversidade. As nascentes estão nas nossas terras. Porque nós conseguimos nos relacionar com ela [a terra]. O nosso olhar não é um olhar de dinheiro, de ganância, de querer mais, de poder mais, de estar acima das outras pessoas. Nós conseguimos viver em harmonia e isso a PEC vai nos tirar porque vai rever as terras indígenas já demarcadas e as que não foram demarcadas nunca mais serão demarcadas. Porque se, ao longo desse processo, desde 1988, que se tinha um prazo para demarcar, não foi demarcado. Agora, com a PEC, nós realmente não vamos ter esse privilégio. Eu chamo vocês aqui, hoje, para estar conosco nessa luta. A partir do olhar das populações indígenas, vocês vão poder entender que, sem nossos territórios, nós não podemos falar de uma cultura. Porque há uma relação intrínseca, há uma relação mística. Nós não conseguimos falar de cultura se nós não estamos naquele espaço que é nosso. Porque, ali, há toda uma complementação (SOPRÉ, 2015, s/p).

As falas de Concita, Bispo e Dantas dialogam ao apontar cosmovisões que estão atreladas às lutas social e cultural, ao traduzir formas organizativas diferentes daquelas que presidem as lutas por uma cidadania representativa. Os protagonistas são grupos sociais (povos tradicionais e originários) exigindo que o processo de socialização, cultura e de desenvolvimento sejam transformados em ações concretas e locais (mesmo que as lutas sejam globais). Nesse sentido, os movimentos sociais têm o papel fundamental para o tensionamento, proposição e implementação de políticas públicas propostas a partir da diversidade cultural dessas populações.

Por muito tempo as identidades e culturas dos povos tradicionais e originários foram percebidas como obstáculos para os processos de desenvolvimento e modernização. A maioria das políticas culturais relativas a esses povos se concentravam a descobertas e preservação de seu patrimônio em sítios arqueológicos e na negação e apagamento à sua cultura. Com a mudança de paradigma da compreensão de *Cultura* por parte do Ministério da Cultura, amparado em diversos e diferentes movimentos da sociedade civil, nacional e internacional, percebemos o aumento da consciência e do reconhecimento para a promoção da herança cultural dos povos, assim como em políticas culturais positivas - no Brasil, principalmente nos Governos Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016). Essa perspectiva está amparada na ideia de patrimônio cultural vivo ao incluir a visão de cultura desde as visões de mundo, os sistemas de valores, as crenças religiosas, os conhecimentos ambientais, as expressões simbólicas nos diferentes modos de vidas.

Antônio Bispo, Lula Dantas e Concita Sompre apontam a necessidade de levar consideração as críticas entre a relação de poder de cultura e desenvolvimento nos elementos como a

²A PEC 215/2000 foi aprovada em outubro de 2015. Transferiu a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional. Também possibilita a revisão de terras já demarcadas, além da mudança de critérios e procedimentos para a demarcação das terras.

diversidade cultural e o pluralismo, aspectos essenciais para a elaboração de políticas públicas criativas de um país composto por tantos e diferentes saberes, conhecimentos e subjetividades.

Raoni Mouchoque, representante do Rio Parada Funk e da Marcha da Maconha, demarca dois momentos: o primeiro, ao trazer a formação da organização da Marcha da Maconha temporalmente; e o segundo, sobre a cultura urbana do funk. No que se refere a organização da Marcha da Maconha, Raoni, traça uma linha do tempo, apontando algumas características dos movimentos sociais contemporâneos, que para a nossa compreensão, estão relacionadas às formas de ocupação dos espaços públicos e das redes sociais digitais, bem como os sujeitos que participam ora em maiores, ora em menores quantidades, resultados de articulações e conexões de diversos atores sociopolíticos e culturais, com contornos menos definidos em vista de interesses coletivos, localizados, mas potencialmente globais (SANTOS, 1997; CASTELLS, 2013; ALBUQUERQUE, 2018). Desde 2002, a Marcha vem se desenvolvendo, incorporando diferentes atores sociais, ocupando diferentes espaços públicos, inclusive a universidade, a fim de dialogar e trocar ideias para a proposição de políticas para a legalização da maconha.

Desde a cultura do funk, Raoni, aponta a criminalização e os preconceitos vivenciados pela cultura urbana e de periferia, fomentada, também, pelos meios de comunicação hegemônicos:

Uma reportagem do Globo Comunidade dizia que o baile estava parado há alguns meses por conta da violência, porém durante a matéria não houve violência alguma. Até ressaltaram isso e por conta do barulho. Ou seja, sempre inventam algum motivo para censurar a diversão do pobre (MOUCHOQUE, 2015, s/p).

Na perspectiva de desconstituir essa imagem do funk, Raoni relata sobre a economia formal e informal gerada nas comunidades por causa para os bailes, como o comércio de bens e na prestação de serviços, além do trabalho desenvolvido por grupos junto aos editais do MINC na elaboração de projetos para ações voltadas à cultura funk, como o Museu do Funk, trocas com as comunidades, além dos bailes.

Com a chegada do edital melhorou. Foram 150 mil (reais), acho que em 92 projetos. Só de baile liberou no Chapéu Mangueira que estava 20 anos parado. Liberou no Maracanã do Funk, o Chatubão. A Chatuba da Penha foi liberada que também estava há 5 anos. O baile vai voltar agora na Matinha, no Complexo do Turano. Voltou na Gambá, lá no Lins. Eu tive a oportunidade de participar de todos esses bailes. Voltou no Borel. A democracia estava acontecendo, mas não para essa galera. A gente se organizou e está tentando. E ainda tem muito para conquistar. Tem muito baile para abrir, muita gente para conseguir se manter financeiramente com o que trabalha (MOUCHOQUE, 2015, s/p).

Na relação com o poder público e as políticas de cultura, Giowana Cambrone, ativista *trans* do movimento LGBT, compartilhou a experiência de ter contribuído no Comitê Técnico de Cultura LGBT. Composto por ativistas e movimentos sociais LGBT, intelectuais, acadêmicos, artistas, entre outros, de diversas regiões do país, discutiram a respeito da produção cultural da população LGBT. Perguntavam-se quais eram os aspectos relevantes para apontar uma noção de uma cultura LGBT. As proposições dessa noção surgiram das expressões artísticas e culturais dos fazedores de cultura, da sexualidade vivenciada, na relação com os públicos participantes nas expressões e linguagens artísticas LGBT. Giowana relata que não chegaram

a um conceito definido, fechado, contudo destaca que a população LGBT produz sentidos e significados em suas ações culturais ao definir um território de vivência.

Corroborando com a fala de Giowana, João Paulo Mehl, representante do Pontão de Cultura Soy Loco por ti (PR), aponta para a importância dos espaços de participação social, institucionalizados, que se revelaram importantes, não só para formas democráticas de intervenção, como para a visibilidade das organizações da sociedade civil junto ao Estado, em destaque as conferências, conselhos e consultas públicas. No entanto, esses espaços e instrumentos de participação social não podem ser apenas consultivos e deliberativos junto ao Estado, mas de controle social, no qual o monitoramento e a efetividade dos processos de participação social sejam concretos. Nesse sentido, João Paulo, reflete que as tecnologias da informação e comunicação podem permitir uma ampliação da participação social. Propõe que o Ministério da Cultura assuma a tarefa de criar meios de participação direta, entendendo que o digital é um meio, um canal, que precisa dialogar com os povos tradicionais, originários, entre outros, e que permita que a diversidade esteja presente.

Eduardo Mattedi, Diretor de Articulação Institucional do MINC, traz em sua exposição os retrocessos que as políticas públicas e as ações de governo de garantia de direitos coletivos estavam sofrendo pelo Congresso Nacional, numa pauta caracterizada por ele como medieval, de extermínio da diversidade dos modos de vida das pessoas. Mattedi reflete que isso se deve, entre outros motivos, porque o Estado permitiu que os canais de participação social “esclerosassem” e dessa forma, deixando de cumprir sua função.

Entende que os espaços de participação democrático e cidadania foram esvaziados pelos próprios agentes do Estado por não quererem, de fato, essa participação ativa, ou porque quando a sociedade civil tem acesso aos espaços de poder também não sabem exercê-lo. Aponta, corroborando com a ideia de João Paulo Mehl, para o uso das tecnologias da informação e comunicação para garantir uma interação, velocidade e dinamicidade para que as proposições se tornem ações concretas. Garantir que os processos não sejam apenas representativos, mas principalmente de participativos, de controle social e de construção conjunta entre Estado e sociedade civil.

As questões levantadas por Eduardo Mattedi, sobre a “esclerose” dos mecanismos de participação não são novas. Essa perspectiva está amparada na disjuntiva entre movimentos sociais e desenho institucional, pois o êxito dos espaços democráticos dependeriam das características destes; sendo que na perspectiva institucionalizada os resultados seriam explicados pelas características da instituição. A chave da questão, talvez, seja o fortalecimento dos movimentos sociais, com capital social e uma cultura política que são expressas em ações reivindicatórias e de diálogo com o Estado. Em contrapartida, concebe-se um Estado organizador e potencializador das relações, ações e tecnicamente preparado.

Guilherme Varella, Secretário de Políticas Culturais do MINC, ao falar sobre o Programa Cultura e Pensamento aponta a mudança de compreensão da noção de *cultura* e explica:

Fazer cultura não é só fazer as artes, não é só produzir as artes, é também, mas a gente produz cultura cotidianamente. O nosso processo existencial, o processo de vida é um processo cultural. O nosso fazer cotidiano é um fazer cultural, a nossa ação política é uma ação cultural. Era preciso que o Ministério captasse isso. Então, a primeira, o primeiro corte foi justamente tratar a cultura na sua ampla diversidade, fazer com que o espectro se ampliasse. E o segundo foi tratar os setores culturais numa outra relação (VARELLA, 2015, s/p).

Essa mudança foi acompanhada por uma percepção em três dimensões por entender a cultura em uma perspectiva simbólica: dos valores, das tradições, dos ritos e mitos, entre outros; de acesso à cidadania: na concretização de direitos; e na dimensão econômica para a concretização de políticas, ações e direitos culturais reconhecidos. Varella expõem que o MinC estava na época (2015) buscando formas de dar a essa dinâmica complexa, permeabilidade, participação e interação para os rumos das políticas de cultura junto à sociedade civil.

Desse modo, a reflexão o leva para tensionar os valores da sociedade, visto uma forte onda de reações conservadoras percebidas desde meados de 2013, a fim de comprometer não só o Estado, mas os próprios movimentos socioculturais para as transformações necessárias, numa disputa simbólica, de empoderamento que não pode ser só discursivo, mas de luta e mobilização nos espaços públicos.

A participação na Roda de Diálogos da professora de história, Lia Calabre, Presidenta da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), foi para responder às questões levantadas pelo público sobre as políticas públicas do MinC. Lia aponta, o que para ela, é a essência da noção de cultura: a construção de novos imaginários, sentidos e significados e que esta é uma “briga diária”. Trouxe o trabalho intenso do MinC de reformulação da Lei Rouanet e outros financiamentos, de democratização do acesso e de mudar a percepção dos parlamentares da necessidade de investimento em políticas públicas na cultura e na cultura de periferias. Nesse sentido, assim como Varella, Lia, convoca a sociedade civil a tensionar a regra e o diálogo junto aos deputados e senadores:

Se a gente não pressionar e se a cultura continuar a ser vista como uma área secundária e periférica no conjunto das discussões políticas, a gente não vai avançar e está arriscado a ter uma lei que saia do Congresso pior do que a que entrou. A gente tem sempre uma briga. Cada um de nós é um pouquinho responsável, tem um pouquinho de responsabilidade. Um pouquinho de dever nessa militância constante, nesse acompanhamento, de como esses instrumentos de financiamento hoje, em pleno processo de reformulação, no caminhar desses processos. (...) A gente fala sociedade somos todos nós. Então cada um de nós, como educador, como militante, como cidadão tem um pouquinho de responsabilidade e é exatamente na militância desse dia-a-dia (...) (CALABRE, 2015, s/p).

A proposta de Varella e Calabre nos permite perceber a tentativa de formulação de políticas de cultura mais voltadas para um Estado inserido na sociedade, na busca de coerência com as questões da burocracia, ao mesmo tempo, com políticas públicas eficientes. Ainda assim, percebemos relações contraditórias que vão do isolamento à inserção, expressas em características históricas, determinadas entre a relação do Estado e os movimentos sociais. Significa dizer que a capacidade do Estado de produzir políticas culturais efetivas exige combinações, conexões, coerências internas e externas. Requer que o MinC se abra, cada vez mais, e mantenha meios de interação, participação, deliberação com os diversos atores sociais.

Corroborando com a fala de Lia Calabre, o professor Carlos Vainer, coordenador do Fórum Ciência e Cultura (UFRJ), trouxe sobre a necessidade do sentimento de indignação para não se aceitar as coisas como dadas. Para Vainer há a necessidade as lutas, os valores, as relações devem ser construídas no diálogo a partir da crítica e da autocrítica, da reflexão, dos tensionamentos e trocas de conhecimento entre sociedade e Estado, tornando as forças que possam parecer opostas (tudo aquilo que os divide) em uma unidade coletiva de transforma-

ção sociocultural. Para o professor é na prática dialogal que é possível construir políticas públicas no âmbito da cultura de forma criativa e inovadora para que todas as pessoas possam voar.

Dessa forma, uma relação entre Estado (MinC) e movimentos sociais são decisivas para a democratização da democracia e das próprias ações governamentais, pois pressupõe uma existência de uma cultura democrática. A cultura democrática se dá, assim como Vainer nos faz refletir, a partir da dialética, agregando orientações culturais (valores, crenças, atitudes, entre outros) na busca de criar um sistema de participação democrática permeada pelo respeito e a reciprocidade.

3. Debate Deslocando fronteiras: cultura política, movimentos sociais e emancipação social

O debate *Deslocando fronteiras: cultura política, movimentos sociais e emancipação social* aconteceu no segundo momento do Seminário Cultura e Política, no dia 29 de outubro de 2015, no Anfiteatro Praia Vermelha, no campus da Praia Vermelha da UFRJ, no bairro da Urca. A mesa foi composta pelo sociólogo, Boaventura de Souza Santos (Portugal), Lia Calabre, Presidenta da Fundação Casa de Rui Barbosa, Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro com a mediação de Guilherme Varella, Secretários de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (MinC).

Lia Calabre retoma as ideias centrais do programa Cultura e Pensamento com base na construção do saber científico por meio do encontro de saberes, da diversidade cultural e dos participantes. Para ela é através do pensar e dialogar conjuntamente, horizontalmente, que é possível construir práticas que potencializam e promovem a diversidade cultural, a cultura política, a democratização dos espaços e dos discursos, colocando a cultura como protagonista para a transformação dos valores na sociedade.

Roberto Leher recupera o sentido simbólico, sociopolítico e cultural da universidade pública ao afirmar ser necessário um lugar do pensamento crítico, ousado e vigoroso na produção do conhecimento, ao mesmo tempo, em que precisa ser presente nas lutas dos povos contra as opressões, explorações e que possibilite novas formas de diálogos e interpelações:

(...) [há] elementos que nos animam a pensar um projeto para a nossa universidade pública em que o debate, o diálogo com os movimentos e lutas sociais que nos ajude a pensar o plano da epistemologia, de como problematizamos as questões, de como pensamos os nossos problemas. Que conceito, que categorias utilizamos para pensá-los. A oportunidade de nós estarmos aqui, no ciclo Cultura e Pensamento, pensando as formas de produção do conhecimento no diálogo obviamente ilumina um momento importante da universidade brasileira, particularmente da UFRJ (LEHER, 2015, s/p).

Dialogando com os membros da mesa, Boaventura de Souza Santos, refletiu com base em fundamentos que vem desenvolvendo em suas pesquisas e teorias para a construção do conhecimento, como a ecologia de saberes, na qual a necessidade de construção de um pensamento crítico, decolonial é enfatizado junto aos movimentos sociais e de investigação amparada no anticapitalismo e nas lutas feminista, ressaltando a necessidade de que as universidades, as pesquisas e os pesquisadores precisam se permitir a permeabilidade pelas diferentes dimensões do saber, principalmente a partir do viés da cultura.

Boaventura entende que o conhecimento deve ser construído na relação permanente com os saberes populares, dos povos originários e tradicionais, na relação constante com as

culturas urbanas e do campo, tornando-as visíveis, relevantes, pois tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma permanente sem considerar a existência do outro. Para ele é importante que o conhecimento represente a diversidade cultural manifesta de forma científica e não científica apontando para outras epistemologias ao afirmar que “a crítica que fizemos à ciência não é por ela não ser útil, obviamente que ela é útil. Ela não é útil como único saber que existe na nossa sociedade. O grande mal foi ela assumir o monopólio. Ao assumir o monopólio perdeu seu pluralismo interno” (SANTOS, 2015, s/p).

O sociólogo considera relevante para a construção do conhecimento o reconhecimento da diversidade sociocultural e da pluralidade epistemológica em suas dimensões, partindo da premissa que estas são parte integrante das identidades e subjetividades das manifestações socioculturais. Nesse contexto, a ecologia de saberes faz emergir as cosmovisões do mundo, as resistências ao capitalismo, ao imperialismo, ao sexismo e as globalizações contra hegemônica. Trata-se de produzir conhecimento na relação com outros conhecimentos não científicos, não ocidentais, que se fazem nas práticas cotidianas das populações, e exemplifica:

A epistemologia feminista foi uma contribuição extraordinária como são hoje, as epistemologias que nós temos que veio de África, do movimento indígena, do movimento negro. São novas epistemologias que estão a transformar todas as nossas possibilidades de conhecimento. Isso é a pluralidade interna da ciência. Mas há o pluralismo externo. É a ciência com os outros saberes. Esse é o grande desafio da universidade: fazer extensão ao contrário. Não é levar a universidade para fora. É trazer o que está lá fora para dentro. Em pé de igualdade. Chegaremos em breve a aulas e a classes de nossas universidades, pelo menos nas ciências sociais e humanidades, em que talvez tenham dois professores: um naturalmente doutorado na universidade e outro doutorado na universidade da vida. Um mestre popular, um sábio de cultura que ajuda os estudantes. É a cultura que nos permite dizer isso, porque a ciência não nos permite dizer. Porque a cultura não aceitou a segmentação que a ciência fez das disciplinas que se afastaram umas das outras. Todas elas se afastaram do conhecimento que circula na sociedade (SANTOS, 2015, s/p).

Em sua fala percebemos também a necessidade de uma globalização contra hegemônica que se destaca pela ausência de uma alternativa singular, pois a ecologia de saberes procura uma consciência epistemológica plural e propositiva. Em outras palavras, o processo de elaboração do conhecimento a partir da ecologia de saberes convida a uma reflexão profunda sobre as ciências e as formas de distribuição e intervenção na sociedade. A cultura objeto da reflexão passa a ser compreendida como fator de reconhecimento para tornar possível outras formas de conhecimento e intervenção na vida concreta, nos modos de vida, nos universos simbólicos com base, também, na tradição oral. Sobre isso, o professor afirma:

O primeiro grande contributo da cultura precisamente por esse seu caráter *entreado* é que a cultura permite sempre, ou devia permitir, permite mais que as outras áreas, que a cada inclusão se altere regras de inclusão (...). A universidade e a ciência não sabem fazer isso ainda. A cultura sabe quando se faz, quando se integra e procura trazer ao diálogo a conversa da humanidade. A cultura indígena ou a cultura quilombola tem que saber bem lutar pelas suas regras de inclusão. Não podem ser quaisquer umas. Porque se forem é uma forma de exclusão (SANTOS, 2015, s/p).

Desse modo, entendemos que nenhuma forma de conhecimento pode responder a to-

das as intervenções possíveis do mundo, assim como as culturas, pois são diferentes maneiras de viver, e são incompletas. Essas incompletudes não precisam ser erradicadas, mas compreendidas ao sustentarem práticas e constituírem sujeitos. Esse desafio de construir conhecimento científico inter-relacionado com os saberes não científicos propõe um alargamento para o interconhecimento entre as partes, pois requer disposição para agir e conhecer articulado a diferentes temporalidades. Boaventura propõe, em sua exposição, que a produção do conhecimento científico esteja imbricada pela prática do conhecimento e que esse possa fazer intervenções reais no mundo. Dito de outra forma, é necessário reavaliar as intervenções e relações concretas das universidades junto à sociedade e no meio ambiente que as diferentes formas de conhecimento proporcionam.

A cultura nesse processo, para o pesquisador, intensifica a função potencializadora da compreensão da potência humana nas bases dos saberes, e se ampara em Ernst Bloch com a ideia de emergência “ou ainda não” para resgatar a utopia, o sentimento de indignação, capaz de fundamentar novas teorias e práticas desestabilizadoras, permitindo que os poderes sejam tensionados, questionados, confrontados, e assim, desfamiliarizando na ciência das monoculturas: “aquilo que ainda não está, mas que deveria estar. Pode estar dependendo de nós. Ela tem capacidade, porque nós precisamos lutar contra o totalitarismo da anti utopia” (SANTOS, 2015, s/p).

As reflexões de Boaventura de Souza Santos solicitam que os sujeitos fazedores da construção do conhecimento científico abandonem a ideia anacrônica de entes “superiores”, privilegiados pela sociedade em dimensões teóricas, ideológicas e culturais ao dinamizar fluxos de outras culturas no campo científico. Conclama os sujeitos presentes para um exercício de cidadania cultural no campo científico imprescindível, a fim de desnaturalizar aquilo que a ciência científica separou, como as contradições, os conflitos, reduzindo a matriz social, tornando-as autoritárias, patriarcais, excludentes e apagadoras da diversidade e das visões de mundo.

Ao convocar as universidades, professores, pesquisadores e estudantes a repensarem o papel da ciência e da produção do conhecimento a partir de outras epistemologias, o professor propõe uma desestabilização que empenha um pensamento crítico as práticas rotineira, produtivistas e repetitivas que reduzem a realidade e o fazer ciência, propondo um modo de atuar no mundo científico e não científico onde a subjetividade dos sujeitos são atravessadas, desestabilizadas e permitem criar, ao mesmo tempo que se resignificam constantemente. As subjetividades dos sujeitos estão relacionadas também ao que pesquisador se refere a *razão quente*:

É pensar em sentimento, com emoção sem que isso nos faça perder a argumentação, a racionalidade. É isso que nos sustenta. Um entusiasmo por lutar por uma sociedade melhor. Nunca ninguém com uma razão instrumental cria uma sociedade melhor que a nossa. Ela será sempre pior. Aliás, pela racionalidade instrumental nos reduziríamos rapidamente a barbárie. Portanto, esta razão quente que permite que a gente para trabalhar tem que coraçonar. É um aporuguesamento que estou a falar, de uma palavra que é muito usada em castelhano, aqui no continente latino-americano, com os movimentos indígenas da Bolívia e do Equador, coraçonar. Isto é, com o coração trabalhar com argumento, sentir pensando. Essa razão quente é fundamental no momento que a direita é agressiva, boçal, antidemocrática, golpista, nos vai tirando o ânimo de lutar por uma social melhor (SANTOS, 2015, s/p).

Nesse contexto, são os sujeitos socioculturais os protagonistas capazes de repensar e refundar uma democracia participativa e popular. A crise, que é sistêmica - do ponto de vista

econômico, político, cultural e comportamental - tem como potência se percebida, a partir da cultura e da pluralidade, propor radicalidades nos instrumentos de participação. No entanto, não estão nas institucionalizações dos espaços, mas na ampliação de canais de decisão, nos comportamentos e relações humanas. É na valorização dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos socioculturais que contemplam novas sínteses, cosmovisões que estão presentes o potencial transformador, para um modo de vida, um universo simbólico contra hegemônico, solidário.

A razão quente e o coraçonar podem ser entendidos por nós, como as expressões socio-culturais vivenciadas e experimentadas nas comunidades, nas ruas, nos espaços públicos. Para Santos são modos de reivindicar uma democracia que não seja apenas representativa, visto que as representações não dão conta dos anseios socioculturais - mas participativa e deliberativa, propõem novas formas de organização política e de deliberações.

A reflexão de Boaventura nos provoca ao suscitar que na primeira década do século XXI, as classes, os movimentos, os grupos, as organizações políticas aprenderam a trabalhar com a democracia liberal, num processo de alfabetização política que possibilitou o enfraquecimento de blocos hegemônicos tradicionais, exploradores do trabalho e da natureza, numa intensa participação política (MALDONADO, 2011). As lutas sociopolíticas e culturais não estão mais apenas nas mãos dos partidos políticos, ou de organizações sindicais de classe. Os atores foram se redefinindo e o campo sociopolítico e cultural ampliado, num espaço efetivo e ativo de cidadania. Nesse sentido, é preciso identificar as relações de poder, criar e propor novas práticas, unir-se e transformar as relações de autoridade em relações partilhadas de poder.

4. Proposições e encaminhamentos

O Programa Cultura e Pensamento se mostrou uma iniciativa importante na perspectiva da reflexão e do diálogo entre diferentes saberes no campo da cultura no Brasil. Considerando que esse ciclo de seminários de 2015, foi a retomada de um processo que pode ser ainda mais amplo e plural, abordando diferentes temas contemporâneos da cultura no Brasil e no mundo, consideramos que esse pode ser continuado ao realizar novos seminários, encontros, trocas entre ativistas, artistas, mestres dos saberes tradicionais, movimentos socioculturais, gestores públicos e privados do campo cultural. Dessa forma, propomos:

1) A realização de um grande Seminário sobre Cultura e Cidade, realizado pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, em parceria com o Ministério da Cultura, as Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura e diversos movimentos de ocupação cultural urbana pelo Brasil com o objetivo de reunir e trocar experiências de usos e ocupações do espaço público para a fruição cultural e elaborar uma proposta de política pública de ocupação cultural do espaço público no Brasil. Com representantes de movimentos e gestores de todo o Brasil, durante 3 dias, no Rio de Janeiro;

2) A realização de um grande Seminário sobre Economia da Cultura, como o objetivo de reunir Universidades, Sistema S, produtores culturais privados, Institutos privados, gestores públicos, MinC, Secretarias de Cultura, artistas e empresas patrocinadores das Leis de incentivo para discutir alternativas para o fomento, financiamento e políticas de estímulo a economia da cultura no Brasil. Este seminário poderia ser realizado pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ em parceria com SESC-SP, SEBRAE, SESI, Itaú Cultural e o Núcleo de Economia Criativa da UFRGS, no Rio de Janeiro;

3) A realização de um Seminário Nacional sobre o Programa Cultura Viva e Culturas Populares em parceria com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, a Rede de Culturas Po-

pulares, o programa Encontro de Saberes do INCTI-UNB, a Secretaria Municipal de Cultura de Niterói e diversas redes estaduais de pontos de cultura que estão realizando os seus Fóruns Estaduais de Pontos de Cultura ainda em 2018, com a finalidade de avaliar a experiência de 14 anos do Programa Cultura Viva e construir alternativas para a sua continuidade;

4) A publicação em formato de livro dos resultados dos relatórios e sistematizações dos 5 Seminários do Programa Cultura e Pensamento em 2015 em e-book para ser disponibilizado gratuitamente para estudantes, pesquisadores, gestores e interessados nos temas que abordaram os 5 seminários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marina Zoppas de. **Entre as redes sociais digitais e as ruas: Processos comunicacionais dos coletivos Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas pelo Transporte Público**. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação, 343p., 2018. São Leopoldo (RS): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: Para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- MALDONADO, Alberto Efendy. **A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade**. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cidadania, no XX Encontro da Compôs na UFRGS, Porto Alegre, 14-17 de junho de 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. vol. 4, pp. 180-209 e 211-255. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- _____. **Pelas mãos de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos: Modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 2015.
- BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura: Política cultural e seus desafios**. São Paulo: Editora SESC, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. & CESARINO, Pedro de Niemeyer. **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.
- DURANND, José Carlos. **Política cultural e economia da cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- GARCIA-CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas, poderes oblíquos**. Disponível em: <http://www.cdrom.ufrgs.br/garcia/garcia.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2018.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício do cartógrafo: Travessia latino-americana da comunicação na cultura**. Edições Loyola: São Paulo, 2004.
- RUBIM, Albino Canelas. **As políticas culturais e o Governo Lula**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.
- RUBIM, Albino.; BARBALHO, Alexandre. & CALABRE, Lia. (org). **As políticas culturais no Governo Dilma**. Salvador: Editora da UFBA, 2015.
- SCWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

- BISPO, Antônio. Roda de conversa com o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos. Disponível em: <https://youtu.be/39WrbYFO5Oo>. Acesso em 25 de abril de 2018.
- CARVALHO, José Jorge de. Mesa 5: Seminário dos 70 Anos da Unesco e 10 Anos da Convenção da Diversidade Cultural da Unesco. Disponível em: <https://youtu.be/O7Ru9btLTfo>. Acesso em 25 de abril de 2018.
- GUELL, Pedro & BOTELHO, Isaura. Encontro Internacional Públicos da Cultura-SESC-SP, 14 de novembro de 2013. Disponível em: <https://youtu.be/NYFzqgqiln4o>. Acesso em 25 de abril de 2018.
- FERREIRA, João Luiz. Entrevista com Juca Ferreira no programa Voz Ativa. Disponível em: ht-

[tps://youtu.be/jsCEbtvGPao](https://youtu.be/jsCEbtvGPao). Acesso em 25 de abril de 2018.
RUBIM, Antônio Albino Canelas. Mesa-redonda: Relações entre Estado e cultura em regimes autoritários. Disponível em: <https://youtu.be/NYFzggiln4o>. Acesso em 25 de abril de 2018.